



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXIX — Nº 071

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 19 DE JUNHO DE 1984

CONGRESSO NACIONAL

PARECER Nº 48, DE 1984-CN

Da Comissão Mista, incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 54, de 1984 — CN (nº 17/84 na origem), do Senhor Presidente da República submetendo à apreciação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 2.104, de 4 de janeiro de 1984, que “reajusta os valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores da Secretaria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Offícios Judiciais da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios”.

Relator: Senador Jutahy Magalhães

Com a Mensagem nº 54, de 1984 — CN, o Senhor Presidente da República, nos termos do § 1º do artigo 55 da Constituição Federal, submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 2.104, de 1984, reajustando os valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores da Secretaria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Offícios Judiciais da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

A Mensagem Presidencial se faz acompanhar de Exposição de Motivos do Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, esclarecendo que o texto legal, em exame estende aos servidores da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios os benefícios concedidos pelo Decreto-lei nº 2.079, de 1983, que reajusta os vencimentos dos servidores civis do Poder Executivo.

Assim, o Decreto-lei estabelece que os atuais valores de vencimentos, salários, gratificações e proventos do pessoal ativo e inativo da Secretaria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, decorrentes da aplicação do Decreto-lei nº 2.005, de 6 de janeiro de 1983, são reajustados em 65% (sessenta e cinco por cento) a partir de 1º de janeiro de 1984.

Eleva, também, o valor do salário-família para Cr\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos cruzeiros), por dependente.

Considerando que as despesas decorrentes da sua execução correrão à conta das dotações do Orçamento Geral da União para o exercício de 1984, somos, no âmbito desta Comissão, pela sua aprovação, nos termos do seguinte

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 34, DE 1984-CN

Aprova o texto do Decreto-lei nº 2.104, de 4 de janeiro de 1984, que “reajusta os valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores da Secretaria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Offícios Judiciais da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios”.

O Congresso Nacional decreta:

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 2.104, de 4 de janeiro de 1984, que “reajusta os valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores da Secretaria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Offícios Judiciais da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios”.

Sala das Comissões, 13 de junho de 1984. — Senador Passos Pôrto, Presidente eventual — Senador Jutahy Magalhães, Relator — Deputado José Frejat — Senador Alfredo Campos — Senador Marcelo Miranda — Senador Gastão Müller — Deputado Evaldo Amaral — Deputado Antônio Gomes — Senador Mauro Borges — Senador Martins Filho — Senador Guilherme Palmeira — Deputado Múcio Athayde.

SUMÁRIO

1 — ATA DA 162ª SESSÃO CONJUNTA, EM 18 DE JUNHO DE 1984

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO FRANCISCO ROLLEMBERG — Apelo ao Serviço de Patrimônio Histórico Nacional, no sentido da restauração da Igreja do Senhor do Bom Jesus dos Passos, em Maruim (SE).

DEPUTADO LÚCIO ALCÂNTARA — Falecimento do jornalista João Ramos.

DEPUTADO JOSÉ FOGAÇA — Palestra proferida pelo Sr. Delfim Netto na Escola Superior de Guerra.

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Administração desenvolvida pelo Sr. Carlos Alfredo de

Souza Queiroz, frente à Secretaria de Promoção Social do Estado de São Paulo.

DEPUTADA CRISTINA TAVARES — Considerações sobre o não acolhimento por parte da Procuradoria Geral da República, de denúncias contra o Deputado Paulo Maluf.

DEPUTADO PAULO LUSTOSA — Política salarial brasileira.

DEPUTADO CELSO PEÇANHA — Inscrição nos Anais de discurso proferido pelo Professor Guilherme Figueiredo, por ocasião do lançamento do livro “O Observador Parlamentar”

DEPUTADO ELQUISSON SOARES — Encontro de Governadores do PMDB a realizar-se em São Paulo, visando o lançamento da candidatura do Sr. Tancredo Neves à sucessão presidencial.

DEPUTADO GILSON DE BARROS — Necessidade de uma maior atenção por parte das autoridades educacionais, para com os professores das Escolas Técnicas Federais.

DEPUTADO SIQUEIRA CAMPOS — Análise ao discurso proferido pela Srª Cristina Tavares na presente sessão

DEPUTADO JOSÉ MARIA MAGALHÃES — Encontro de Governadores da Oposição a realizar-se em São Paulo, visando a indicação do Sr. Tancredo Neves à sucessão presidencial.

DEPUTADO JORGE ARBAGE — Transcrição nos Anais de artigo de autoria de Dom José Freire Falcão, intitulado “A Festa de Corpo de Deus”. Encontro de Governadores oposicionistas a realizar-se em São Paulo.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA

Diretor-Geral do Senado Federal

ALOISIO BARBOSA DE SOUZA

Diretor Executivo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

RUDY MAURER

Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 3.000,00
Ano	Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares

DEPUTADO OSVALDO NASCIMENTO, como Líder — Atual momento político-social brasileiro.

DEPUTADA CRISTINA TAVARES, para uma explicação pessoal — Esclarecimentos ao discurso pronunciado pelo Sr. Siqueira Campos, na presente sessão.

DEPUTADO SIQUEIRA CAMPOS, como Líder — Observações ao discurso do orador que o precedeu na tribuna.

DEPUTADA CRISTINA TAVARES, para uma explicação pessoal — Resposta ao discurso do Sr. Siqueira Campos.

DEPUTADO SIQUEIRA CAMPOS, para uma explicação pessoal — Críticas ao discurso da Srª Cristina Tavares.

DEPUTADO OSVALDO NASCIMENTO, para uma explicação pessoal — Considerações sobre o discurso do orador que o antecedeu na Tribuna.

DEPUTADO TOMAZ COELHO — Falecimento do jornalista João Ramos.

DEPUTADO FERNANDO SANTANA — Análise da personalidade do Desembargador Cândido Colombo Cerqueira, falecido em 31 de maio último

1.2.2 — Comunicações da Presidência

— Manutenção, por decurso de prazo, de vetos presidenciais ao Projeto de Lei do Senado nº 278/76, e ao Projeto de Lei da Câmara nº 86/81.

— Inclusão em Ordem do Dia, em regime de urgência, de matéria que menciona.

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA**1.3.1 — Leitura de Mensagens Presidenciais**

— Nº 63/84-CN (nº 171/84, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República comunica haver vetado totalmente o Projeto de Lei da Câmara nº 15/81 (nº 1 909/79, na origem), que acrescenta parágrafo ao art. 129 do Código Penal, instituído pelo Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

— Nº 64/84-CN (nº 180/84, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei da Câmara nº 75/84 (nº 3.555/84, na origem), que autoriza a inclusão de recursos nos Orçamentos da União, e dá outras providências

1.3.2 — Designação das Comissões Mistas. Fixação de calendário para a tramitação das matérias.**1.4 — ENCERRAMENTO****2 — ATA DA 163ª SESSÃO CONJUNTA, EM 18 DE JUNHO DE 1984****2.1 — ABERTURA****2.2 — EXPEDIENTE****2.2.1 — Discursos do Expediente**

DEPUTADO JOSÉ FREJAT — Nota da Divisão de Engenharia do Ambiente, do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, alusiva a Semana do Meio Ambiente.

DEPUTADO DÉLIO DOS SANTOS — Luta da OAB pelo restabelecimento pleno da liberdade em nosso País.

DEPUTADO DENISAR ARNEIRO — Artigo do jornal *Voz da Cidade*, de Barra Mansa (RJ), edição de 19 de maio, em que o jornalista Hyerácio Barros adverte para a gravidade da crise brasileira.

DEPUTADO VALMOR GIAVARINA — Reunião de Governadores opositoristas em São Paulo.

DEPUTADO OSVALDO NASCIMENTO — Apelo em favor da libertação do Líder político uruguaio Wilson Aldunate.

DEPUTADO ADAIL VETTORAZZO — Considerações sobre a consulta prévia às bases do PDS, sugerida pelo Senador José Sarney que, no entender de S. Exª, visam afastar o Sr. Paulo Maluf da sucessão presidencial.

DEPUTADO JACKSON BARRETO — Solidariedade de S. Exª ao Líder Wilson Aldunate, preso no último sábado em Montevideu.

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Apelo em favor da nomeação do jurista paulista Adriano Marrey para o STF, na vaga a ser aberta com a próxima aposentadoria do Ministro Alfredo Buzaid.

DEPUTADO ADHEMAR GHISI — Apelo ao Ministro das Comunicações e ao Presidente da ECT, em favor da ampliação e reforma da agência dos correios do Município de São Bento do Sul (SC).

DEPUTADO JOSÉ LOURENÇO — Reprovação de S. Exª ao comportamento de parlamentares adeptos da candidatura do Sr. Paulo Maluf à Presidência da República.

DEPUTADO SIEGFRIED HEUSER — Jubileu de prata do Município de Vera Cruz (RS).

DEPUTADO TOMAZ COELHO — Homenagem a memória do ex-Deputado do Adib Chammas.

DEPUTADO RAYMUNDO ASFORA — Apoio a nota conjunta dos comandos nacionais das greves dos professores e servidores autárquicos e dos médicos residentes, denunciando a intransigência do Governo pela não apreciação das suas reivindicações.

DEPUTADO JOÃO BASTOS, como Líder do PMDB — Apreciação de notícia veiculada no jornal *O Estado de S. Paulo*, do último dia 14, sob o título "Providência pede bloqueio das verbas de prefeituras".

DEPUTADO BRANDÃO MONTEIRO, como Líder do PDT — Reparos a pronunciamento do Sr. Siqueira Campos, feita na sessão conjunta anterior, no qual S. Exª faz acusações ao Governador Leonel Brizola.

DEPUTADO ADHEMAR GHISI, como Líder do PDS — Nota oficial do Ministro Jarbas Passarinho, relativamente à greve de servidores do Ministério da Previdência e Assistência Social. Réplica ao discurso do orador que o antecedeu na tribuna. Observações sobre os discursos dos Srs. Adail Vettorazzo e José Lourenço, proferidos na presente sessão.

2.2.2 — Comunicação da Presidência

Inclusão em Ordem do Dia, em regime de urgência, de matérias que menciona.

2.3 — ORDEM DO DIA

2.3.1 — Leitura de Propostas de Emenda à Constituição

— Nº 44/84, que dá nova redação ao item III do artigo 165.

— Nº 45/84, que dá nova redação ao art. 92, da Constituição, estabelecendo o Serviço Agrícola Obrigatório.

2.3.2 — Designação das Comissões Mistas. Fixação de calendário para a tramitação das matérias.

2.4 — COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 20 horas, com Ordem do Dia que designa.

2.5 — ENCERRAMENTO

3 — ATA DA 162ª SESSÃO CONJUNTA, EM 18 DE JUNHO DE 1984

3.1 — ABERTURA

3.2 — EXPEDIENTE

3.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS — Críticas contra os altos custos dos defensivos agrícolas.

DEPUTADO PAULO LUSTOSA — Apelo à cúpula do PDS no sentido de promover as prévias.

DEPUTADO ADAIL VETTORAZZO — Contraditando o discurso do Sr. José Lourenço proferido em sessão anterior.

DEPUTADO JOSÉ LOURENÇO — Considerações sobre a candidatura do Sr. Paulo Maluf à Presidência da República.

DEPUTADO HERÁCLITO FORTES — Elogios ao posicionamento político do Sr. Tancredo Neves, Governador do Estado de Minas Gerais.

3.2.2 — Questão de ordem

Suscitada pelo Sr. Heráclito Fortes e acolhida pela presidência, relativa à inexistência de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

3.2.3 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

3 3 — ENCERRAMENTO

4 — DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR

— Do Sr. Brandão Monteiro, proferido na sessão conjunta de 15-6-84.

Ata da 162ª Sessão Conjunta, em 18 de junho de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Martins Filho

ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Lomanto Júnior — José Ignácio Ferreira — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Murilo Badaró — Henrique Santillo — Mauro Borges — Gastão Müller — José Fragelli — Affonso Camargo — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS

Acre

Amílcar de Queiroz — PDS; Nosser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolfo Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS

Rondônia

Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Orestes Muniz — PMDB;

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Jorge Arbage — PDS; Osvaldo Melo — PDS;

Maranhão

Cid Carvalho — PMDB; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PDS;

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathas Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Antônio Moraes — PMDB; Chagas Vasconcelos — PMDB; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Paes de Andrade — PMDB; Sérgio Philomeno — PDS;

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; João Faustino — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Aluizio Campos — PMDB; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Raymundo Asfora — PMDB;

Pernambuco

Carlos Wilson — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Moura — PDS; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Osvaldo Coelho — PDS; Osvaldo Lima Filho — PMDB; Roberto Freire — PMDB;

Alagoas

Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Sérgio Moreira — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Santana — PMDB; Francisco Benjamim — PDS; Genebaldo Correia — PMDB; Haroldo Lima — PMDB; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Manoel Novaes — PDS; Prisco Viana — PDS; Raul Ferraz — PMDB; Ruy Bacelar — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB;

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Stélio Dias — PDS;

Rio de Janeiro

Amaral Netto — PDS; Brandão Monteiro — PDT; Celso Peçanha — PTB; Daso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PTB; Hamilton Xavier — PDS; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Márcio Braga — PMDB; Osmar Leitão — PDS; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Emílio Gallo — PDS; Emílio Haddad — PDS; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Jorge Carone — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Melo Freire — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Ronaldo Canedo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Roseburgo Romano — PMDB;

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Soares — PT; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PDS; Farabulini Júnior — PTB; Francisco Amaral — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Irma Passoni — PT; João Herrmann Neto — PMDB; Márcio Santilli — PMDB; Octacílio de Almeida — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rollemberg — PMDB.

Goiás

Brasílio Caiado — PDS; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS

Mato Grosso

Cristino Cortes — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Milton Figueiredo — PMDB

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Hélio Duque — PMDB; José Tavares — PMDB; Norton Macedo — PDS; Oswaldo Trevisan — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Bernardi — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Eivaldo Amaral — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PDS; Pedro Colin — PDS;

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Irája Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; José Fogaça — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Matheus Schimidt — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Oswaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Rosa Flores — PMDB; Siegfried Heuser — PMDB;

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clark Platon — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — As listas de presença acusam o comparecimento de 42 Srs. Senadores e 135 Srs. Deputados. Havendo número regimental, de claro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Rollemberg

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG (PDS — SE. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a centenária Igreja do Senhor do Bom Jesus dos Passos construída pelo Barão de Maruim, João Gomes Vieira de Melo e tombada pelo serviço do patrimônio em 24 de abril de 1981, visando a preservá-la como monumento arquitetônico, está abandonada, com as paredes mostrando rachaduras, ameaçada de desabar a torrde, depois de uma abertura de mais de seis metros de comprimento, causada por um raio

Encontra-se, naquela igreja, além de relíquias de imensurável valor histórico, o mais valioso sino e o melhor relógio do Estado de Sergipe, enquanto o templo não recebeu, depois do seu tombamento, sequer uma caiação externa, muito menos pintura interna. Começa o forro a cair, atingido pelo cupim; enquanto as doações feitas pelos fiéis de Maruim não chegam para comprar o material necessário à restauração

É o Pároco local, Monsenhor Afonso de Medeiros Chaves, que mantém a Igreja em funcionamento, apesar dos fiéis temerem frequentá-la, ante a ameaça de desabamento

O altar-mor, construído de cedro, está sendo estragado pela umidade, necessitando-se promover alguma troca no madeiramento, para o que se exige um especialista capaz de manter vivos os desenhos desde a construção

O Pároco, vendo a insuficiência de recursos obtidos nas doações locais, está apelando para o restante do Estado. Abrindo uma conta especial no Banco Econômico.

Até agora, a única coisa feita pelo serviço de patrimônio foi levar seiscientos caibros que o pároco havia adquirido para a construção do telhado, calculado o serviço, há quatro anos, em cinco milhões de cruzeiros, devendo custar, hoje pelo menos trinta milhões

Diz o Prefeito João Vieira dos Santos que já procurou o Governador do Estado duas vezes, tendo estado, também, com o responsável pelo tombamento dos prédios antigos, propondo, na oportunidade, a ajuda do Município na recuperação do templo, com metade das despesas, pois somente o Governo do Estado pode enfrentar o total dos gastos.

Em Aracaju, dezenas de pessoas já atenderam ao apelo do pároco de muruim, depositando-se o dinheiro arrecadado em nome da Igreja, nos bancos da Capital, ou feita diretamente a remessa de doação para o Monsenhor Afonso de Medeiros Chaves.

Embora saibamos que o povo sergipano vem, dentro das suas possibilidades, contribuindo para a recuperação daquele templo, queremos apelar ao Serviço de Patrimônio Histórico Nacional, que ajude o seu congêneres no meu Estado nessa empreitada para que Sergipe tenha assim restaurado um dos seus mais belos monumentos histórico e arquitetônico, preservando a memória sergipana e contribuindo para que a Igreja do Sr. Bom Jesus dos Passos continue no atendimento à sua finalidade litúrgica. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA(PDS — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o jornalismo cearense vem sofrendo grave perda. Faleceu João Ramos, no último dia 14, consternando a imprensa cearense que via nele um paradigma de profissional. Veio do rádio onde atuou sempre com sucesso nos microfones da cinquentenária Ceará Rádio Clube. Foi animador de programas de auditório, locutor correto, coordenador de memoráveis campanhas políticas. Viu nascer a televisão cearense, participando ativamente da implantação da TV — Ceará, canal 2. Ali fez de tudo. Foi apresentador, ator, produtor, iluminador, cenarista. Viveu intensamente o nascimento, apogeu, declínio e fechamento da TV — Ceará

Alegrou-se e sofreu profundamente com os êxitos e fracassos da televisão que ajudou a fazer. Era da sua índole entregar-se plenamente à realização dos seus mistérios. Como era de seu caráter ajudar aos colegas, transmitindo-lhes fraternalmente a experiência longamente acumulada. Ultimamente, era o responsável pelo setor industrial do **Diário do Nordeste** jornal que se publica em Fortaleza há pouco tempo, mas já consolidado junto à opinião pública cearense. Convivi de perto com ele, no período de instalação dos equipamentos gráficos e da realização das primeiras experiências entregues à sua competência por decisão do saudoso Edson Queiroz, inspirador e proprietário do jornal. Da sua dedicação ao trabalho, saíram muitos resultados valiosos para a imprensa cearense de todas as modalidades. Seu desaparecimento precoce e inesperado golpeia profundamente a imprensa do Ceará, abrindo lacuna tão grande em meu coração, tão larga quanto sua alma e tão abrangente quanto sua versatilidade profissional

Que Deus o tenha em bom lugar, bem à altura do que fez na terra e equivalente ao conceito que dele fazem os que o conheceram em vida. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Fogaça

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Congressistas, foi muito pequena a repercussão da palestra recentemente proferida pelo Ministro do Planejamento na Escola Superior de Guerra.

É verdade que os jornais deram ampla cobertura, e alguns, inclusive, chegaram a reproduzir quase inteiramente o conteúdo da palestra do Ministro Delfim Netto.

É verdade que o Ministro Delfim Netto tem fama de entreguista pois, neste País corre na boca do povo a imagem de um ministro que é traidor dos interesses nacionais.

Ora, Sr. Presidente, acabo de constatar que o mau julgamento que vem sendo feito pela sociedade brasileira, em relação ao Ministro Delfim Netto, é profundamente injusto. Tudo o que se diz do Ministro Delfim Netto é injusto, porque é muito pouco, o Ministro Delfim Netto é muito pior do que aquilo que dele julga a sociedade brasileira.

Nessa palestra perante a Escola Superior de Guerra, usando de expressões desrespeitosas, manipulando a linguagem do deboche, da ironia e até da presunção, do absoluto desprezo, em relação a todas as manifestações e aos anseios da sociedade brasileira, o Ministro Delfim Netto dá uma demonstração espetacular, inexcusável, de subserviência e de servilismo político. Num determinado trecho em que aborda a questão do déficit público norte-americano e suas relações com a dívida externa dos países em desenvolvimento, o Ministro Delfim Netto tem a suprema ousadia de dizer o seguinte:

“O déficit público norte-americano, de US\$ 200 bilhões — argumentou — não está sendo financiado pelos países pobres, pois eles não têm esse dinheiro”. O que ocorre, na sua opinião, é que os EUA

têm responsabilidades estratégicas, inclusive na proteção das rotas dos petroleiros “que nos servem, e isso custa uma montanha de dinheiro. Não seria razoável nós ficarmos advogando a redução dessas despesas por parte dos EUA”

Ora, todos sabem que o déficit público norte-americano vem sendo suprido pela captação de dólares no mercado financeiro internacional, e para captar esse dinheiro, o Tesouro, o **Federal Reserve Board**, dos Estados Unidos, eleva a taxa de juros; um por cento na elevação da taxa de juros representa 35 bilhões de dólares para os países em desenvolvimento, num período curto.

Sabemos perfeitamente que há por parte do Governo americano uma política deliberada de investimentos militares, para exercer o papel auto-rogado de policiais do mundo. Mas o Ministro Delfim Netto, na sua palestra perante a Escola Superior de Guerra, declara que os Estados Unidos devem gastar o que gastam devem ter o déficit que têm, porque têm a responsabilidade estratégica de exercer o papel de policial do Mundo!

Então, o Sr. Ministro Delfim Netto está defendendo, malgrado o sofrimento do povo brasileiro, malgrado o estrangulamento da economia nacional, a recessão brutal que nos foi imposta. Ele defende que o déficit público americano seja mantido, porque os Estados Unidos têm responsabilidades estratégicas, têm a responsabilidade de implantar mísseis na Europa, que ameaçam à paz mundial, têm a responsabilidade de intervir no Golfo Pérsico, têm a responsabilidade de instalar bases militares em Honduras e fazer o cerco à Nicarágua.

O Ministro Delfim Netto, em nome do intervencionismo, da violação à autodeterminação dos povos, em nome da afronta à soberania e à liberdade dos povos em desenvolvimento e dos povos subdesenvolvidos, defende o aumento do déficit público americano. A maior e mais fantástica demonstração de servilismo, de subserviência e genuflexão política jamais conhecida na História deste País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Governo Montoro, através de seu Secretário de Estado da Promoção Social, Sr. Carlos Alfredo de Souza Queiroz, vem, desde o início de seu mandato, desenvolvendo incansável programa de atendimento e assistência social, transformando esta Secretaria numa das administrações mais bem-sucedidas

Devido ao imenso problema sócio-econômico do Brasil e, em particular, de São Paulo, a sociedade, cada vez mais, busca apoio nos serviços prestados pelo Estado, particularmente na Secretaria da Promoção Social — através da CETREN — Central de Triagem e Encaminhamento.

Quando aumenta o nível de desemprego, a população carente recorre à Promoção Social, através da CETREN, que, também, atende aos desempregados vindos dos mais diversos pontos da Federação.

Assim, o indivíduo, de acordo com sua necessidade, poderá ser encaminhado ao Departamento de Atendimento Médico-Social — DAMS, ou será dirigido ao Departamento de Amparo e Integração Social — DAIS, onde será colocado no mercado de trabalho.

A CETREN poderá ainda encaminhar o indivíduo para o Núcleo Pioneiro Sócio-terápico — se o caso for de alcoolismo ou extrema marginalização social.

Diante do nível de miséria que a maioria da população se encontra, o Governo de São Paulo, tenta resguardar os interesses das classes populares, agilizando o setor social a fim de responder concretamente aos anseios e necessidades da população.

A Secretaria de Estado da Promoção Social atua na prestação de serviços, atendendo:

1. prioritariamente e de forma integral, a criança e o adolescente;
2. os desempregados e trabalhadores de baixo e médio salário e suas famílias, nos contextos urbanos e rural;
3. os idosos desamparados, egressos de estabelecimentos hospitalares e penais, mendigos, alcoólatras, toxicômanos e outros.

O objetivo comum deste serviço social, é garantir o processo de melhoria da qualidade de vida, para criar e fortalecer condições voltadas ao autodesenvolvimento integral da população e para criar e aperfeiçoar condições de atendimento social às classes populares e os segmentos mais vulneráveis a crises sócio-econômicas”.

Quanto ao menor carente, a FEBEM criou o Centro de Artesanato, em uma Unidade Educacional, abrindo espaço alternativo para os menores infratores que já se encontram em condições de atuar como instrutores de artesanato junto à comunidade.

Ainda, foram criadas várias Casas da Juventude, para atender aos jovens infratores de 11 a 21 anos, mantendo como proposta a reintegração sócio-educativa e cultural desses jovens.

Abordamos apenas alguns pontos deste trabalho ímpar que a Promoção Social de São Paulo vem desenvolvendo e, ao mesmo tempo, procurar cumprir uma das máximas em Economia que diz: — “um dos objetivos da Ciência Econômica é promover o bem-estar social da população, com recursos escassos”. — Por este espírito imaginativo e desprezioso, queremos agradecer e louvar a eficiente atuação desta Secretaria de Estado, através do Sr. Carlos Alfredo de Souza Queiroz.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra à nobre Deputada Cristina Tavares.

A SRA. CRISTINA TAVARES (PMDB — PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas:

Em Fortaleza, o Deputado Paulo Maluf e o Deputado Flávio Marçilo dão à Nação um triste espetáculo de quem quer impor à Nação uma chapa para concorrer no immoralíssimo Colégio Eleitoral que é, por todos os títulos, um candidato antinação, antipovo.

Para ilustrar a biografia do Deputado Paulo Maluf, eu gostaria de ratificar a denúncia do ex-Deputado Audálio Dantas.

A inqualificável decisão do Procurador-Geral da República, de não aceitar denúncia contra o Deputado Paulo Salim Maluf como co-responsável por crimes ocorridos na Imprensa Oficial do Estado de São Paulo vem confirmar, mais uma vez, que para os homens que governam este País a corrupção é virtude e a incompetência dá currículo.

Durante meses a atual direção da IMESP levantou e apurou as inúmeras irregularidades havidas na empresa durante o governo passado, entregando à polícia, à Justiça e à Assembléia Legislativa, quase 400 provas dessas irregularidades. Foi um sério e cuidadoso trabalho de levantamento e organização das provas, integralmente acompanhado pela opinião pública e avalizado por pareceres de dois promotores e o despacho de um Juiz paulista, favoráveis à instauração de processo-crime contra Paulo Salim Maluf.

Mesmo assim, e demonstrando uma capacidade de leitura e análise eletrônica, o Procurador-Geral leu em pouco mais de 24 horas as duas mil páginas do inquérito, decidindo imediatamente pelo não acatamento da denúncia.

Fica claro, dessa forma, que permanece intocada a impunidade que há vinte anos cerca determinadas personalidades do regime, responsáveis por saque ao Erário público dos mais escandalosos de que se tem notícia na História do mundo, e incomparavelmente maiores que os mais fantásticos assaltos registrados na crônica policial do Planeta.

No uso dos equipamentos, dos funcionários e do patrimônio da IMESP para bancar as despesas com material gráfico de Paulo Maluf e de muitos outros candidatos do PDS em São Paulo foi evidente e amplamente testemunhado, embora inclua-se entre os “pecados menores” do candidatável à gestão dos recursos não só do seu Estado, mas nacionais.

No entanto, e a despeito de todas as evidências, o Procurador-Geral da República impede que a Suprema Corte aprecie o referido inquérito policial, tal como seu superior hierárquico, Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, retém em suas gavetas todo o processo do caso Lutfalla, que lesou os cofres públicos em bilhões de cruzeiros e cujo maior implicado é nada mais nada menos que o presidiável Paulo Maluf.

Estão aí entre outros da mesma estirpe, os motivos pelos quais os poderosos de hoje não desejam eleições diretas já, através das quais a sociedade teria condições de restaurar o respeito a instituições nacionais como a Procuradoria Geral da República, cuja função legal e social é zelar pelo interesse da Nação, e não de um outro nome que tenha caído nas graças do Ministro da Justiça e de setores radicais do Governo. Só com eleições diretas, na Procuradoria Geral da República e em muitos outros órgãos públicos conseguiremos o princípio do respeito à lei e do interesse público, seguidamente violado em função de interesses escusos. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Paulo Lustosa.

O SR. PAULO LUSTOSA (PDS — CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Efetivamente vive este País a sua mais profunda e mais negra crise econômico-social. Agora envereda-se o País para o impasse político-institucional. Lamentavelmente, nem a serenidade, nem o bom senso e nem o compromisso com a vontade nacional, com os interesses maiores do povo estão sendo levados em conta. Busca-se encaminhar a questão político-institucional através das vinculações pessoais, das amizades, das afinidades, no jogo de interesses que macula a biografia dos homens que fazem esta Casa e que nos coloca muito mal perante à história contemporânea e os pósteros

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, nesta hora não venho aqui discutir essas questões tão graves, que me doem na consciência a responsabilidade como cidadão e como homem público; venho discutir aqui questões menores, mas que violentam ainda mais profundamente e aviltam a dignidade dos cidadãos brasileiros.

Questionar a política salarial brasileira em todos os seus níveis já fizemos isso e o temos feito desde há muito, não como pregação demagógica, nem para buscar capitalizar dividendos políticos eleitorais, mas tão-somente numa análise fria como economista e até como defensor da lógica do próprio capitalismo. Nós mesmos combatíamos aqui a política salarial porque, pela primeira vez, se via um país que estruturava a sua política econômica totalmente violentando a própria lógica do capitalismo e, se o capitalismo é a lógica da exploração, uma política econômica que liquida os explorados, ele limita inclusive a possibilidade de apropriar esta própria exploração.

Nós questionamos, e temos questionado a política salarial, porque ela está estreitando as dimensões do mercado interno do País, está permitindo uma exportação líquida de cerca de 5% do produto interno bruto ao exte-

rior. Ela simplesmente está massacrando as possibilidades objetivas de criar, não uma sociedade que exporte 12 milhões de toneladas de aço, ou produza um milhão e meio de automóveis, mas uma sociedade que dê o mínimo de água para beber, comida para comer, teto nas condições mais elementares, atendendo os mínimos direitos sociais dos cidadãos brasileiros.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, dentro dessa linha desta política salarial, o que mais nos comove hoje é a questão dos funcionários públicos, quer sejam eles estatutários, celetistas, funcionários públicos federais, funcionários públicos estaduais e municipais. Esta é uma categoria que tem sofrido o maior esmagamento da sua capacidade de compra, que tem reduzido a limites mínimos o seu poder de compra, que tem comprimido, além do que é possível, os seus orçamentos familiares. Neste final de semana, um dos jornais desta Capital publicou um conjunto de três tabelas que mostrava a deterioração do poder de compra dos funcionários públicos, quer celetistas, quer estatutários nos últimos 5 anos, e que só a exigência para a recomposição da perda ocorrida de 79 a 83, requeriria hoje um aumento de 265% a cada uma dessas categorias em média.

Nós estamos aqui, delegados que fomos pelos funcionários públicos em greve, no Estado do Ceará, os quais nos pediram interceder junto às autoridades competentes para que examinem com um pouco de sensibilidade, com um mínimo de respeito à dignidade de cada cidadão, a situação extremamente vexatória, extremamente comprometedor de todos os valores mais caros de cada cidadão, em que se encontram os funcionários públicos brasileiros. Venho aqui, em nome dos funcionários públicos, não apenas da minha terra que me delegaram a competência para pelo menos exercitar o **ius espemianid**, mas também, em nome dos meus colegas, **professores universitários** em greve, inclusive pela própria greve que é o único instrumento legítimo que se faz ouvir, prejuízo enorme à própria sociedade brasileira, devido ao semestre perdido de aulas, dos estudantes das universidades, porém usam eles desse único instrumento já que não puderam ser ouvidos.

Eu queria, Sr. Presidente, antes de concluir as minhas palavras, dizer que há quinze dias, quando estava na Presidência o Dr. Aureliano Chaves, na reunião dos professores universitários da minha terra, me apresentei em nome deles como mediador, para discutir a proposta do Conselho de Reitores, e não mais dos professores grevistas, mas do Conselho de Reitores uma proposta mais ponderada, mais objetiva, mais viável, factível para que ela fosse discutida. A Ministra da Educação e Cultura rejeitava a idéia de discutir a proposta porque o Presidente Figueiredo havia solicitado — veja, Sr. Presidente, em que situação nos encontramos — da China, que o problema ficasse pendente até o seu retorno, porque Sua Excelência pessoalmente queria discuti-lo e encaminhá-lo. Lamentavelmente o que vimos é que nem foi o assunto encaminhado por S. Ex^a, o Dr. Aureliano Chaves, por um princípio de lealdade ao Presidente Figueiredo. Não vejo, aliás, porque manter essa lealdade, porquanto tem o Vice-Presidente Aureliano Chaves recebido tantas respostas que não justificam sob qualquer hipótese essa lealdade, mas S. Ex^a se manteve distante dessa justa reivindicação dos professores universitários e dos funcionários públicos aguardando a decisão do Presidente João Baptista de Figueiredo. Até hoje, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, toda a questão dos funcionários públicos federais e dos professores universitários está em pauta, aguardando uma definição, aguardando uma decisão que já cansa a Nação brasileira.

Sr. Presidente, concluo minhas palavras fazendo um apelo dramático ao DASP, ao Dr. José Carlos Freire, ao Ministro Delfin Netto, ao Ministro Ernane Galvêas e, acima de tudo, ao Presidente João Figueiredo, para que não transformem, não permitam que a vida desses homens seja muito mais povoada de desespero, de inquietude

e de desânimo. Basta o desânimo diante das perspectivas políticas e institucionais deste País! Basta esta Nação capionga e triste vendo o que lhe espera, o que não lhe agrada, o que lhe fere os valores mais caros em que ela até agora se sente impotente! Porque os homens desta Casa ainda não tiveram a dignidade de mostrar o porquê e para que aqui vieram, no sentido de conduzir o processo político e institucional brasileiro. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Celso Peçanha.

O SR. CELSO PEÇANHA (PTB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Quando o Congresso Nacional discutiu o veto do Senhor Presidente da República ao projeto do ex-Presidente desta Casa, Deputado Célio Borja, vários parlamentares tiveram ocasião de citar, reforçando o seu argumento, palavras do ex-Parlamentar General Euclides Figueiredo. Foram palavras incisivas, claras, aconselhando a Nação, naquela época, a adotar a anistia ampla, geral e irrestrita, procurando, desta maneira passar um pano sobre o que havia escrito ou pronunciado anteriormente, para a Nação caminhar no sentido da paz.

Ora, Sr. Presidente, sobre esta figura do General Euclides Figueiredo, há dias o Centro de Documentação e Divulgação da Câmara dos Deputados lançou um livro intitulado "O Observador Parlamentar", a segunda Guerra Mundial vista de dentro de uma prisão do Estado Novo. No lançamento, o Professor Guilherme Figueiredo repetiu o pensamento do Professor: "O pior de todos os venenos para o eleitorado é a corrupção, o suborno. O voto deve ser livre, nunca objeto de transações. Os artigos de Euclides Figueiredo constantes do livro foram escritos a pedido do jornalista e ex-Senador Assis Chateaubriand, fundador dos Diários Associados durante o tempo de prisão, de 1939 a 1942, e remetido clandestinamente à redação de **O Jornal**, pelas mãos do seu filho mais velho. O Deputado Flávio Marcílio, Presidente da Câmara dos Deputados, disse no lançamento da obra. "Tal é o mérito maior do autor destes artigos; transporta-se apenas e tão-somente, em espírito, ao cenário das conflagrações e, ainda assim, conseguiu retratá-las em toda a sua realidade. Outro fato digno de nota, com a divulgação do presente volume é a oportunidade de mostrar por inteiro mais uma faceta de Euclides Figueiredo: O jornalista competente e perspicaz que veio completar o militar, e que antecedeu o Deputado". Foram trabalhos coligidos pelo escritor, professor, contista, poeta e jornalista Guilherme Figueiredo que foram inseridos naquela obra.

No dia do lançamento do livro, o Professor Guilherme Figueiredo pronunciou um discurso, o qual deseje inserir nos Anais desta Casa. Faça-o, lendo, Sr. Presidente.

Guilherme: "Um exemplo a ser seguido"

"Estamos aqui, numa assembleia informal, para homenagear a memória de um deputado constituinte em seu centenário de nascimento. Incubiram-me, o **Excelentíssimo Senhor Presidente da República**, minha irmã e meus irmãos Sr^a Maria Luiza Figueiredo Pereira da Silva, os generais Euclides e Diogo Figueiredo, o doutor Luiz Felipe Figueiredo, de agradecer o lançamento de seu livro "De um observador, militar — a 2^a Guerra Mundial vista de uma prisão do Estado Novo". Bem houve o deputado Nelson Marchezan, então presidente da Câmara dos Deputados, em editar no ano passado, nos "Perfis Parlamentares", os discursos do constituinte de 1945 e deputado de 1946.

Bem houve o atual presidente da Câmara dos Deputados, deputado Flávio Marcílio, em editar os artigos jornalísticos do prisioneiro de 1939 a 1942.

Agradeço, também, ao deputado Celso Peçanha, o haver recordado, por ocasião do lançamento dos "Perfis Parlamentares", a figura de nosso pai, e ao deputado Oscar Alves, a homenagem prestada na sessão de anteontem na Assembléia Legislativa ao soldado e cidadão que dedicou sua vida à legalidade democrática.

Recordemos: em 1954, por ocasião do IV Centenário de São Paulo, Euclides Figueiredo publicou a "Contribuição para a História da Revolução Constitucionalista de 1932", diário de combate do comandante, calendário militar de uma derrota que o levou ao exílio, mas forçou a reconstitucionalização do Brasil. Era o livro de um soldado tornado revolucionário por fidelidade à legalidade democrática. Exilado, repeliu a anistia de 1933, que considerava espúria. Candidatou-se e perdeu a eleição à Constituinte de 1934; prosseguiu na conspiração contra um continuísmo que considerava usurpação; foi preso em 1937, ao se instaurar o "Estado Novo", condenado em 1938, sentenciado, de dentro da prisão, escreveu esses artigos clandestinos, a pedido de Assis Chateaubriand. São os que constituem o volume agora lançado. Apresentou-se como simples reservista no dia da declaração de guerra à Alemanha e à Itália. Considerado morto por sentença do execrável Tribunal de Segurança Nacional, elegeu-se constituinte em 1945. Dessa época, até 1950, datam seus discursos, seus pronunciamentos a favor da anistia ampla e irrestrita, a favor da reparação de injustiças cometidas pelo Estado Novo; contra os privilégios militares; discursos a favor da democracia mundial; discursos propondo a extinção da Polícia Especial, a polícia das torturas estado-novistas; os discursos contra a legislação ditatorial ainda vigente após a redemocratização; os discursos oferecendo o anteprojeto de lei de direitos autorais dos escritores.

Hoje, aí estão os artigos "De um observador militar", dia-a-dia da Segunda Guerra Mundial, vista e comentada de dentro de uma prisão do "Estado Novo". Cabe-me agradecer, sua publicação ao Sr. presidente Flávio Marcílio, à pesquisa do decano do Centro de Ciências Humanas da Universidade do Rio de Janeiro, professor Antônio Caetano Dias, e à sua equipe de mestres e alunos; ao cuidado e à dedicação do Dr. Assis Gonçalves de Melo, diretor do Centro de Documentação da Câmara Federal; à Sr^a Célia Zaher, diretora da Biblioteca Nacional; e, ainda uma vez, à inteligente ordenação do professor Vamireh Chacon.

E aí está pronta, nítida, acabada, a biografia de Euclides Figueiredo. São os seus três livros:

— o diário da luta constitucionalista rememorando e restaurado no lento, incolor, pungente, frio e famélico dia-a-dia do exílio;

— a seqüência das orações do parlamentar ao doutrinar sua razão de ser de cidadão;

— e, agora, o livro que cronologicamente, deveria ser colocado de permeio entre os outros dois: a transformação do desesperante silêncio do cárcere num jornalismo a serviço da causa mundial da democracia, de sua causa patriótica, arma que o prisioneiro afia na esperança de com ela buscar a vitória, diário de coragem e de certeza no dia de amanhã. Euclides Figueiredo nos conta, nestes três livros, haver experimentado, no fundo do deserto do desterro, na solidão da masmorra, no alto da tribuna, o dever de pregar suas convicções, isto é, seu hino à liberdade. Nestes três livros — o do soldado exilado, o do jornalista prisioneiro, o do arauto de sua doutrina — resume sua vida pública. Com a espada, a pena e a voz esculpiu sua própria estátua, plantada neste recinto, e que parece dizer-nos. "Aqui está o que eu fiz; aqui está o que deves fazer".

Nada é preciso acrescentar-lhe — e ele próprio resumiu sua ética democrática: “O exercício do voto livre para escolha dos seus mandatários, por muitas vezes repetido, apontando defeitos das leis e corrigindo vícios reconhecidos na prática, só ele poderá formar cidadãos capacitados de suas responsabilidades e crenças na sua força para a gestão dos negócios públicos. Cada vez que um eleitorado envia, à mesa do Executivo ou às suas Câmaras um candidato que o decepciona, aprende, pela constatação do erro, a escolher melhor e usar na seleção verdadeiro critério de conhecimentos de valores. Importa também que os partidos políticos, organizados à base de programas mais sedutores que as pessoas de seus chefes e mais realistas que o realismo deles na habilidade de locupletar-se indiquem à massa eleitoral somente os que estão aptos para exercer o mandato. Toda consideração que não seja atinente ao prestígio próprio, ao mérito, ao caráter individual, ao saber, à inteligência, à fidelidade aos programas e compromissos partidários, tem de ser relegada a plano interior. É forçoso banir as influências colaterais ou ancestrais, e sobretudo a força da situação financeira. O pior de todos os venenos para o eleitorado é o da corrupção, o do suborno. O voto deve ser livre, nunca objeto de transações”.

E ressumiu sua vida: “Tais foram os fatos que eu vi; os fatos em que tomei parte; os fatos que por meu comando se realizaram; os fatos que me conduziram à luta, à prisão, ao exílio, à perda de amigos, de posições, de bens; os fatos que recorro como o melhor dos fatos de minha vida. Se eu hoje pudesse mudá-los, novamente os provocaria. Porque só com este exemplo, renovando e muitas vezes renovando até o sacrifício final, teria dado ao meu País o que de melhor resta a mim: o amor a meu povo e à liberdade a que ele tem direito. Só por isto vale a pena tê-lo vivido”.

Em nome de meus irmãos, em nome de meus irmãos brasileiros, muito obrigado”.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Elquisson Soares.

O SR. ELQUISSON SOARES (PMDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Sr. Presidente, amplo noticiário da grande imprensa nacional vem noticiando a reunião dos Governadores do PMDB, com o objetivo de lançar a candidatura do Governador de Minas Gerais, o Dr. Tancredo Neves, à Presidência da República, dando inclusive uma conotação inaceitável, porque inconstitucional, porque impossível, qual seja o de um lançamento de uma candidatura ambivalente, isto é, candidato à eleição direta ou indireta.

Sr. Presidente, o ilustre Governador de São Paulo, salvo engano, é titular da cadeira de Direito do Trabalho da Universidade de São Paulo e, por essa razão S. Ex^a talvez não domine bem a questão do Direito Constitucional. O que nós queremos demonstrar é que a opinião pública não pode ser iludida. Não assiste nenhuma razão ao Governador de São Paulo, nem a nenhum dos seus seguidores, quanto à afirmação de que o Dr. Tancredo Neves pode ser candidato a eleições “Diretas Já”, ou à eleição indireta. Isso porque o art. 151 da Constituição é muito claro. Ele reza que:

“Lei complementar estabelecerá os casos de inelegibilidade e os prazos nos quais cessará esta, com vistas a preservar, considerada a vida pregressa do candidato.”

Sr. Presidente, a lei complementar é muito clara com relação à questão dos prazos. Ela diz, por exemplo, que no caso de Governador de Estado, de Secretário de Estado, etc, a desincompatibilização deverá se dar 5 meses da eleição. Ora, o PMDB prega eleições “Diretas já”, isto é,

eleições diretas para 15 de novembro de 1984. Nesse caso, se o Dr. Tancredo Neves pudesse disputar eleições “Diretas já”, ele, o Vice-Presidente da República, o governador do Rio de Janeiro ou outro Governador qualquer, ou qualquer Ministro de Estado a desincompatibilização teria que se dar até o dia 15 de junho próximo passado. Como isso não ocorreu, a Oposição não tem o direito de agora ficar iludindo a opinião Pública de que pode o Governador de Minas, disputar a eleição “Direta já”. Com isso tem razão Dr. Ulysses Guimarães, o qual quer preservar a imagem do seu Partido e sobretudo honrar o compromisso que o Partido assumiu com a opinião pública, na defesa das eleições diretas.

O Dr. Ulysses Guimarães tem sido, na verdade — e eu falo à vontade, Sr. Presidente, porque tenho sido até um crítico do Dr. Ulysses Guimarães ao longo da minha presença aqui nesta Casa — fiel à pregação do Partido. Quando ele, por exemplo, nega a votação da Emenda Figueiredo no dia 27, o que ele quer é preservar o direito de mobilizar a opinião pública para a conquista das eleições diretas ainda este ano.

Neste caso, o que nós queremos, portanto, é lavar o nosso protesto contra esse tipo de afirmação. Assisti o Dr. Montoro falar na televisão sobre isso, porque isso é uma atitude ilusória. E um partido de Oposição tão grande quanto o é o PMDB não tem o direito de criar ilusões junto à opinião pública. O Dr. Montoro se tem força, na verdade, para lançar um candidato à Presidência da República pelas eleições diretas, há de buscar agora outro nome, já que o Dr. Tancredo Neves está impossibilitado de disputá-lo. Nesse caso, quero, portanto, reafirmar a nossa fidelidade aos princípios partidários que defendem as eleições “Diretas Já”. E desejamos que a opinião pública seja mobilizada nesse sentido porque, nos regimes democráticos, sobretudo, a pressão, Sr. Presidente, é que leva o povo às conquistas e, nesse caso, acreditamos ainda que as eleições diretas poderão ocorrer em novembro deste ano. Desejamos e vamos lutar; por isso queremos, portanto, nos juntar àqueles partidários dessas idéias, sobretudo ao Dr. Ulysses Guimarães, porque ele é, sem dúvida alguma, neste momento, uma das grandes estrelas, dos grandes nomes do PMDB, o único que está sendo realmente fiel aos princípios partidários. O Dr. Franco Montoro, portanto, está iludindo a opinião pública, se é que S. Ex^a, como especialista em Direito do Trabalho não teve o cuidado de ler a Constituição vigente no País. (Muito bem! Palmas!)

O SR. Presidente (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Gilson de Barros.

O SR. GILSON DE BARROS (PMDB — MT. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A dura observação de Charles de Gaulle, segundo a qual “este não é um país sério”, apesar dos esforços que se tem feito para rebatê-la, vem se constituindo na mais dura e fria realidade, com efeito.

Os contrastes, os paradoxos, o desprezo à equidade e a isonomia são fatos de corriqueiro encontrados neste país de carnaval e de futebol. Não se respeita o direito e, pelo contrário, criam-se dicotomias que se não chegam ao terreno da hiliariedade não escapam, por certo, do campo do deboche.

Neste país, as autoridades encasteladas no Poder Executivo criticam duramente as manifestações grevistas mas só se quedam aos clamores do povo quando acontecem os movimentos paredistas. Ao invés de se dar a cada um aquilo que a cada um é devido, espera-se a angústia de um movimento de protesto que muitas vezes é reprimido pela violência policial, num espetáculo desengandamente incosequente e sádico.

Vemos agora, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, o grande movimento nacional promovido pelos nossos professores universitários. O que desejamos esses mestres

que optaram pela mais sagrada das profissões que é a missão de ensinar? Desejam os professores das Universidades autárquicas sejam os seus vencimentos equiparados àqueles percebidos pelos professores das Universidades fundações. Nada mais justo, legal e lógico! Se servem eles, como de fato servem, a um mesmo patrão, como se lhes subtrair o direito líquido e certo ao ganho equivalente? Ou será que os professores das autarquias ensinam diferentemente dos professores das fundações?!... Tanto uns como outros são, em verdade, professores universitários e, evidentemente apenas esse fato, e só ele, já justifica o recebimento de tratamento idêntico.

No entanto, preferiram as nossas autoridades do Poder Executivo aguardar a paralisação das aulas, com prejuízos incalculáveis aos estudantes universitários, para reconhecer o direito dos mestres. O Governo demonstra, assim, inexoravelmente, que só age e cede mediante pressão. Quer ser pressionado, encurralado, arrostado, uma espécie de sadismo mesclado com masoquismo.

Como os professores universitários das autarquias fizeram a greve ocorreu a transigência. Não a tivessem promovido e, por certo, continuariam no mais completo olvido como vinham vivendo.

Acontece, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, que as nossas Escolas Técnicas Federais não foram contempladas com as atenções do Ministério da Educação e Cultura. Naturalmente estão aguardando a paralisação de todas as Escolas Técnicas Federais do País para, assim, premidos pelas circunstâncias e pressionadas pela legitimidade da reivindicação, acudiram aos professores das nossas escolas profissionalizantes.

Ora, a continuidade desse sistema entronizado neste País do “quem não chora não mama” precisa ter um basta! É mister que as nossas autoridades dêem um mínimo de atenção àquilo que lêem se é que estão lendo. É preciso que se atendam as reivindicações legítimas e fulcradas na lei sem necessidades de recursos grevistas.

Sabe o Ministério da Educação e Cultura — e sabe há muito tempo! — que os professores das nossas Escolas Técnicas Federais são recrutados com exigências idênticas àquelas feitas pelas nossas universidades. Possuem, inclusive, um volume muito maior do número de aulas e arcam com a séria responsabilidade de formar técnicos a este país cheio de doutores e desprovido de técnicos.

O momento em que se procura dar um tratamento menos ruim aos professores das autarquias universitárias é o palco ideal para que se reestruture de vez os salários pagos aos professores das nossas Escolas Técnicas Federais. Mas não é só.

Todas as empresas estatais deste País, onde as relações de emprego são regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho, atribuem aos seus empregados o adicional por tempo de serviço. No entanto, no âmbito das Escolas Técnicas Federais, tal justo critério não ocorre. Tenha o professor o tempo que for de serviço não é ele contemplado com o adicional respectivo.

Não vim a esta tribuna, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, fomentar a eclosão de uma greve nas Escolas Técnicas Federais. Principalmente porque a Escola Técnica Federal de Mato Grosso é instituição modelar no meu Estado, que serve, inclusive, de vivo exemplo às demais escolas sediadas no Estado. Apenas vim demonstrar à sociedade que este país de ditadura acostumou-se com a força e só cede quando impera o direito da força, relegando a força do direito. É lamentável. Triste e lamentável esse modismo ao mesmo tempo cômodo e incosequente... (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Siqueira Campos.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDS — GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Os políticos da esquerda, principalmente os radicais, enchem muito a boca quando falam de povo e Nação. E

se referindo a candidatos do PDS, falam que eles estariam execrados, repudiados pela Nação, como ainda há bem pouco disse a nobre Deputada Cristina Tavares.

A nobre Deputada traz aqui uma reiteração de denúncias que teria formulado o brilhante ex-Deputado Audálio Dantas, um homem bom, sério, correto, honesto, mas, este sim, repudiado, pelas suas idéias, pelo eleitorado de São Paulo, exatamente por ser da corrente da Deputada Cristina Tavares, que saiu fragorosamente derrotada toda essa corrente, no Rio de Janeiro, em Pernambuco e nos grandes centros onde a esquerda vinha tendo alguma expressão.

Na verdade, Sr. Presidente, reclama contra tudo a esquerda, desde que alguma coisa não lhe beneficie. Quando lhe beneficia o parecer do Procurador-Geral da República, estão levantando a suspeição de V. Ex^a E o Supremo Tribunal Federal? Não demora muito e eles vão reclamar contra o Supremo Tribunal Federal. É o **jus eserneandi**, Sr. Presidente.

Eles vão ter, na realidade, de engolir Maluf. E somente eles engolem Maluf, porque toda a classe política, excetuando-se esquerda radical, desejam Paulo Maluf, porque sabem que é a hora das mudanças, Sr. Presidente. Sabem que o País não pode continuar com essas ilusões que foram denunciadas aqui pelo nobre Deputado Elquisson Soares, em muito boa hora. Não é só o nobre Governador Franco Montoro que procura iludir o País, não! O seu candidato, Ulysses Guimarães, também o procura. Todos os peemedebistas lutam apenas por uma coisa cada um deles luta pelo interesse pessoal de subir ao poder. É isso, unicamente isso, que visam cada um deles, e todos eles!

Na verdade, Sr. Presidente, é isso mesmo o que acontece. Todos eles são uns ilusionistas. E isso quem o disse foi o nobre Deputado Elquisson Soares, não fui eu. S. Ex^a é quem disse que Montoro estava iludindo a opinião pública, e S. Ex^a não partiu nem da premissa de que nós, democratas do PDS, sempre fazemos com que todos entendam que o Governador Franco Montoro deve ter lançado o nome de Tancredo Neves julgando que as eleições não foram marcadas para novembro. Isso está na cabeça do Deputado Elquisson Soares. Se as eleições diretas pudessem haver — e todos eles sabem que não pode haver regimentalmente o Congresso não poderá votar este ano outra matéria — poderiam haver também no ano que vem, em janeiro ou em fevereiro. Portanto, essa história, eu a estou até achando muito ruim, porque não quero ficar com peemedebistas, porque eles todos estão iludindo o País! Eu ficaria até com Franco Montoro. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Maria Magalhães.

O SR. JOSÉ MARIA MAGALHÃES (PMDB — MG — Pronuncia o seguinte discurso sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Tem muita razão o nobre companheiro, Deputado Elquisson Soares, de se preocupar, principalmente hoje, com o noticiário da imprensa relativa ao episódio da reunião dos Governadores do PMDB, provavelmente com a exceção do Governador Minas Gerais, Tancredo Neves, em São Paulo, amanhã.

Esta reunião, se S. Ex^a o Deputado Elquisson Soares verificar, cada jornal de hoje dá uma versão para ela. O único órgão que circula hoje em Minas Gerais, o **Diário da Tarde**, dá em manchete que o Governador de Minas não autorizou, até o momento, a nenhum político neste País — a lançar a sua candidatura. Entendo que a reunião dos Governadores do PMDB — 9 Governadores que o PMDB têm — vai ser feita num momento difícil para o País, num momento histórico em que vivemos; porque muita gente não quer encarar a seriedade deste momento, para estudar a responsabilidade que têm os

governadores, principalmente o Governador de São Paulo, o maior Estado da Federação, o qual recebeu a herança mais pernicioso do que a todos os outros, que foi a herança de Paulo Salim Maluf. Por isso mesmo, o Sr. Franco Montoro está preocupado com o destino da sua Pátria, está permanentemente em contato com os outros governadores, não só os do PMDB, como o Sr. Leonel Brizola, do Rio de Janeiro, justamente porque lá é que está a ferida aberta de um desgoverno de um homem que se lança hoje com a direita radical, em favor da sua candidatura que é Paulo Salim Maluf, e que ameaça levar à convulsão social deste País.

Esta é a verdade, é nisto que o PMDB tem que se firmar, é nisto que o PMDB tem que raciocinar, para entender as reuniões dos governadores de amanhã, em São Paulo.

Não estamos cuidando de candidaturas agora. Posso afiançar isso em nome do Governador de Minas Gerais porque conversei com S. Ex^a, ontem, durante meia hora, a respeito disso. Seria até uma temeridade, nesta Casa, alguém pensar que um homem com a vivência de Tancredo Neves, com a experiência de estadista que é, com a formação política que tem de democrata liberal, fosse precipitar-se agora, Sr. Presidente, nesta hora que todos nós achamos, julgamos e sabemos ser a mais grave que o País atravessa mais grave do que a de 1964!

Quero, apenas, tranquilizar, principalmente o Deputado Elquisson Soares, o qual está muito, justamente, preocupado, mas isto não passa de noticiário.

Esta semana, e na semana que vem, o PMDB saberá comportar-se como o maior Partido de Oposição. Nós temos trincas, nós temos algumas lesões superficiais, Sr. Presidente, mas o PDS, não! Este está irremediavelmente rachado, não existe mais. Não tenham dúvidas: todos os brasileiros podem acreditar nisto. Qualquer votação aqui dentro, no PMDB, mesmo com suas trincas, serão sempre 200 votos a favor ou contra qualquer proposição, nesta Casa. E o PDS não tem condições de fazer isso. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Arbage.

O SR. JORGE ARBAGE (PDS — PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Vim à tribuna para solicitar a transcrição nos Anais, de um artigo publicado em **O Povo de Deus**, de autoria de Dom José Freire Falcão, Arcebispo de Brasília, que trata da **Festa de Corpo de Deus**, que ocorrerá na próxima quinta-feira

A Festa de Corpo de Deus

Dom José Freire Falcão Arcebispo de Brasília

Na próxima quinta-feira celebraremos com grande solenidade, dada a significação que tem para os discípulos de Jesus e para sua Igreja, a Festa de Corpo de Deus.

Segundo a fé da Igreja, fundada nas próprias palavras de Jesus, sob a forma visível de um alimento sagrado está a presença real e sacrificial de Jesus Cristo. Dois aspectos inseparáveis no Sacramento da Eucaristia; a presença real de Jesus e o seu sacrifício. É a Eucaristia não só um alimento sagrado, mas um alimento sacrificial. Contém ela não só a graça salvadora, mas o próprio Cristo, autor e fonte da graça.

Dá a necessidade deste alimento para os discípulos de Jesus: “Se não comerdes da carne do Filho do Homem e não beberdes o seu sangue, não tereis a vida em vós” (Jo 6,53).

A Eucaristia é o sacramento da Igreja, porque sinal eficaz de sua unidade e de seu amor. Se a Igreja faz a Eucaristia, é esta que a constrói, enquanto reúne homens dispersos numa comunidade de irmãos, segundo asbelas palavras de De Lubac, em seu livro

“Meditação sobre a Igreja”. “E eis que este Corpo, em cada um de seus membros, que somos, recebe a mesma nutrição e a mesma bebida para alimentar sua vida e perfazer sua unidade”. “Ele se faz alimento, e cada um, se unido a Ele, se encontra por isso mesmo unido a todos aqueles que o recebem”

Se a Eucaristia constrói a Igreja — uma família de irmãos, uma comunidade de crentes — é porque nela está realmente presente Jesus Cristo, Nosso Senhor e Salvador. Pois, “como a Igreja seria realmente edificada e todos os seus membros reunidos num organismo verdadeiramente uno e vivo por um rito que só contivesse em símbolo Aquele do qual a Igreja deve tornar-se o Corpo e o qual somente pode realizar sua viva unidade?” (De Lubac).

Sim. É Jesus verdadeiramente que está no pão que vemos e no vinho que enxergamos, mas nos quais nossa fé descobre o Corpo e o Sangue do próprio Cristo, porque foi Ele mesmo que afirmou: “Este é o meu corpo” (Lc 22,19). “Este cálice é a nova aliança em meu sangue” (Lc 22, 19)

Por isso a Eucaristia é um acontecimento central na vida da Igreja. Esta não pode passar sem ela. Sua celebração é a mais perfeita expressão do que a Igreja é em si mesma, isto é, sinal visível, permanente e eficaz da graça salvadora presente no mundo.

Dá que, “se a Igreja é a plenitude do Cristo, o Cristo na Eucaristia é verdadeiramente o coração da Igreja” (De Lubac).

A Eucaristia não é apenas um memorial eficaz da morte de Jesus ou o sinal da graça e do poder de Deus atuantes na história humana. É também penhor da glória futura. Por ela se anuncia “a morte do Senhor até que ele venha” (1 Cor 11,27). Morte inseparavelmente unida à Ressurreição e à volta de Cristo no fim dos tempos, quando será posta a mesa para o banquete messiânico. O maná que alimentou o antigo Povo de Deus no deserto não lhe garantiu a imortalidade. Mas o alimento eucarístico anuncia e prepara a visão face a face de Deus, em que consiste e vida eterna.

Sacramento da esperança não só porque é penhor do mundo que há de vir, como porque é garantia de um homem novo e, por isso, de uma terra diferente, onde o ódio, as injustiças e as divisões cedam lugar ao amor, à justiça e à fraternidade. Uma terra que seja a antecipação, embora pálida e imperfeita, do novo céu e da terra nova, de que fala João no Apocalipse (21,1).

Na verdade, quem come a carne e bebe o sangue do Senhor permanece nele e viverá por Ele (Jo 6, 56-57). E sua vida é amor. Viver nele e dele é viver em fraternidade. Dá as palavras de São Paulo: “Já que há um só pão, nós, embora muitos, somos um só corpo, visto que todos participam desse único pão” (1 Cor 10,17). Alimentando-nos de Cristo, unimo-nos estreitamente a Ele e por Ele aos nossos irmãos. Construímos na terra a família fraterna de Filhos de Deus.

É esta fé no Cristo Eucarístico, que constrói dia a dia sua Igreja, que iremos professar na solene procissão de Corpo de Deus. A fé precisa de uma expressão social. Se a fé começa no íntimo de nossas consciências, na adesão pessoal a Jesus Cristo, é necessário também exprimi-la por ritos, gestos e manifestações públicas. A fé é vivida com os outros e se alimenta na comunidade cristã. Sem proselitismo, nem espírito de facção, é dever do discípulo do Senhor dar testemunho público de sua fé para que o mundo creia que Ele foi enviado pelo Pai. Se nos envergonhamos de confessá-lo diante dos homens, Ele não haverá de confessar o nosso nome diante do Pai.

É neste espírito que iremos dar testemunho em nossa cidade de Brasília de nossa fé em Jesus Cristo

realmente presente na Eucaristia, ao participarmos, na próxima quinta-feira, da Procissão do Corpo de Deus.

Cumprida esta missão, Sr. Presidente, desejaria fazer uma ligeira observação a propósito da reunião dos governadores oposicionistas, prevista para o dia de amanhã, no Estado de São Paulo. Acho que se o objetivo dessa reunião é o de analisar a problemática política econômica e social que envolve o Brasil dos nossos dias, ela teria maior objetividade e o mais elevado grau de sinceridade, se os seus promotores não a mantivessem na faixa do isolamento, do Governo federal.

Nenhuma solução, Sr. Presidente, para os graves problemas da atualidade brasileira poderá ser encontrada satisfatoriamente à deriva da autoridade principal que, no caso, é o Presidente João Figueiredo. Ou essa reunião objetiva analisar tudo o que ocorre em torno dos problemas magnos da Nação ou, na verdade, é uma reunião de sentido eminentemente político.

Nas duas hipóteses, Sr. Presidente, nós deveríamos, nesta hora, considerar a gravidade do momento e dar uma contribuição mais salutar, por via da qual se tornasse possível encontrar a fórmula da conciliação nacional para que juntos, Governo e Oposições, lutássemos por extirpar todos os efeitos e conseqüências das dificuldades que hoje, notoriamente, afligem à grande Nação brasileira.

Espero, Sr. Presidente, que Deus possa inspirar os homens com responsabilidade nos destinos deste País a compreender que só através do esforço comum poderemos, realmente, dar uma contribuição séria e objetiva, para que o Brasil rompa os grilhões das dificuldades e retome, com segurança e determinação, os caminhos do desenvolvimento. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra, como Líder, ao nobre Deputado Osvaldo Nascimento.

O SR. OSVALDO NASCIMENTO (PDT — RS. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Estamos cansados de ouvir que o Brasil enfrenta problemas seriíssimos, o que já está calejando os ouvidos de uma Nação inteira. Mas, em verdade, quem está à testa do Governo, da administração pública, dando as determinações e coordenadas para o modelo econômico implantado no País, se nos parece um senhor desconhecido do Governo. Porque, evidentemente, se ele assumisse o cargo, com o encargo, e o encargo com responsabilidade, ele deixaria de ser um turista levando grandes caravanas ao exterior, com o dinheiro do povo, e ter-se-ia preocupado mais com os destinos do seu povo.

Todavia, estamos em plena greve de quase 100 mil brasileiros, greve justa, por demais reconhecida como necessária, como explicou agora há pouco o Deputado do PMDB, o funcionário público federal com uma defasagem de 265%, desde 1969, em seus vencimentos, doze faixas abaixo do próprio salário mínimo, que já é uma miséria para o trabalhador levar o cesto de comida para a sua casa, para a sua família.

Srs. Congressistas, os residentes, os professores, os médicos, os comerciantes, os pecuaristas, os agricultores, os prefeitos, os governadores, fazendo uma verdadeira via sacra à Brasília em busca de recursos para resolver as questões eminentes, urgentes, dramáticas, desses Estados e, lamentavelmente, saem mais decepcionados, porque não encontram o Governo e nem a solução para as graves crises dos seus Estados e dos seus Municípios.

Sr. Presidente, em contrapartida, nós vemos dentro do Partido do Governo uma verdadeira "guerra de gatos", ao ponto de se transformar o PDS em vários segmentos. A esta altura não existe ninguém, dentro do Partido do Governo, que não fosse arranhado por esse Governo. Agora, surge um novo partido, o Partido Malufista que

superou, suplantou em 180 graus o PDS. E vai como que a debochar da Nação, para Fortaleza, para um lento jantar lançar o seu Vice-Presidente da República. E, diga-se de passagem, foi uma festa memorável, histórica, apoteótica porque, do lado de fora do muro, o povo organizado gritava: "Um, dois, três! Maluf no xadrez!" Uma multidão gritando em coro, formando um hino nacional contra esse agraciado da vida política que, de repente se transforma no maior líder da América Latina, porque tem sinais de corrupção e ímpetos de autoritarismo.

O Sr. José Fogaça — V. Exª permite um aparte?

O SR. OSVALDO NASCIMENTO — Concedo o aparte a V. Exª

O Sr. José Fogaça — Nobre Líder do PDT, quero ao apartear o seu pronunciamento muito oportuno, dizer a V. Exª que, realmente, este País está submetido a um triste destino. No momento em que o Dr. Paulo Maluf declara nos jornais que contra ele já está se armando o casuismo da prorrogação do mandato do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, João Baptista Figueiredo, a Nação inteira estarrecida verifica que, nesta "guerra de gatos", dentro do PDS, que V. Exª mencionou, a alternativa é dolorosa: ou se prorroga o mandato do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, João Baptista Figueiredo, com o continuísmo do desmando econômico, da subserviência aos interesses do sistema financeiro internacional, com o continuísmo do FMI, Delfim Netto, Andreazza e outras figuras conhecidas da República, ou então caímos nas mãos do Sr. Paulo Maluf. Esta é a triste opção oferecida por esta "guerra de gatos" do PDS, conforme mencionou V. Exª. Quero dizer a V. Exª que não é esta a opção que faz a sociedade brasileira. A sociedade brasileira não quer escolher entre a força e a guilhotina, entre Figueiredo e Maluf, entre o fogo e a frigideira! Não! A sociedade brasileira deseja fazer a sua opção legítima, verdadeira que é: ou Maluf, ou o continuísmo com Figueiredo ou, então, a única saída viavelmente democrática que são as eleições "Diretas, Já".

O SR. OSVALDO NASCIMENTO — Muito obrigado. Integro o pronunciamento de V. Exª à manifestação de Liderança que estamos fazendo em nome do nosso Partido, o PDT, ilustre Deputado José Fogaça.

Mas, Exª, é de pasmar e cair duro, porque a linha dos fatos nos permite dizer que, se o Presidente Figueiredo estivesse verdadeiramente governando esta Nação, mesmo no regime casuístico em que se encontra, na condição de Presidente da República se ele caminhasse com a espinha na vertical e não vivesse dobrando a espinha a alguns Generais da República, ele já teria colocado Newton Cruz na cadeia, porque, num país democrático, Srs. Congressistas, jamais um general de duas estrelas tripudia em cima de um Poder Constituinte, como é o Congresso Nacional. E esse general do autoritarismo e da mediocridade, que traz nas suas mãos sangue de vítimas indefesas desse sistema, ele irá pagar, porque a lei de causa e efeito é inexorável. Ele pode não pagar agora, mas daqui a algum tempo ele terá que prestar contas à Nação, ao seu povo e as próprias leis da vida, porque ele se transformou num verdadeiro instrumento que carcome o País na sua honra e na sua dignidade. Rejeita o convite da CPI da Capemi para ser ouvido e prestar esclarecimento dizendo: "Não vou lá, porque não quero." Ora, Exª, este tipo de afirmação se dá em cancha de bocha, em cancha de futebol, no meio da rua, mas não se dá em documento oficial para um Poder como este. É um descalabro, é um desrespeito. E ele, a esta altura dos acontecimentos, não honra as estrelas que tem nos ombros, pisando em cima da Casa do povo, da Casa das leis. Ele terá que prestar contas, também, dos seus atos quando Presidente do SNI. O Presidente Figueiredo faz vistas grossas e continua a situação de caos institucionalizado neste País.

Então, surge o Sr. Maluf como um verdadeiro fantasma, amedrontando todo mundo, inclusive os homens de bom senso. O País inteiro quer eleições diretas. Maluf vai ser o Presidente da República? Não será o Presidente da República Maluf, porque o próprio Presidente Figueiredo, agora no Rio de Janeiro, afirmou que ele gosta muito de fazer um pênalti aos 46 minutos. Ele costuma falar entre linhas, dar o recado pelas bordas do assunto, tangenciando o assunto, e foi categórico quando disse que, no tempo de guri, ele gostava muito de fazer pênalti com a mão e aos 46 minutos — querendo, como quê dar um recado à Nação. O próprio Governador Brizola estava ao seu lado e ouviu que S. Exª, no dia da eleição do Colégio Eleitoral, vai apresentar um candidato a Presidente da República do seu feitio, do seu gosto e que entrose com seu esquema, seu esquema ditatorial, empobrecedor deste País. Os malufistas que vão gastando as suas pólvoras, vão gastando as suas munições, porque o Presidente Figueiredo já disse; aos 46 minutos ele vai fazer o pênalti, mas acontece que quem está sendo o goleiro, a esta altura dos acontecimentos, é o povo brasileiro, que vai segurar essa bola no peito e jamais a entregará, porque a Casa é do povo, e o povo terá que vir comandar a sua Casa, acabando este desgoverno que existe no País.

Portanto, resolver a crise nacional, passando quatro dias descansando no Rio de Janeiro, depois da viagem da China, na maior das mordomias, quando chegou no Brasil e ficou mais dez dias descansando na Granja do Torto, olhando seus cavalos, que beleza!... Enquanto isto, nós temos 35 mil professores em greve; temos 60 mil funcionários públicos em greve, ganhando salários de fome, de miséria. E volta das férias da China e vai novamente para o Rio de Janeiro, lá para sua granja, enquanto os funcionários, os professores, o Brasil inteiro que se "lixer", que se dane! Pois o Presidente só vai para o Palácio no dia em que quer.

De sorte que o depoimento do Vice-Presidente Aureliano Chaves, ontem à noite, nós o recolhemos, como um pronunciamento muito sério à Nação. S. Exª teve a coragem e a ousadia de romper com o sistema que está aí, mas é uma pena que não o rompesse antes; tinha que ter rompido já há uns três ou quatro anos; mas ainda rompeu em tempo, porque é um homem sério, um homem vertical, um homem que a Nação respeta pelos seus atos, pelas suas atitudes, quando assumiu as rédeas do Governo.

O Sr. José Maria Magalhães — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. OSVALDO NASCIMENTO — Pois não.

O Sr. José Maria Magalhães — Deputado Osvaldo Nascimento, Líder do PDT, V. Exª tem razão. Aliás, razão ampla em todas as suas considerações. Mas essa agora foi realmente de pasmar: enquanto no Brasil estamos com 50 mil servidores autárquicos em greve, 30 mil professores de universidades em greve, 8 mil médicos residentes em greve, 350 mil estudantes sem aulas, e agora há quatro dias, com a greve no INPS. Em Minas Gerais, o INPS está praticamente parado, os doentes há quatro dias sem atendimento, apenas atendidos pelo SUG que é o serviço de urgência. Veja V. Exª: o Presidente chega da viagem ao Oriente, ainda bem não descansou da viagem, num fim de semana em que S. Exª devia se reunir com a Ministra da Educação, Esther de Figueiredo Ferraz...

O SR. OSVALDO NASCIMENTO — Foi descansar de novo!

O Sr. José Maria Magalhães — ...e com os outros Ministros da área de Saúde e da Previdência Social, messes dias em que teria para tratar de assuntos seriíssimos, se mandou para o Rio de Janeiro e foi passear, largando a nau sem rumo que é como o País está. Nós não podemos

concordar com isso. V. Exª receba, portanto, o apoio do PMDB, Partido de Oposição, às denúncias que V. Exª faz, que estão realmente ajustadas com o pensamento de todo o povo brasileiro, que está sentindo um desgoverno e a falta de comando no País, conforme já afirmou o Vice-Presidente da República.

O SR. OSVALDO NASCIMENTO — Agradeço o aparte de V. Exª que vem reforçar o que já vimos dizendo.

Continuando, Sr. Presidente, nós sabemos que o Presidente Figueiredo não passa mais do que duas horas no seu Gabinete. Imaginemos, portanto, o Presidente Figueiredo, o jeito que vai levando o barco, sem rumo e sem destino, numa verdadeira catástrofe social, imaginemos se S. Exª ficasse oito horas por dia no seu Gabinete, o que seria deste País? Felizmente, S. Exª passou a bastante, gosta de andar de avião, gosta de andar com bastante gente em roda, que é para confortá-lo, anima-lo, enfim, dar-lhe planos para reformular o seu Governo quando voltar para Brasília.

Mas, companheiros da Oposição, o Presidente Figueiredo vai chutar o pênalti aos quarenta e seis minutos, não tenho dúvidas disso. Não tenhamos dúvidas, porque S. Exª não vai largar o Governo nas mãos de um cleptomaniaco; não vai largar o Governo para a Oposição de mão beijada, porque S. Exª teme o revanchismo, teme as "gavetas", e teme inclusive a cobrança do povo, justiça mais justiça. Então, o que vai acontecer é exatamente isso: aos quarenta e seis minutos o Presidente Figueiredo vai chutar a bola de canhota ainda, e nós temos que estar aquartelados na goleira com o povo para encaixarmos no peito esta bola, e sairmos triunfalmente dizendo: "Viva a independência do Brasil! O Brasil se libertou, chegou a hora de cantar o Hino da Liberdade do Brasil!". Porque o Brasil se libertou do Fundo Monetário Internacional, dos banqueiros internacionais, dos corruptos encastelados no Poder; o Brasil se libertou das algemas que o prendiam aos interesses malucos, de malufistas e de instrumentos que corroeram por vinte anos este Brasil que é dos brasileiros.

Em nome do meu Partido, o PDT, e em nome das crianças brasileiras que morrem de fome, neste País, nós não podemos passar por esta tribuna, sentar nessas cadeiras do parlamento, e nos transformar em verdadeiros omisso, covardes, diante da realidade dura que nos fere o coração. É preciso falar a linguagem do povo, a linguagem direta, a linguagem da verdade, a linguagem da luz, a linguagem da razão, a linguagem dos fatos, porque é exatamente isto que o povo quer. eleições Diretas agora e Já. Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra à nobre Deputada Cristina Tavares, para uma explicação pessoal, por cinco minutos.

A SRA. CRISTINA TAVARES (PMDB — PE. Para uma explicação pessoal. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

A douta Liderança do PDS entendeu fazer considerações sobre denúncia formulada a respeito de uma das pequenas corrupções do Deputado Paulo Salim Maluf, enquanto Governador do Estado de São Paulo. E, sobretudo, entre os parlamentares que se filiam à corrente malufista, hoje sinônimo, neste País, de corrupção, de arbitrariedade, parlamentares que têm uma tradição de apoiar golpistas da extrema direita, e de se recusar às reformas que a Nação deseja, parlamentares que têm a sua mente completamente distorcida, ao ponto de se ouvir dizer, nesta Casa, que a Nação inteira quer Paulo Maluf, com exceção dos radicais de esquerda. Sr. Presidente, se não fosse o delírio dos covardes, eu diria que é um deboche e que não merece ou não mereceria sequer um comentário.

Gostaria de dizer a esta Casa que, no momento em que há eleição neste País, sobretudo em São Paulo, em que os órgãos da administração pública se envolvem e se empenham na eleição dos seus candidatos preferenciais, é natural que um parlamentar da qualidade moral do ex-Deputado Audálio Dantas não tenha conseguido chegar lá, teve 55 honrados votos, e não os 500 mil votos feitos com a administração empenhada na corrupção, com escândalos, dentre os quais o da Paulipetro que será cobrado, é natural, Sr. Presidente, que parlamentares progressistas deste País não tenham se dado tão bem nesse processo corrupto-eleitoral, vigente desde 1964. Mas, daí a inferir que as idéias progressistas, neste País, não encontram guarida na opinião pública nacional é, no mínimo, uma ausência total de sensibilidade. Aí está a campanha pelas eleições diretas para Presidente da República. Vinte milhões de brasileiros vão às ruas, e a linguagem dos palanques é toda erivada no pensamento progressista deste País. E quando falo em pensamento progressista, Sr. Presidente, não excluo sequer os partidos políticos que estão na clandestinidade e dos quais posso falar com muita isenção, pois a nenhum deles me filio. Portanto, aí está a campanha das eleições diretas para Presidente da República para mostrar que o pensamento progressista não está apenas nos partidos políticos, mas nas entidades civis, nas praças, nas fábricas, nos sindicatos, nas instituições que exigem eleições diretas para Presidente da República. Os Paulos Salim Maluf e o Presidente da Câmara dos Deputados têm que sair pelas portas laterais dos clubes, porque não conseguem enfrentar a opinião pública sem que esta vomite sobre eles o seu desprezo, e o desprezo que tem qualquer cidadão de bem para com essa gangue malufista que infelicitou este País, que será julgado não apenas pela História, mas por qualquer Governo democrático e popular que assumira, como vai assumir, por exigência deste País. Muito obrigado!

O Sr. Siqueira Campos (PDS — GO.) — Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Siqueira Campos, como Líder

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDS — GO. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A nobre Deputada Cristina Tavares distorceu até no pedido para explicação pessoal que é dado quando o parlamentar é ofendido. Acho que S. Exª se ofendeu quando chamei-a de nobre, foi a única palavra que disse referentemente a S. Exª Chamei-a de nobre Deputada, essa era a única razão de ofensa de V. Exª vir à tribuna com base no Regimento, se julgou a designação de nobre que lhe fiz como ofensa.

Agora, Sr. Presidente, a palavra covarde S. Exª atirou contra aqueles que seguem o Sr. Paulo Maluf. Mas, covardes são aqueles que estão do lado de lá, distorcem a verdade e distorcem o Regimento. Covardes são aqueles que apresentam projetos feitos por homens do sistema e vão se banquetear nos Estados Unidos às custas da IBM. Sr. Presidente, isso que é covardia, porque é traição à Pátria, e se mostram todos bonitinhos como patriotas. É preciso colocar as coisas nos devidos lugares, Sr. Presidente. Não vim apresentar nenhum projeto aqui redigido em gabinetes para fazer média com os patrões americanos, como os verdadeiros covardes o fizeram comprovadamente.

Agora, Sr. Presidente, precisamos nos ater às coisas sérias. A esquerda se engalfinha entre si e se digladiam nos seus quadros, sejam fidelistas, estalinistas, leninistas, trotskistas, albaneses. Todos os matizes, Sr. Presidente, se engalfinham e querem, por vaidade e por interesse pessoal, se apresentar como os melhores defensores da Pátria. No entanto, Sr. Presidente, quando se trata do Sr. Maluf eles se unem e vêm todos contra o Sr. Maluf.

Por quê? Porque contraria os seus interesses grupais. E vem aqui, também, distorcidamente, como fez a nobre Deputada Cristina Tavares, utilizando-se do Regimento

O Sr. Osvaldo Nascimento — Permite V. Exª um aparte, só para colaborar com V. Exª?

O SR. SIQUEIRA CAMPOS — Sr. Presidente, não vou conceder apartes. Esse expediente é condenável, é uma forma de impedir a resposta que dói aos homens que têm por patrão o Sr. Leonel Brizola, que pegou o dinheiro que mandou o Sr. Fidel Castro fazer guerrilha, comprou latifúndio no Uruguai, mandou assassinar um Deputado Estadual, no Rio, porque se voltou contra ele, o Deputado Isalcides.

O Sr. Osvaldo Nascimento — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. SIQUEIRA CAMPOS — E que mandou, também, expulsar do Partido a voz autorizada do Deputado que o elegeu no Rio, tendo uma votação pessoal de mais de 500 mil votos. o Deputado Agnaldo Timóteo.

O Sr. Osvaldo Nascimento — V. exª está fazendo uma denúncia.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS — Sr. presidente, peço a V. Exª que me assegure a palavra e desligue o microfone de apartes.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — O orador não permite apartes

O SR. SIQUEIRA CAMPOS — Eles denunciam, Sr. Presidente, e não querem ouvir a resposta. Mas vão ouvir, vão ouvir a resposta, porque democracia é isso mesmo, Sr. Presidente.

O aparte é dado quando se está fazendo o discurso — não pedi aparte a S. Exª — e não quando se está respondendo.

E não vai o nobre Deputado Osvaldo Nascimento, com a sua técnica terrorista, atrapalhar-me.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Encareço ao nobre Deputado Osvaldo Nascimento que não fale. Asseguro a palavra do orador na tribuna

O SR. SIQUEIRA CAMPOS — A verdade é que essa gente quer dizer, Sr. Presidente, que somos antidemocráticos, que Maluf teve uma pequena corrupção. Onde está a prova? O Tribunal comprovou essa pequena corrupção que foi rejeitada *in limine*, Sr. Presidente? Então, querem fazer com que uma coisa que transitada em julgado apareça como uma prova contra Paulo Maluf. Querem realmente impedir a subida de Paulo Maluf ao poder! Por quê? Porque essa gente vai ser toda expelida pelo voto popular na hora em que Paulo Maluf subir ao Poder, porque sabe que ele tem competência administrativa, de comunicação e também competência política.

O PDS vai subir, na realidade, porque não foi marcada a direta. E se a eleição tivesse sido marcada direta, nós iríamos de direta. Não estamos querendo fraudar o resultado das urnas, como estão os brizolistas que pegaram o dinheiro de Fidel Castro para comprar propriedades no Uruguai, Sr. presidente. É preciso que se coloque as coisas nos seus devidos lugares. A única forma de conter a voz desses terroristas é — a utilização de apartes sem a autorização do orador o que é terrorismo, Sr. presidente — desligando o microfone de apartes. Requeiro a V. Exª, que me assegure a palavra.

O Sr. Osvaldo Nascimento (Aparte fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Nobre Deputado Osvaldo Nascimento, a Mesa apela para que V. Exª permita que o orador fale.

O Sr. Osvaldo Nascimento (Aparte fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Apelo a V. Exª para que a Presidência, não tenha que usar o Regimento.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS — Sr. Presidente, não existe ataque pessoal: ele é feito em revide ao que se faz aqui. Mas, nobre Deputado Osvaldo Nascimento, não tenho nada de natureza pessoal quanto a S. Exª, que é um homem honrado, agora quanto às idéias e às companhias do nobre Deputado Osvaldo Nascimento, essas sim, são as que a Nação está julgando. Agora veja só quando S. Exª assaca contra o General Newton Cruz, dizendo que o General desenrou um Congresso. Não se trata disso. A aprovação do requerimento que pretendeu convocar o General Newton Cruz foi completamente irregular. Ele foi feito em cima da falta de um cumprimento, de um compromisso que esses farsantes da esquerda fizeram e não o quiseram manter para posar para a imprensa. E agora vêm querer dizer que o General Newton Cruz foi convocado, como, se a votação fosse irregular? Aquela resposta foi dada a quem pressionou, a quem patrulhou, a quem promoveu a aprovação de uma coisa irregular. A resposta de S. Exª ao Ofício que lhe fez o Presidente, que já reconhecia essa ilegalidade, não foi contra o Congresso Nacional. Foi contra aqueles que querem utilizar-se do nome do Congresso Nacional para enxovalhá-lo, para colocá-lo na rota de colisão e tentar uma desmoralização da instituição, com o que teriam destabilizado as instituições, teriam facilitado a sua subida ao poder, o que não acontecerá pela incompetência e, também, porque eles são execrados de há muito pelo povo brasileiro.

Não sei o que pretende o nobre Deputado Osvaldo Nascimento. Não sei porque S. Exª reclama a presença do Presidente Figueiredo e, no entanto, aplaude a ausência. Porque quando S. Exª diz que o Presidente não trabalha faz uma injustiça. S. Exª não está se lembrando do Presidente que não deixou de preocupar-se em decidir sobre muitas coisas do nosso País, nem quando estava em Cleveland, implantando no peito as safenas que lhe salvaram a vida. O Presidente é um homem que, numa situação de pós-operado, vem se dedicando com afinco às soluções dos problemas nacionais. S. Exª não vê isso, não vê que este País, graças a Deus, já reencontrou a sua marcha para o progresso; que tivemos realmente crises, Sr. Presidente, mas que estamos as ultrapassando; que chegamos aos quinhentos mil barris diários de petróleo. Agora vêm S. Exª e a nobre Deputada Cristina Tavares querer condenar Paulo Maluf pelo crime que cometeu contra o País, o crime da PAULIPETRO. Sr. Presidente, crime foi do Sr. Montoro que na hora em que o gás já havia sido descoberto — que é o indicio seguro de petróleo — e de natureza comercial que dava para abastecer a cidade de São Paulo, como aconteceu agora com a Shell, que encontrou gás na bacia de Santos, tão comercial a produção que dá para abastecer a Cidade de São Paulo.

Sr. Presidente, se não tivéssemos perfurado, não teríamos chegado aos 500 mil barris; se perfurarmos como o Sr. Paulo Maluf deseja — não precisa ser como ele deseja, não, mas como ele pôde fazer, apesar de todos os obstáculos, no Estado de São Paulo —, se perfurarmos, chegaremos à completa independência, no que se relaciona a combustível. Só tem um meio de encontrar petróleo: é perfurando. Despesas foram feitas, as maiores despesas, e na hora do resultado, criminosamente, o Sr. Franco Montoro, por despeito político, mandou paralisar. Os técnicos de PAULIPETRO, todos, estão unânimes em dizer que foi um crime contra a nação.

Agora, está aqui um bajano contrariando com o seu terrorismo, fora do microfone, contrariando a Monteiro Lobato, que enfrentou o imperialismo, para dizer que na

Bahia tinha petróleo. Ele diz que não, que no Brasil não tem petróleo, apesar dos 500 mil barris.

Está aí o impatriotismo dessa gente que vai ser democraticamente esmagada pelas urnas, conduzidas, sem dúvida alguma, à Nação, pelo grande futuro Presidente Paulo Maluf.

É isso que essa gente quer impedir: o desenvolvimento do País, o bem-estar do brasileiro, a auto-suficiência em petróleo, a emancipação tecnológica, científica, o desenvolvimento do Brasil, a emancipação do brasileiro por um dos homens mais civilizados, mais dotados de meios de viver e de realizar a sua felicidade. Mas não o conseguirá. Essa gente não o conseguirá com essas expressões, com esse terrorismo. Era o que eu tinha dizer. (Muito bem! Palmas.)

A Srª Cristina Tavares (PMDB — PE.) — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem. A nobre Liderança do PDS acusa-me de ter traído o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — V. Exª já usou da palavra para uma explicação pessoal.

A Srª Cristina Tavares — Não nesse caso, em que sou acusada pelo nobre Líder Siqueira Campos, como traidora do Brasil. Peço a V. Exª que me conceda o tempo regimental.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Vou conceder a palavra a V. Exª, por 5 minutos.

A Srª Cristina Tavares — Agradeço a V. Exª

A SRA. CRISTINA TAVARES (PMDB — PE. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

As mentes poluídas pelo gás da PAULIPETRO, intoxicadas pelo gás da PAULIPETRO, acabam de se auto-acusarem: “defender a reserva de mercado para a indústria brasileira de informática é crime de traição ao Brasil” — afirma o nobre Líder Siqueira Campos.

O Sr. Siqueira Campos — Eu não disse isso. São interpretações desforçadas de V. Exª

A SRA. CRISTINA TAVARES — Talvez não saiba o que está dizendo, e o sabe também, porque em publicações dos Estados Unidos, as empresas multinacionais que querem a queda da reserva de mercado para a indústria de computação nacional, que compromete a soberania do Brasil, além do Ano 2.000 — publicações essas em inglês dizem que “o acerto da reserva de mercado só será quebrado se Paulo Salim Maluf fôr Presidente da República”. Até nisso está empenhado o Sr. Paulo Salim Maluf.

Documentos como estes foram apresentados pelo Senador que escreve Brasil com “z” e que tem como castigo ter que apresentar o seu passaporte diplomático dizendo que nasceu no Brasil, que se chama Senador Roberto Campos. Esses que acusam os que defendem a reserva de mercado da indústria de computação no Brasil, de traír ao Brasil, porque apóiam a política de reserva de mercado que, neste momento, é defendida pela Secretaria Especial de Informática.

Sr. Presidente, gostaria de dizer que as mentes poluídas pelo gás de PAULIPETRO não podem entender que pessoas conheçam outros países, sem que adiram. Isto porque o método por eles empregado de adesão é sempre a compra, acreditam que todos os brasileiros e todos os parlamentares com assento nesta Casa têm o seu mandato à venda

Não acredito que, quando o Governo da China convidou o Presidente João Figueiredo para ir lá, por um momento sequer admitiu que o Presidente iria sair da China se tornando um marxista-leninista. Não, Sr. Presidente. Estes homens intoxicados pelo gás da PAULIPETRO, tal a indigestão neste País, falam em eleição democrática

no Colégio Eleitoral, que é ilegítimo na sua composição e que foi feito para reproduzir o sistema. A reprodução degenerada do sistema, que se chama Paulo Salim Maluf e seus adeptos de extrema direita, querem entregar a indústria de informática no Brasil às empresas multinacionais, e acusam de traição à Pátria aqueles que têm a honra de defendê-la.

Quero que isto fique registrado, porque esses pequenos pronunciamentos na sessão do Congresso Nacional haverão de ser estudados pelos historiadores deste País, que verão que por muito pouco conseguimos livrar-nos de um regime fascista. (Muito bem!)

O Sr. Siqueira Campos — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Deputado Siqueira Campos.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDS — GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

A História haverá realmente de registrar, pelo comportamento de figura como a Deputada Cristina Tavares, haverá, também, de saber os seus contemporâneos de saber quem é poluído...

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Gostaria que V. Exª citasse o artigo do Regimento.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS — Sr. Presidente, cito, igualmente o que a Deputada Cristina Tavares também citou: o direito da defesa. É uma agressão dirigida a mim.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra a V. Exª por cinco minutos, para uma explicação pessoal.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDS — GO. Para explicação pessoal. Sem revisão do orador.) — Agradeço a V. Exª, porque V. Exª é um democrata. E não protestei, Sr. Presidente. Deixei que fosse dada a palavra à Deputada, sem protestar. Agora, o direito de defesa existe. V. Exª é um democrata e o Congresso Nacional é uma composição de democratas.

Agora, Sr. Presidente, na verdade revidei uma agressão que a Deputada Cristina Tavares fez, que foi de haver dito que nós éramos covardes e apontou pessoalmente para mim, e V. Exª viu. Eu não citei nada a não ser a expressão nobre, que eu retiro, para citar somente Deputada Cristina Tavares, tão-somente. Não vou ofender mais S. Exª

De forma que essa história de reserva de mercado ou não reserva de mercado, eu não entrei nesse campo que não é a minha especialidade, e eu não tomei posição sobre isso. E não preciso de lição da Deputada Cristina Tavares. Enquanto ela vai vender o Brasil lá para a União Soviética, para a China e para outros países, eu estou aqui defendendo o interesse nacional, Sr. Presidente.

A História de julgar a todos os parlamentares que vivem essa época difícil. O que eu disse é que covardes são aqueles — e ela colocou a carapuça na cabeça — que apresentam projetos elaborados em gabinetes do Governo, que ela ataca todo o dia, e aceita convites com despesas pagas e tudo mais, dela IBM, para discutir o problema. Se a Deputada se sentiu ofendida com isso, essa é a realidade. Ela apresentou o projeto e ela foi para os Estados Unidos, a convite da IBM. Agora não sei se a posição dela, de reserva de mercado ou de não reserva, ou de entrega a esse ou aquele setor alienígena, de qualquer área da economia brasileira, não sei se S. Exª está sendo correta ou incorreta nisso. Não analisei, não entrei no mérito da questão.

Essa é a verdade. Não inicie os ataques, apenas os respondi. Porque há mania de agressão contra o Sr. Paulo Maluf, agora que se aproxima a vitoriosa Convenção do PDS, do dia 2 de setembro, estão todos desesperados.

A vigor, acho que eles não merecem nem resposta, porque toda vez que se responde, eles tentam tumultuar mais ainda. Nego-me a responder.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente (Muito bem! Palmas)

O Sr. Osvaldo Nascimento — Sr. Presidente, peço a palavra para explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra a V. Ex^a pelo prazo de cinco minutos.

O SR. OSVALDO NASCIMENTO (PDT — RS. Para explicação pessoal. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas.

Interessante que o ilustre Deputado, Vice-Líder do Governo, fez uma declaração muito séria. Gostaria que V. Ex^a consignasse em Ata o discurso, por inteiro, do ilustre Deputado Siqueira Campos, quando declarou que o Governador Leonel Brizola contratou um leão-de-chácara para matar um Deputado — não foi bem assim os termos, mas foi mais ou menos o sentido — e que buscou dinheiro em Cuba para executar esse plano.

Srs. Congressistas, estamos vendo assim, de uma certa forma, os ilustres irmãos malufistas trabalhando de uma forma passional. Atitude desajeitada, desarticulada, comprometedora, desafiadora, deseducada.

É um *staff* que, *data venia*, no dia em que se reuniu a direção regional do PDS, parecia ali uma quadrilha de lobos ferozes querendo carcomer uma criatura que se chama José Sarney. E não tinha outra atitude José Sarney, naquele acontecimento, a não ser entregar o mandato de Presidente do PDS, porque a quadrilha organizada do Sr. ídolo e cavaleiro andante de pés de barro, Paulo Salim Maluf, está preparada para o que der e vier. Mas, a grande verdade é que eles vão dar com os burros n'água, imediatamente porque, contra a verdade, contra os fatos, não há argumentos.

O povo quer homens sérios e verticais, que dobrem a espinha diante da grandeza nacional e não diante da pequenez de cérebros medíocres, que não tem a dimensão de examinar e de visionar a realidade do seu País. Daí porque a nossa defesa. Daí porque voltar aqui e dizer ao ilustre Vice-Líder do PDS que não aceitamos as suas palavras porque verteram de um nascedouro poluído, de uma vertente poluída e esta vertente, sem primeiro se fazer a limpeza, a drenagem — a drenagem da compreensão, do diálogo e do entendimento — não aceitamos as suas acusações contra a nossa pessoa. Estamos aqui na Câmara, ilustre Deputado, para defender os interesses nacionais, os interesses do povo e não os interesses de grupelhos interesseiros no poder que estão aí por casuísmos. O Sr. Paulo Salim Maluf vem dizer-se que é contra os casuísmos quando S. Ex^a é um casuísmo do Governo. O verdadeiro casuísmo deste Governo é Paulo Salim Maluf e o grupo passional que o rodeia, que está desesperado porque já estão repartindo cargos, até questionando à sombra de um governo Paulo Salim Maluf. Nós temos certeza que o povo e os Deputados sérios e verticais do PDS irão votar com a Oposição, se preciso for, até no Colégio Eleitoral, para que o Brasil não descambe para o despenhadeiro da morte e da guerra civil, que está próxima.

Lamentavelmente, estão aí os problemas sociais, e os Líderes do PDS não querem enxergar. S. Ex^s acham que os membros da Oposição, os integrantes da Oposição, são subversivos, são esquerdistas, agitadores e incendiários porque esta linguagem já está cansada. O povo não quer mais ouvir, já que está nos ouvidos do povo há 20 anos. Por favor, Ex^a, use novo vocabulário. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Thomaz Coelho.

O SR. TOMAZ COELHO (PMDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

É com pesar que registro desta tribuna o falecimento de uma das mais excepcionais figuras dos meios de comunicação do Ceará, o radialista e jornalista João Ramos, um dos fundadores do rádio em meu Estado.

Homem de inegável talento, João Ramos, pode-se afirmar, foi um profissional que exerceu de tudo na radiofusão cearense, fazendo das famosas novelas do rádio, até as novelas na televisão, de onde também foi um dos fundadores.

Hoje, dando seguimento às suas atividades, era um dos diretores do *Diário do Nordeste*, um periódico bem dotado em seu parque gráfico, do qual João Ramos era o responsável maior. Seu desaparecimento, Srs. Congressistas, deixou-nos consternados pela falta que fará no bojo de suas atividades, sempre ricas pela modéstia e competência, com as quais desempenhava as tarefas que lhes era merentes.

Ao registrar o seu falecimento, desejo solidarizar-me com seus familiares; com a classe de jornalistas, que perde um de seus mais sérios e dignos profissionais; com o Ceará; que sentirá sua ausência, porque sua presença sempre foi marcante, solene e majestosa. No rádio e na televisão do Ceará ficarão sempre a voz e a imagem deste homem que nasceu, cresceu e viveu no silêncio de seu trabalho, ainda que permanentemente pródigo nas lições e nos exemplos.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Fernando Santana.

O SR. FERNANDO SANTANA (PMDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O Desembargador Cândido Colombo Cerqueira, sepultado em Brasília no dia 31 de maio, nascido em Caitité-Bahia, iniciou seus estudos em colégio religioso na terra do ilustre e saudoso Professor Anísio Teixeira. Fez o curso ginasial no tradicional Colégio Antônio Vieira, dos jesuítas e o Superior na Faculdade de Direito da Bahia. No Colégio Vieira teve como mestres os famosos jesuítas Padre Cabral e o Cientista Padre Camilo Torrend. Foi homem probo e Juiz honrado. Quando deixou a cidade de Feira de Santana, na Bahia, recebeu das sacadas da Prefeitura uma chuva de pétalas de rosas do povo daquela cidade. Vítima do arbítrio da Revolução, foi cassado quando Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, por vingança, quando tentava sanear problemas de corrupção naquela Corte. Caluniado, como homem de elevada moral e dignidade profissional só retornou à Bahia quando anistiado e reintegrado ao Tribunal de frente erguida para rever seus inúmeros amigos, admiradores, colegas e familiares. Após cassado, sem nenhum provento passou privações, recolhido a um sítio modesto nos arredores de Brasília, onde, com sua digna e solidária esposa deu assistência e adotou algumas crianças órfãs e doentes, com dedicação de verdadeiro pai. Para tratamento de sua saúde, da sua esposa e das crianças era comum encontrá-lo nas filas do Hospital de Base de Brasília.

Como Juiz no Estado da Bahia não conseguiu amealhar o necessário para comprar nem sequer uma modesta casa.

Quero, Sr. Presidente, render minhas homenagens aos Juizes dignos do meu País, na pessoa do saudoso Desembargador Cândido Colombo Cerqueira e solicitar a transcrição nos Anais do Congresso Nacional do discurso do Ilustre Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, Antonio Amorim Pires, publicado no *Correio Brasileiro* do dia 1º de junho de 1984. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. FERNANDO SANTANA EM SEU DISCURSO:

Presidente do TJ faz homenagem a Cândido Colombo

Em seu adeus ao desembargador Cândido Colombo Cerqueira, sepultado ontem, o presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, Antônio Amorim Pires, enaltece os seus brilhantes serviços prestados a justiça brasileira e diz que o seu exemplo "permanece na consciência de todos nós". Segue, na íntegra, o discurso do presidente do TJDF.

Desembargador Cândido Colombo.

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios aqui estão, por mim representado, para trazer-te o seu último adeus. Para dizer ao grande Juiz que o teu nome e o teu exemplo de magistrado sereno e equânime permanece íntegro, na consciência de todos nós.

A tua vida funcional foi um constante pelejar visando ao bem comum e aos seus fins sociais.

Juiz que foste no teu Estado natal, na tua Bahia culta, que é berço do civismo, em primeiro ou segundo grau, sempre voltaste o teu pensamento para a boa aplicação da lei, dentro dos princípios imparciais da Justiça.

Nas comarcas mais distantes ou na capital do teu Estado, na cúpula do Judiciário, a tua preocupação era dar a cada um o que é seu, sem alarde, limpo de coração, com a placidez dos justos.

Pelas tuas qualidades, que ultrapassaram as fronteiras do teu Estado, foste convidado para compor o Judiciário de Brasília, nos idos de 1960, quando então se iniciava. Eram quatro, nessa altura, os evangelistas da justiça, vindo de plagas diversas: Hugo Auler e Henrique Brauner, da antiga capital da República, Marcio Ribeiro, do ilustre Tribunal de Minas Gerais e tu, do tradicional e experiente Tribunal baiano, em cuja capital se instalou, em 1609, o primeiro Colegiado, com julgadores originários de Portugal.

Brasília era então simples esperança de que foste um dos pioneirismo. Lutando, enfrentando dificuldades naturais a todo pioneiro, conseguiste, com a ajuda dos teus pares, a formar um Judiciário moderno, que hoje pontifica neste Planalto.

Basta isso para provar o teu idealismo, a tua fé de trabalhar por um Brasil coeso, senhor do seu destino, capaz de honrar a tradição de cultura e dignidade, que herdamos dos nossos maiores.

Esse galardão ninguém pode tirar-te, sempre disposto a dar mais do que a receber.

Manso como um cordeiro, tranqüilo pela consciência de bem julgar, a tua personalidade impressionava, pois a todos distribuias sempre uma palavra de compreensão e de carinho, como a definir o próprio nome. Cândido.

E nada mais enaltece um juiz do que a mansidão dos seus decisórios.

Quem procura a Justiça é porque precisa do seu amparo, é porque não teve força bastante para resolver os próprios problemas. E sendo assim, como em verdade o é, o postulante a procurar a Justiça, já dela de aproxima com certo constrangimento ou frustração.

A delicadeza, portanto, com que o recebe o juiz se transforma em lenitivo, em verdadeiro bálsamo sagrado.

E foi esse o teu segredo, desembargador Cândido Colombo!

O Juiz não tem necessidade de ser tão só, um jurisconsulto, mas, sim, o de julgar bem, com o coração limpo.

E assim julgaste ao longo da tua carreira de magistrado, que convenia pela lógica dos argumentos

e encantava, pela serenidade, uma vez que nada é mais digno do que ser justo, nem mais nobre do que ser bom.

Nunca fizeste alarde das tuas decisões, havendo exercido a judicatura como verdadeiro sacerdócio. No Foro eras o juiz, no lar, o seu guia e na sociedade, o cidadão probo e respeitoso.

Grande, assim o exemplo que deixas para todos nós.

Poucos países, no mundo possuem juízes que tratam o quadro comparativo e conhecido descrito por Calamandrei: Em certas cidades da Holanda existem modestos lapidadores, que passam o dia em suas humildes bancas de trabalho, lapidando jóias de terceiros que, uma só delas, os deixariam independentes. Entretanto, ao cair da tarde, após devolvê-las aos seus anciosos donos, regressam a casa e ali, em mesa tosca, se alimentam de comida frugal, ao lado da esposa e dos filhos mal nutridos.

Tal é a vida do Juiz, conclui Calamandrei, por cujas mãos passam demandas vultosas, de verdadeiros Midas...

Cândido Colombo, que deixou o seu Estado natal, que enfrentou tantas comarcas desprovidas de conforto, que veio para Brasília, em época em que os seus caminhos eram invios, que deu à Justiça o seu amor, o seu sangue, a sua saúde e o seu civismo, deixa-nos hoje como um justo, pobre de bens materiais, mas rico pela grandeza da sua formação moral.

Grande Juiz! Os teus pares aqui estão e te saudam, neste adeus derradeiro, pelo exemplo que deixaste e pela tranqüilidade com que despedes desta vida fugaz, na certeza de que nada mais digno do que ser justo, nada mais belo do que ser bom."

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Está esgotado o período destinado a breves comunicações. (Pausa)

Esgotou-se no dia 15 do corrente, o prazo previsto no § 3º do art. 59 da Constituição, para deliberação do Congresso Nacional sobre as seguintes matérias vetadas pelo Senhor Presidente da República:

Projeto de Lei do Senado nº 278, de 1976 (nº 1/79, na Câmara dos Deputados), que acrescenta dispositivos à Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973, que regula os direitos autorais (veto total); e

Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 1981 (nº 609/79, na origem), que dá nova redação ao caput do art. 899 da Consolidação das Leis do Trabalho, e determina outras providências (veto total).

Nos termos do § 4º do referido dispositivo constitucional, os vetos são considerados mantidos.

A Presidência fará a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — A Presidência comunica que, não tendo sido apreciado no prazo estabelecido no § 1º do art. 55 da Constituição, o Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 1984-CN, referente ao Decreto-lei nº 2.090, de 1983, será incluído em Ordem do Dia, em regime de urgência, em 10 sessões subsequentes, em dias sucessivos, a partir de hoje, conforme determina o citado dispositivo-constitucional, *in fine*.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, neste plenário, destinada à leitura das seguintes Propostas de Emenda à Constituição:

Nº 44, de 1984, que dá nova redação ao item III do artigo 165; e

Nº 45, de 1984, que dá nova redação ao art. 92, da Constituição, estabelecendo o serviço agrícola obrigatório.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Atendendo à finalidade da sessão, o Sr. 1º-Secretário irá proceder à leitura das Mensagens Presidenciais nºs 63 e 64, de 1984-CN.

São lidas as seguintes

MENSAGEM Nº 63, DE 1984-CN

(Nº 171/84, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Tenho a honra de comunicar a Vossas Excelências que, nos termos dos arts. 59, §§ 1º e 81, item IV, da Constituição, resolvi vetar, integralmente, o Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 1981 (nº 1.909, de 1979, na Casa de origem), que "acrescenta parágrafo ao art. 129 do Código Penal, instituído pelo Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940", para o efeito de estabelecer que não constitui fato punível a ablação de órgãos e parte do corpo humano, quando considerada necessária em parecer unânime de junta médica e precedida de consentimento expresso de paciente maior e capaz.

A inserção, no momento, da modificação proposta melhor se examinará no projeto de lei que reformula o Código Penal. O novo Diploma, atento à complexidade do tema e às implicações dele decorrentes, por certo dedicará à matéria, em capítulo próprio, o tratamento mais adequado.

Além disso, observa o Ministério da Saúde que os trabalhos científicos sobre o transexualismo, quando não tendenciosos, são polêmicos e limitam-se a registrar casos isolados sem tecer quaisquer considerações de caráter teórico. A literatura própria menciona complicações pós-operatórias, morbidade, mortalidade e perturbações psíquicas dos pacientes. As estatísticas são omissas quanto aos percentuais de êxito do tratamento.

Acrescenta, ainda, que o procedimento cirúrgico é radical e irreversível, constituindo método simplista que não resolve a patologia do transexual, por não eliminar o conflito subjacente que lhe dá causa.

Opina, diante disso, que a legitimidade da conduta médica seja examinada caso a caso e levada à apreciação da Justiça, visando a prevenir a generalização de prática que deve ser adotada com parcimônia.

Fundado nessas razões, resolvi vetar, integralmente, por contrário ao interesse público, o projeto em causa, razões que ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 4 de junho de 1984. — **João Figueiredo**.

PROJETO A QUE SE REFERE O VETO
PLC nº 15, de 1981, no Senado Federal
PL nº 1.909, de 1979, na Câmara dos Deputados

Acrescenta parágrafo, ao art. 129 do Código Penal, instituído pelo Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 129 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, alterado pela Lei nº 6.416, de 24 de maio de 1977, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

"Art. 129

§ 9º Não constitui fato punível a ablação de órgãos e partes do corpo humano, quando considerada necessária em parecer unânime de junta médica e precedida de consentimento expresso de paciente maior e capaz."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

MENSAGEM Nº 64, DE 1984-CN

(Nº 180/84, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Tenho a honra de comunicar a Vossas Excelências que, nos termos dos artigos 59, § 1º, e 81, itens III e IV, da Constituição, resolvi vetar, em parte, o Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 1984 (nº 3.555, de 1984, na Casa de origem), que "autoriza a inclusão de recursos nos Orçamentos da União, e dá outras providências".

Incide o veto sobre a expressão "equivalente até o máximo" constante do caput do art. 1º e, em decorrência, sobre seu parágrafo único, bem como sobre o § 2º do artigo 4º.

Quando neguei sanção ao Projeto de Lei nº 205, de 1983, que pretendia prorrogar a autorização para a permanência dos garimpeiros em área cuja titularidade de lavra é da Companhia Vale do Rio Doce, externei preocupação e desejo de amenizar as condições de vida e trabalho daquelas pessoas.

Em consequência disso, encaminhei à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei da Câmara nº 75 de 1984, onde se cuidava não fossem desrespeitadas as prerrogativas da empresa concessionária e, a um tempo, se assegurava aos garimpeiros — mercê do desmembramento, em favor da União, do direito de lavra — a continuidade do seu trabalho na área.

Para alcançar esses objetivos tornou-se imprescindível a concordância da Companhia Vale do Rio Doce que, constituída sob o regime de Sociedade de Economia Mista, fixou requisitos consentâneos com a Lei das Sociedades por Ações.

A versão original do projeto buscou atender as essas condições com vistas a evitar ofensa a situação jurídica perfeitamente constituída.

O texto em que se converteu a proposta não se harmoniza com os princípios que a orientaram e pode significar lesão à tutela do direito assegurado, no art. 153 da Constituição, cuja infringência conduziu anteriormente ao veto presidencial.

Realmente, ao determinar para o ressarcimento apenas um limite máximo, a nova versão do art. 1º, e seu parágrafo único, não só lhe retira a indispensável certeza e liquidez como sugere a possibilidade da sua inexistência.

Não se compadece também com o sistema legal que rege a atividade mineradora, nos termos da Constituição e da legislação mineral, a regra estabelecida no § 2º, do art. 4º do projeto. Nego sanção, por isso, igualmente, a esse dispositivo.

Com base nessas razões resolvi vetar, parcialmente, o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional. Brasília, 11 de junho de 1984. — **João Figueiredo**.

(*) PROJETO A QUE SE REFERE O VETO

PL/3.555/84, na Câmara dos Deputados

PLC/75/84, no Senado Federal

Autoriza a inclusão de recursos nos Orçamentos da União, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no Orçamento Geral da União referente aos exercícios financeiros de 1985 a 1988, a importância **equivalente até**

(*) Em destaque a parte vetada.

o máximo de 7.723.260 (sete milhões, setecentos e vinte e três mil e duzentas e sessenta) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional — ORTN, divididas em 4 (quatro) parcelas iguais correspondendo, em cada um desses exercícios, ao valor de 1.930.815 (hum milhão, novecentos e trinta mil, oitocentos e quinze) ORTN, destinada ao pagamento à Companhia Vale do Rio Doce — CVRD da retificação da concessão de lavra de que trata o Decreto nº 74.509, de 5 de setembro de 1974.

PARÁGRAFO ÚNICO. O PAGAMENTO PREVISTO NESTE ARTIGO DAR-SE-Á NA FORMA DE VERIFICAÇÃO TÉCNICO-CONTÁBIL, ANÁLISE DA CONCESSÃO E COMPROVAÇÃO DE QUE A ÁREA DESCRITA NO ART. 2º ESTÁ INCLUSA NO POLÍGONO DO DECRETO DE LAVRA Nº 74.509, DE 5 DE SETEMBRO DE 1974.

Art. 2º A área de 100,00 ha decorrente da retificação a que se refere o art. 1º, localizado no Município de Marabá, Estado do Pará, está delimitado por um polígono regular, cujo primeiro vértice dista 17.239,07 m, no rumo verdadeiro de 88°24'11,8" (Sudoeste) do Marco Trigonométrico DSG SAT. 30029-PA (Fazenda Sereno) de coordenadas geográficas latitude 05°56'06,7". Do vértice nº 1 de coordenadas geográficas latitude 05°56'23,7" Sul e longitude 49°39'38,6" WGr; segue no rumo Oeste (1.000 m) até o vértice nº 2, de coordenadas geográficas latitude 05°56'23,8" Sul e longitude 49°40'11,2" WGr; daí segue no rumo Sul (1.000 m) até o vértice nº 3, de coordenadas geográficas latitude 05°56'56,4" Sul e longitude 49°40'11,1" WGr; daí segue no rumo Leste (1.000 m) até o vértice nº 4, de coordenadas geográficas latitude 05°56'56,3" Sul e longitude 49°39'38,6" WGr; daí segue rumo Norte (1.000 m) até o vértice nº 1, ponto de início desta descrição perimétrica e destinar-se-á ao aproveitamento de substâncias minerais, exclusivamente por trabalhos de garimpagem.

§ 1º Fica estabelecida uma segunda área, envolvendo a primeira, de aproximadamente 750 ha, para apoio logístico às atividades de extração do minério e conse-

quente beneficiamento, na qual não será permitida a garimpagem, definida por um polígono, cujo o vértice dista 15 484,73 m no rumo verdadeiro de 89°00' (Noroeste) do Marco Trigonométrico DSG SAT. 30029-PA (Fazenda Sereno), de coordenadas geográficas latitude 05°56'06,7" e longitude 49°30'18,4". Do vértice nº 1, de coordenadas geográficas latitude 05°55'59,2" Sul e longitude 49°38'41,8" WGr; segue no rumo Oeste (3.500 m) até o vértice nº 2, de coordenadas geográficas latitude 05°55'59,4" Sul e longitude 49°40'35,6" WGr. daí segue rumo Sul (2.000 m) até o vértice nº 3, de coordenadas geográficas latitude 05°57'04,6" Sul e longitude 49°40'35,5" WGr. daí segue rumo Leste (2 000 m) até o vértice nº 4 de coordenadas geográficas latitude 05°57'04,4" Sul e Longitude 49°39'30,4" WGr; daí segue rumo Sul (1.000 m) até o vértice nº 5, de coordenadas geográficas latitude 05°57'36,9" e longitude 49°39'30,3" WGr; daí segue rumo Leste (1.500 m) até o vértice nº 6, de coordenadas geográficas latitude 05°57'36,8" Sul e longitude 49°38'41,5" WGr; daí segue rumo Norte (3.000 m) até o vértice nº 1, ponto de início desta descrição perimétrica

§ 2º A profundidade máxima admitida para a garimpagem é de menos 20 (vinte) metros da atingida pelas escavações até dezembro de 1983, ou seja, até a cota de 190 m acima do nível do mar

Art. 3º A garimpagem será suspensa definitivamente dentro do prazo de 3 (três) anos, a contar da data de publicação desta Lei ou, se antes desse prazo, for atingida a cota a que se refere o artigo anterior.

Art. 4º Competem ao Ministério das Minas e Energia a supervisão, coordenação e controle dos trabalhos decorrentes da aplicação desta Lei.

§ 1º A administração dos trabalhos de garimpagem, inclusive investimentos necessários à sua execução, caberá à Cooperativa de Garimpeiros de Serra Pelada, a ser instituída mediante autorização do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, ouvido o Departamento Nacional de Produção Mineral

§ 2º **CONSTITUI RECEITA DA COOPERATIVA DE GARIMPEIROS DE SERRA PELADA, PARA ATENDER AOS ENCARGOS REFERIDOS NO PARÁGRAFO ANTERIOR, 5% (CINCO POR CENTO) DO VALOR DE CADA COMPRA DE OURO, QUE SERÃO IMEDIATAMENTE REPASSADOS PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.**

Art. 5º Esta Lei entra e vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — De acordo com o disposto no § 2º do art. 104 do Regimento Comum, ficam assim constituídas as Comissões Mistas incumbidas de relatar os vetos

MENSAGEM Nº 63, DE 1984 — CN

Senadores Marcondes Gadelha, Murilo Badaró, Henrique Santillo e os Srs Deputados Joacil Pereira, Luduero Raulino e João Gilberto.

MENSAGEM Nº 64, DE 1984 — CN

Senadores Jorge Kalume, José Sarney, Fábio Lucena e os Srs Deputados Edison Lobão, Cid Carvalho e Roberto Jeferson

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Nos termos do art. 105 do Regimento Comum, as Comissões deverão apresentar os relatórios sobre os vetos até o dia 8 de agosto próximo

A convocação de sessão destinada à apreciação de cada matéria será feita após a publicação e distribuição de avulsos contendo o texto do projeto vetado, os pareceres das Comissões que o apreciaram e, se houver, o relatório da respectiva Comissão Mista.

O prazo de tramitação das matérias se encerrará em 3 de setembro vindouro

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Nada mais havendo que tratar, declaro encerrada a sessão

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 35 minutos)

Ata da 163ª Sessão Conjunta, em 18 de junho de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Almir Pinto

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS SENADORES:

Jorge Kalume — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Lomanto Júnior — José Ignácio Ferreira — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Murilo Badaró — Henrique Santillo — Mauro Borges — Gastão Müller — José Fragelli — Affonso Camargo — Jorge Bornhausen — Leonor Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRS DEPUTADOS:

Acre

Amílcar de Queiroz — PDS; Nosser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randalfo Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Orestes Muniz — PMDB.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Jorge Arbage — PDS; Osvaldo Melo — PDS.

Maranhão

Cid Carvalho — PMDB; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PDS.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathas Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Wall Ferraz — PMDB

Ceará

Antônio Moraes — PMDB; Chagas Vasconcelos — PMDB; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marçílio — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Paes de Andrade — PMDB; Sérgio Philomeno — PDS

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; João Faustino — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Aluizio Campos — PMDB; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Raimundo Asfora — PMDB

Pernambuco

Carlos Wilson — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Moura — PDS; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Coelho — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Roberto Freire — PMDB.

Alagoas

Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Sérgio Moreira — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Santana — PMDB; Francisco Benjamim — PDS; Genebaldo Correia — PMDB; Haroldo Lima — PMDB; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Manoel Novaes — PDS; Prisco Viana — PDS; Raul Ferraz — PMDB; Ruy Bacelar — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Stélio Dias — PDS.

Rio de Janeiro

Amaral Netto — PDS; Brandão Monteiro — PDT; Celso Peçanha — PTB; Daso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Franciso Studart — PTB; Hamilton Xavier — PDS; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Márcio Braga — PMDB; Osmar Leitão — PDS; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Emílio Gallo — PDS; Emílio Haddad — PDS; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Jorge Carone — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Melo Freire — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Rosenburgo Romano — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Soares — PT; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PDS; Farabulim Júnior — PTB; Francisco Amaral — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Irma Passoni — PT; João Herrmann Neto — PMDB; Márcio Santilli — PMDB; Octacílio de Almeida — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rollemberg — PMDB.

Goiás

Brasílio Canado — PDS; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; João Divino — PMDB; Joa-

quim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Cristino Cortes — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Hélio Duque — PMDB; José Tavares — PMDB; Norton Macedo — PDS; Oswaldo Trevisan — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Bernardi — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Evaldo Amaral — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PDS; Pedro Colin — PDS.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; Lêlo Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Oswaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincaroni — PMDB; Rosa Flores — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 42 Srs. Senadores e 185 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declarar aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado José Frejat.

O SR. JOSÉ FREJAT (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Na oportunidade do transcurso da Semana do Meio Ambiente, a Divisão de Engenharia do Ambiente, da Diretoria Técnica do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, expediu significativa nota subscrita pelo professor Breno Marcondes.

A nota é objetiva, sintética e revela a mão do cientista e humanista que é o Engenheiro Sanitarista Breno Marcondes, a maior autoridade brasileira em limnologia.

A nota está vazada nos seguintes termos:

O Dia do Meio Ambiente

(5 de junho)

A espécie humana está, atualmente, sujeita a três formas de ameaças que colocam em risco a sua

sobrevivência: a corrida armamentista, o aumento da pobreza nos países subdesenvolvidos, e a degradação ambiental.

Das três grandes ameaças, a terceira refere-se diretamente ao mau uso da natureza e de seus recursos, do que resulta a destruição dos ecossistemas naturais, dos quais todos nós dependemos, bem como no incremento da poluição que, por sua vez, nos afeta diretamente e, ainda, contribui para restringir as funções dos sistemas ecológicos provocando respostas prejudiciais à saúde e à economia das populações.

Se atentarmos para as causas, subjacentes às outras duas ameaças, veremos que a problemática ambiental avulta em ambas. Assim, o aumento da pobreza nas nações do terceiro mundo está relacionado às necessidades das nações ricas adquirirem a custos reduzidos matérias-primas, bem como transferirem suas indústrias que provocam altos índices de poluição ou que apresentem riscos à população. Assim, as nações ricas conseguem minimizar os efeitos da recessão e impedir o agravamento das suas condições ambientais.

O ciclo de agressão à natureza se completa como resultado do crescente endividamento externo, agravado com sucessivas elevações de juros. Vejamos: as nações pobres não dispõem de infra-estrutura de transporte, armazenamento e embarque que propicie preços competitivos para exportação, com a indústria trabalhando com tecnologia importada e com o solo exaurido nas regiões próximas ao litoral, recorrem à intensificação da exploração de recursos minerais e à incorporação de novas áreas agrícolas onde, a despeito de maiores dispêndios com transporte, obtêm-se por alguns anos produtividade elevada, porém prosseguindo a sinistra devastação do, outrora magnífico, manto florestal.

Por fim a gravíssima ameaça resultante da corrida armamentista relaciona-se com os, evidentes, sinais de escassez de matérias-primas não-renováveis e com a redução da produtividade primária, causada pela sistemática destruição de florestas e da exaustão do solo, ambos em escala planetária.

Assim, a incerteza de que, no futuro, se possa dispor de recursos naturais suficientes, resulta em pressões das nações mais poderosas no sentido de manter na sua órbita de dependência as regiões da terra que possuem grandes reservas de matérias-primas essenciais, bem como grandes áreas cobertas por florestas ainda não exploradas.

Com a sumária apreciação feita, podemos concluir o quanto é enganoso o dilema (propalado pelos incautos ou por aqueles comprometidos com o esquema de estrangulamento, das nações periféricas) preservar o ambiente ou desenvolver.

O Brasil, cativo do modelo econômico que nos asfixia, vem devastando suas florestas naturais reduzindo-as a níveis inexpressivos nas zonas de maior densidade demográfica e já apresentando ponderável desmatamento na imensa Amazônia. O que lucrou o Brasil com isso? Em que o nosso povo enriqueceu?

Enquanto predamos o ambiente mantemos a dependência tecnológica e pagamos escorchantes juros, ambos responsáveis pela pobreza crescente e o desemprego, principalmente daqueles que procuram aprimorar a sua capacidade fazendo um curso superior. Mais grave é, contudo, a situação do engenheiro se não permanece ocioso pelo desemprego, deve aceitar o sub, emprego ou se contentar com o papel de estação-repetidora da tecnologia gerada alhures.

A Divisão de Engenharia do Ambiente da Diretoria Técnica do Clube de Engenharia não poderia, nesta conjuntura, manter-se omissa neste dia. De-

veríamos mesmo dedicar todos os dias ao meio ambiente.

Lançamos pois o nosso brado de alerta contra a inconsciente destruição da natureza que representa o nosso futuro imediato e a sobrevivência de nossos descendentes.

Denunciamos o atual modelo econômico como principal responsável pelo acelerado processo de generalizada agressão ao meio ambiente. — **Breno Marcondes**, Membro da Divisão de Engenharia do Ambiente.”

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Délio dos Santos.

O SR. DÉLIO DOS SANTOS (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A cada dia assume importância maior o papel do advogado no verdadeiro desenvolvimento da sociedade brasileira, depois de vinte anos de recrudescimento da hipertrofia do Poder Executivo, quando algumas concessões — como a anistia, a revogação do AI-5, eleições diretas para governadores — se apresentam como simples paliativo, remanescendo a Lei de Imprensa e a Lei de Segurança Nacional, embora esta última recentemente atenuada. Enquanto isto o casuísmo, no campo das reformas políticas e eleitorais, procura derrubar as mais recentes conquistas da democracia representativa no País, conquistas do povo e não outorgas dos detentores do poder. Nesse contexto, de revivências totalitárias, para sustentar o mesmo partido no Poder, a posição da Ordem dos Advogados do Brasil tem sido a mesma, da corajosa luta em defesa dos direitos humanos, parcialmente vitoriosa, e da contribuição permanente para o aprimoramento da ordem jurídica. É oportuno lembrar a manifestação da classe, na VIII Conferência Nacional da OAB, de que resultou a “Declaração de Manaus”, em 22 de maio de 1980, que ressalta, inicialmente:

“O grande problema atual do poder é um problema de legitimidade. Não há poder legítimo sem consentimento do povo. Os advogados brasileiros afirmam que falta legitimidade ao poder institucionalizado no País. O regime instaurado em 1964, decorridos mais de quinze anos, insiste em desprezar a forma democrática de legitimação através do voto popular. A massa do povo permanece marginalizada e indiferente, quando não hostil a esse sistema de governo, que dispensa a aprovação dos governados e repele a vontade eleitoral.”

assim concluiu a Declaração de Manaus. Dando razão a essas assertivas, o Governo encorajou, na época, a prorrogação dos mandatos dos vereadores e, a partir de então, iniciou um processo de alteração das regras eleitorais e da legislação partidária, com o único objetivo de garantir a permanência no poder.

Ainda hoje, enquanto a maioria da Nação exige eleições diretas para Presidente da República, o Governo persiste no continuísmo por um Colégio Eleitoral não representativo e espúrio pela origem.

Tudo isso decorre do fato inegável de que os detentores do Poder não admitem sua rotatividade. Daí a conservação de freios e ameaças à liberdade, instituídos por via de uma legislação arbitrária, ditatorial, quase sempre outorgada sem a audiência do Congresso ou aprovada por uma maioria obediente e cabisbaixa, que é a característica do acaso da democracia e dos regimes de exceção.

Continua a “aplicação sistemática de uma doutrina de segurança nacional, carregada de preconceitos”, como salientava aquele importante documento e como sempre

verdadeira e assertiva contida na “Declaração de Manaus”.

Eles continuam:

“Os advogados brasileiros assinalam, ainda, que o sistema político em vigor repudia o essencial princípio democrático de alternância do poder”.

Concluindo, advertia aquele corajoso documento:

“Os advogados brasileiros estão conscientes da missão que vêm exercendo em defesa da democracia, juntamente com outras instituições, como a Igreja, enraizadas na alma do povo”.

Se, de um lado, Sr. Presidente, somente na aparência se atenuou o autoritarismo instaurado no poder, por outro lado continua firme a posição da OAB e do povo brasileiro, na intransigente defesa da Liberdade, merecendo, por isso mesmo, a Ordem dos Advogados do Brasil, a gratidão de todo o povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Denisar Arneiro.

O SR. DENISAR ARNEIRO (PMDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Na *Voz da Cidade*, jornal editado em Barra Mansa (RJ), no seu nº 2.576, de 19-maio, o jornalista Hyeróchio Barros, faz uma análise da atual situação nacional — sem usar palavras complicadas —, mas que reflete com tanta fidelidade a nossa situação e que tomamos a liberdade de endossar todos os seus conceitos, e ler desta tribuna para que conste dos Anais desta Casa.

“Todos concordam: está o Brasil em crise. Política, social e economicamente vamos de mal a pior. O governo perdeu o comando administrativo da nação e hoje quem dita as ordens é o FMI”. A verdade nua e crua é que somos governados de fora para dentro. Fomos alcançados naquilo que constitui o cerne de um povo: o orgulho de sua independência. A dura, repressiva e frustrada Revolução de 64 dá os últimos suspiros e num clima de acusações entre seus principais responsáveis é feito o balanço do que foram esses 20 anos.

Triste espetáculo. Sentindo que o ciclo revolucionário chega ao fim, até mesmo ex-Presidentes procuram justificar ou amenizar responsabilidades, inculpando outros pelo monumental fracasso em que se transformou o movimento que, a princípio, teve o apoio da grande maioria da nação e dela está inteiramente divorciado.

A partir desse episódio bem se pode medir a preocupação dos antigos e atuais revolucionários de plantão com a perspectiva de mudança. Medidas de emergências sem razão nenhuma que as justificassem; a permanente comparação com a Argentina de Alfonsín, descabida e inoportuna; as constantes citações de revanchismo, só existentes no espírito de quem deve e teme, constituem dados de uma situação que se procura tornar nebulosa com fins não de todo esclarecidos.

Some-se a isto declarações contraditórias e conflitantes dos ministros, das 9 horas ou de outras horas, de líderes no Congresso, do Presidente do Partido Oficial, de presidenciáveis apadrinhados ou rebeldes, interpretações e reinterpretções do porta-voz do que disse ou não disse o Presidente da República e teremos quadro tão confuso e obscuro que parece coisa adrede preparada para se tirar proveito. É da história o preceito de dividir para reinar, ou melhor, continuar. Pois, volta e meia, não se ouve ou lê ministro e sequazes falando em prorrogação do mandato presidencial?!

O que essa gente quer é não largar o osso. A nação, exausta, espera e confia que ela, num rasgo de patriotismo, deixe que se faça sem traumas ou conseqüências piores, a retomada do poder pelo povo, este, generoso como sempre, saberá perdoar e esquecer.”

Sr. Presidente, o desespero do povo brasileiro está chegando ao limite de resistência e não seria prudente deixar continuar as coisas como estão. Urge o senhor Presidente da República posicionar-se com urgência, cumprindo o seu dever de ficar ao lado do povo que está sendo massacrado com todo este desgoverno que, afinal, é de sua inteira responsabilidade. O jornalista Hyeróchio Barros escreveu o que toda a nação está pensando, só que poucos tem condições de por no papel aquilo que deseja, como ele acaba de fazer. Parabéns Sr. jornalista.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Valmor Giavarina.

O SR. VALMOR GIAVARINA (PMDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Estou lendo na imprensa de hoje, como li na imprensa de ontem, que amanhã todos os Governadores das Oposições se reunirão em São Paulo, com o objetivo de lançarem uma candidatura ambivalente, e essa candidatura seria a do Sr. Governador de Minas Gerais, Tancredo Neves.

Estranho, Sr. Presidente, como vários companheiros, ou quase todos desta Casa também estão estranhando, por dois motivos. Primeiro, porque se fala em candidatura ambivalente, e explicam o que significa essa ambivalência. Seria um candidato que tanto servisse para as eleições diretas, como para as eleições indiretas. No bom sentido, seria um candidato “gilete”.

Ora, Sr. Presidente, parece-me que seria um candidato que se auto-excluiu, porque a idéia da eleição direta por si só exclui a idéia da eleição indireta.

Não acredito que seja essa a vontade dos Srs. Governadores, ou a intenção, em se reunirem amanhã, para lançarem um candidato ambivalente. Também não acredito, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, que os nove governadores das oposições tenham essa insensibilidade de lançar amanhã um candidato, seja ele quem for, mesmo que seja um homem da envergadura moral de um Tancredo Neves, sem antes comunicar ou consultar sua representação parlamentar ou suas bases políticas, ou o próprio Diretório Nacional.

De modo, Sr. Presidente, que preferimos debitar essas notícias à busca de notícias, debitar à imaginação jornalística, à imaginação da imprensa, porque temos certeza de que da reunião de amanhã sairá, simplesmente, a seguinte afirmação: “Os Srs. Governadores das Oposições estiveram reunidos em São Paulo, para fazerem uma avaliação do quadro político-institucional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito Bem!)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Osvaldo Nascimento.

O SR. OSVALDO NASCIMENTO (PDS — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas.

O Líder político Wilson Ferreira Aldunate, que regressou sábado ao Uruguai, após 11 anos de exílio, está preso numa Unidade Militar da cidade de Trinidad, distante 192 km ao norte de Montevidéu, segundo informaram seus familiares

Sr. Presidente, queremos, em nome de nosso Partido, nos solidarizar não só ao Aldunate, seu filho e sua família, mas também com o povo Uruguai, levando daqui do Congresso Nacional o nosso gesto de apoio, e uma petição ao governo do Uruguai, ao ditador do Uruguai para que preserve a vida desse grande político que o povo espera ansiosamente. Nós brasileiros também o esperamos, bem como o universo político. Até sugerimos a esta Casa do povo que enviase comunicação às relações exteriores do Uruguai, declinando sua preocupação e pe-

dindo a libertação desse prisioneiro que esteve 11 anos fora de seu país por querer o bem comum de sua pátria.

Portanto, vai aqui a solidariedade do nosso Partido, o PDT, e o desejo de que a crise política no Uruguai desemboque nas eleições que acontecerão em 25 de novembro próximo vindouro, com a eleição de Aldunate para Presidente da República.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — concedo a palavra ao nobre Deputado Adail Vettorazzo.

A SR. ADAIL VETTORAZZO (PDS — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O tiro saiu certamente pela culatra.

O Senador Sarney e o Vice-Presidente Aureliano Chaves arquitetaram durante muito tempo um audacioso plano para derrubar a candidatura Paulo Maluf. Ao atual Vice-Presidente da República cabia antecipar-se na Conquista das bases políticas do PDS, servindo-se para tal de um gigantesco projeto publicitário que incluía desde a mala direta para milhares e milhares de pedessistas de todo o País, até o uso dos veículos de comunicação de massa. A Sarney, que formaria a chapa com Aureliano, caberia a apresentação da proposta aparentemente democrática e incombátível: o Candidato do PDS seria escolhido pelas bases do partido, pelos vereadores, membros dos diretórios, prefeitos, vice-prefeitos, numa ampla pesquisa político-partidária.

A Televisão Globo ficaria com a responsabilidade da defesa da proposta e a popularização da imagem de Aureliano. O apoio financeiro ao esquema foi garantido pelo cartel do cimento, liderado pelo Senhor Antonio Ermíro de Moraes e por grandes banqueiros comandados por Olavo Setubal. Marco Maciel, Jorge Bornhausen e Nelson Marchezan estavam inteiramente solidários com tais menobras e nelas procuraram envolver também o Ministro Mário Andreazza e o próprio Presidente Figueiredo. Reuniões sucessivas foram realizadas até a chegada do dia D, quando, aproveitando-se da ausência de Maluf, em viagem ao Acre, Sarney faria o lançamento de seu genial e maquiavélico projeto. Tudo parecia caminhar bem, sob o integral controle dos seus executores e ele, em grande estilo, anunciou ao Brasil a célebre "prévia eleitoral do PDS". Contudo, senhor Presidente, aconteceu o que os aurelianistas não esperavam. Paulo Maluf houvera pressentido a rasteira que lhe pretendiam aplicar e antecipara seu regresso a Brasília.

Trabalhando madrugada a dentro, reunido com companheiros seus, redigiu o célebre documento que iria pulverizar a prévia de Sarney, quando proclamou: "Não participei de nenhuma prévia, a não ser da já prevista pela Constituição, a Convenção do Partido.

Mesmo assim, o Presidente do PDS, agindo dentro do esquema Aureliano, prosseguiu na defesa das "prévias" e convocou a Executiva do Partido para aprovar a sua proposta. Os defensores da candidatura Paulo Maluf, não deixaram por menos — denunciaram em voz cantante a molecagem de Sarney e abriram espaço na Imprensa em defesa do cumprimento dos preceitos Constitucionais. O Presidente Figueiredo, que a princípio demonstrara simpatia pela "prévia", julgando que ela fosse de conhecimento de todos os presidentiáveis, percebeu que tudo não passava de uma jogada das aurelianistas e endereçou uma carta ao Presidente do PDS, posicionando-se contra a sua realização. Na célebre reunião da Executiva do PDS, Sarney, já de posse dessa carta, maliciosamente não a divulgou, mas mesmo assim viu-se desmascarado e derrotado por esmagadora maioria. Não lhe restava outro caminho senão a renúncia.

Assumi, então, a Predidência do PDS o Senhor Jorge Bornhausen, também protagonista da molecagem da pesquisa que, em total desrespeito à legislação partidária

e mais uma vez evidenciando as manobras golpistas de setores do partido, convocou, por livre arbítrio, o próprio Diretório Nacional, sem anuência da Executiva. Ora, Senhor Presidente, o Senhor Jorge Bornhausen não tem nenhuma autoridade moral para dirigir o PDS. Sua Excelência, ainda há poucos dias, em reuniões secretas do seu próprio partido.

Seu nome apareceu assim em vários encontros sigilosos, promovidos com a participação de elementos da Oposição, quando o tema principal das conversas era a criação de um novo partido o PDN o Partido Democrático Nacional que eu prefiro rotular como o Partido do Nada.

Ao Sr. Jorge Bornhausen, em meu entender, só resta um saída mais digna: renúncia a 1º Vice-Presidência do PDS e a renúncia também ao próprio partido que ele procurou destruir.

Se não o fizer estou disposto, Sr. Presidente, a pedir sua expulsão por infidelidade partidária.

A convocação do Diretório Nacional é absolutamente ilegal e absurda. É uma agressão à própria dignidade da Executiva do Partido que se manifestara favoravelmente ao adiantamento da discussão da prévia. É um escárnio à maioria pedessista que, contudo, jamais se curvará, à arbitrariedade de irresponsáveis ou a afrontas de provocadores.

A Constituição está aí para ser respeitada. Não existe nenhuma legislação eleitoral que discipline a realização de prévias. A convenção é o órgão soberano de todo os partidos políticos. O precipitado e inoportuno lançamento do projeto Sarney. Aureliano sabem os pedessistas, foi mais um casuismo defendendo apenas por pseudos-democratas. Por que o Senador Sarney, há muitos anos na Presidência da ARENA e PDS jamais procurou ouvir as bases partidárias. Por que o Senador Sarney, quando da formação de própria Chapa Oficial que concorreu à última eleições do Diretório Nacional do PDS não se preocupou em consultar os vereadores, os prefeitos e os dirigentes partidários de todo o Brasil? Por que o atual Vice-Presidente Aureliano Chaves, nessa mesma época, não ergueu sua voz defendendo a "prévia partidária" e concordou inclusive, em ser um dos notáveis da Chapa Oficial?

A verdade, Sr. Presidente, é que o Deputado Paulo Maluf, com sua coragem e competência, apanágio dos grandes estadistas, denunciou de imediato a trama urdida por Sarney e assim conseguiu fazer aborçar mais uma tentativa com que pretendiam torpedar sua caminhada já vitoriosa

Agora, que se acatele o Sr. Bornhausen, porque não será ele, com seus atos ilegais, que haverá de nos impedir de unir o PDS e de caminharmos coesos para o Colégio Eleitoral.

Era o que eu tinha a dizer, Senhor Presidente.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jackson Barreto.

O SR. JACKSON BARRETO (PMDB — SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

É evidente que não vou tratar sobre o estadista da PETROPAULO. Vou tratar de outro cidadão que realmente podemos chamá-lo de estadista no sentido da palavra. É uma homenagem, uma solidariedade, que como democrata tenho obrigação de fazer a Wilson Ferreira Aldunate, Senador cassado e exilado há 11 anos, preso, no último sábado em Montevideu, após seu regresso do exílio, fugindo das ditaduras que tomaram conta de nossa sofrida América Latina. Ditaduras essas que fabricaram estadistas do estilo citado, há pouco tempo, pelo nobre Deputado Adail Vettorazzo.

A nossa homenagem, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, a Wilson Ferreira Aldunate tem um sentido, quando

procuramos, nós latino-americanos, passar uma esponja nesse processo de ditadura que tomou conta da América Latina nos últimos 20 anos. E Wilson Ferreira Aldunate, Líder do Partido Nacional, os Blancos, ao lado de tantos líderes daquele país, como Raul Sendic, hoje preso na penitenciária de La Lyberta naquele País, estão sofrendo a sanha de mais uma das moribundas ditaduras ferrenhas deste continente.

Retornando depois de 11 anos de exílio, acompanhado de mais de 200 líderes políticos de todo o mundo, e de mais de 300 jornalistas, também de todo o mundo, Aldunate juntamente com seu filho foram presos e levados para penitenciárias do interior do Uruguai, sem dúvida a esta altura sofrendo as maiores torturas que ainda são utilizadas, lamentavelmente, pela ditadura do Coronel Gregório Álvares, aquele que, há poucos dias, esteve em nosso País a convite de seu colega o General Figueiredo.

Hoje, aqui nesta Casa, o Deputado Sérgio Moreira fez um brilhante pronunciamento sobre o momento histórico que vive o povo do Uruguai e sugeriu, aquele nobre Parlamentar, o envio de um telegrama dos democratas com assento no Congresso Nacional, Deputado e Senadores que nós apoiamos neste momento, ao Embaixador do Uruguai em nosso País, protestando contra a prisão de Wilson Ferreira Aldunate. Não podemos admitir, Sr. Presidente, Srs. Congressistas que um país que se diz caminhando para a democracia, com eleições presidenciais marcadas para o mês de novembro deste ano, tenha o disprante de fazer a prisão de um Líder político que representa hoje, no Uruguai, ao lado do General Líder Seguí, dirigente da Frente Ampla, 70% do pensamento nacional daquele país irmão; que estejam afastados desse pleito e, assim, afastado da decisão de um país procura, segundo seus dirigentes, o caminho da democratização numa eleição presidencial, onde não se admite falar em presos políticos e nem se admite falar em anistia. Para que este país tenha maior consciência do que se passa no Uruguai, um pequeno país de cerca de 4 milhões de habitantes, lá há hoje, cerca de mais de 400 mil exilados políticos e, em suas prisões, cerca de 1000 presos políticos, mas não admite sequer falar em anistia.

Quando faço este registro é porque compartilho da dor, do sofrimento do bravo povo do Uruguai, que nas ruas haveria de construir sua verdadeira democracia, livre dos Gregórios Álvares e, sem dúvida alguma, com a liberdade de Wilson Ferreira Aldunate, de Raul Sendic e de todos os presos políticos, e o retorno de seus filhos para construir, ao lado da Argentina e ao lado de nosso País — porque vamos fazer deste País, nós o seu povo, uma democracia — neste continente, uma democracia viva e presente pela força do seu povo.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Proximamente entra na compulsória, deixando assim o Supremo Tribunal Federal, o Ministro Alfredo Buzaid, uma das inteligências jurídicas, sem dúvida, que São Paulo na atualidade ensaja no colegiado daquela máxima instância de justiça.

São, no momento, dois paulistas que lá se encontram, o Ministro Alfredo Buzaid e Ministro José Carlos Moreira Alves, este, igualmente, com inteligência e esplêndida cultural jurídica.

Natural, naturalíssima a reivindicação de São Paulo para que, com a saída do Ministro Alfredo Buzaid não se reduza a representação paulista na Alta Corte. São Paulo sempre deu ilustres e dignos Ministros para o STF, e já num passado recente, já nos ocupamos desta tribuna para deixar o apelo e a justa aspiração do meu Estado para que o Senhor Presidente da República, mercê do

Assessoramento que terá no assunto da parte do Sr. Ministro Ibrahim Abi-Ackel, tão bem quanto do Ministro Letão de Abreu, este um ex-integrante do SFT, não olvide a necessidade de substituir um paulista por outro paulista. Inteligências, culturas jurídicas, figuras extraordinárias da vida judiciária, na ativa ou até aposentados por tempo de serviço, existem na terra paulista e podem vir engrandecer o Supremo Tribunal Federal. A presença, no Supremo, sem dúvida, é o coroamento máximo de toda uma existência no cultivo da ciência do direito, na aplicação da justiça, na vivência cultural jurídica. E as grandes figuras paulistas fazem jus a dita distinção. Muitos são os nomes que lá existem para isso. Sem eliminar qualquer das extraordinárias figuras paulistas, para vir ocupar a vaga do Ministro Alfredo Buzaid, sem que até saibamos a sua idade que, desnecessariamente deveria ser menos do que os 70 anos, deixamos aqui até mesmo como uma homenagem à sua figura humana e jurídica, um verdadeiro monumento vivo, em tal sentido, de uma descendência de igual porte, deixaria aqui o nome do ex-desembargador paulista, Adriano Marrey. A tanto chegamos, inclusive, pela sua sabedoria jurídica, pela sua ilibada reputação, e pela sua sempre jovem e dinâmica, além de capaz e ativa capacidade de trabalho, cada dia que passa mais valiosa ..

Mas a propósito do assunto, queremos igualmente, para que conste dos Anais do Congresso Nacional, deixar aqui transcrito a ponderação feita pelo jornalista Flávio Galvão, na edição do dia 17 de junho último, do *Jornal O Estado de S. Paulo*.

Daí a razão de pedir, desta tribuna, como fecho desta minha manifestação dito pensamento do citado jornalista, a saber.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. FRANCISCO AMARAL EM SEU DISCURSO:

"A NOMEAÇÃO DE MINISTRO DO STF

Flávio Galvão

Os deputados estaduais paulistas pertencentes ao partido governista tomaram a iniciativa de pedir ao presidente da República que nomeie um membro do Tribunal de Justiça do Estado para a vaga que se abrirá no Supremo Tribunal Federal com a aposentadoria, por limite de idade, do professor paulista Alfredo Buzaid.

De se observar desde logo que o pedido poderia ter sido mais abrangente, não se limitando aos desembargadores. Os ministros do Supremo são nomeados pelo presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, dentre cidadãos maiores de 35 anos, de notável saber jurídico e de reputação ilibada. Vale dizer, a escolha não precisa recair, necessariamente, em magistrado de carreira, podendo ser nomeados professores de Direito, advogados e membros do Ministério Público. No momento, por exemplo, o Supremo é presidido pelo ministro Cordeiro Guerra, oriundo do Ministério Público.

No Império, sim, sob a Constituição de 1824, os juizes do Supremo Tribunal de Justiça, que eram distinguidos com o título de conselheiro, deveriam ser "juizes letrados, tirados das Relações por suas antiguidades". Relações eram os tribunais de segunda e última instância existentes nas Províncias do Império.

Hoje, os únicos requisitos a serem preenchidos são os mencionados: idade mínima, reputação ilibada e notável saber jurídico. Desde a Constituição de 1934 é que se especificou que o notável saber exigido tem de ser jurídico. Instituído o Supremo pela República, a Constituição de 1891 estabeleceu que os membros do tribunal, seriam escolhidos dentre cidadãos de "notável saber". Esta especificação permitiu que o marechal Floriano Peixoto, que interpretava a Constituição de maneira peculiar e *sui generis*, nomeasse, em 1893, para o Supremo Tribunal o

médico Cândido Barata Ribeiro, que ali permaneceu até 1894

Órgão máximo do Poder Judiciário, o Supremo Tribunal Federal não é uma simples corte de justiça com jurisdição restrita à apreciação das leis, mas, como diz Edgard Costa, que ali teve assento de 1945 a 1957, se eleva "à função principal de um tribunal de alta política, verdadeiro órgão com poderes de governo". Podendo decidir sobre a Constituição — e ele o faz toda vez que a interpreta —, o Supremo decide, em suma, sobre matéria de governo e, particularmente, sobre a política legislativa do governo. Já em 1892, Rui Barbosa salientava a alta função do Supremo, dizendo que este fora instituído para a guarda dos direitos individuais, especialmente contra os abusos políticos, porque é pelos abusos políticos que esses direitos costumam perecer. E acrescentava que a função específica do Supremo era a de manda recusar obediência aos atos do governo ou às deliberações do Congresso, quando contrárias à Constituição.

Por aí se pode avaliar a importância do Supremo no quadro nacional e, pois, a relevância da escolha de seus membros

Quando se postula a nomeação de um jurista paulista para o Supremo, não faltará quem, em especial em outros Estados da Federação, veja nisso uma manifestação de bairrismo. Nada mais injusto. O que ninguém pode negar é que em São Paulo se localizam algumas das melhores faculdades de Direito do País e que em São Paulo a atividade jurídico-forense é muito mais diversificada e complexa em função do próprio desenvolvimento do Estado, muito superior ao dos demais. E que, pois, os juristas de São Paulo são, em regra, os mais experimentados e de maior tirocínio.

Se se examinar a composição do Supremo durante a República Velha, verificar-se-á que não houve predomínio paulista, embora nesse período se tivesse registrado a supremacia de São Paulo na Federação.

E, de 1930 até agora, com o breve lapso dos nove meses de Jânio Quadros, mato-grossense de nascimento e paulista de carreira, São Paulo tem estado afastado da chefia da Nação e, portanto, da faculdade de escolha dos ministros do Supremo, embora tenham sido nomeados alguns paulistas nesse período.

Getúlio Vargas, no longo período em que exerceu a chefia da Nação, primeiro como chefe do Governo Provisório, depois como presidente, ditador e, novamente, presidente constitucional, nomeou para o Supremo os paulista Laudo de Camargo, Costa Manso, Washington de Oliveira e Mário Guimarães

José Linhares, que ao assumir o governo era presidente do Supremo, nomeou paulista. Eurico Gaspar Dutra, ao longo de seu período governamental de cinco anos, nomeou três, nenhum paulista. Nereu Ramos, que assumiu a Presidência em virtude do golpe militar de 1955, nomeou um, fluminense. Juscelino Kubitschek de Oliveira, mineiro, nomeou um paulista, Cândido Mota Filho, e três mineiros. No seu breve governo, Jânio Quadros nomeou um ministro, o paulista Pedro Rodovalho Marcondes Chaves, desembargador do Tribunal de Justiça do Estado. E João Goulart nomeou dois, nenhum deles paulista, nomeações consideradas por alguns de caráter ideológico, os nomeados com anterior atuação política no campo da esquerda.

Atualmente, dois paulistas tem assento no Supremo Tribunal Federal: José Carlos Moreira Alves e Alfredo Buzaid.

Moreira Alves, com 51 anos de idade, é, se não nos enganamos, o mais jovem dos ministros. Tomou posse há nove anos e tem pela frente, ainda, quase vinte anos de judicatura. Nascido em Taubaté da família Rodrigues Alves, não se formou em São Paulo e, sim, no Rio de Janeiro, realmente, só surgiu no cenário paulista por ocasião de rumoroso concurso para provimento da cátedra de Direito Romano da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, concurso que teve seu resultado de-

cidido na Justiça com a vitória do professor Alexandre Augusto de Castro Correia. Obtendo, então, o título de docente livre, Moreira Alves retornou, anos depois, e conquistou uma das cadeiras de Direito Civil da Faculdade. Foi auxiliar imediato do professor Buzaid quando este exerceu o cargo de ministro da Justiça e, ainda, procurador-geral da República.

O professor Alfredo Buzaid, um dos expoentes da chamada Escola Paulista de Direito Processual, prestou dois brilhantes concursos na Faculdade de São Paulo e integrou o Ministério do presidente Médici Advogado de sucesso, aceitou a nomeação para o Supremo, ao que se depreende, como coroamento de sua carreira jurídica, pois pouco tempo ali poderia permanecer por força do dispositivo relativo a limite de idade."

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Adhemar Ghisi

O SR. ADHEMAR GHISI (PDS — SC Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Hoje, aqui desta tribuna, quero dirigir-me ao Exmº Sr. Ministro das Comunicações, Haroldo Corrêa de Mattos, e ao Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Adwaldo Cardoso Botto de Barros, para lhes apresentar uma reivindicação do Município de São Bento do Sul, no meu Estado de Santa Catarina, que pleiteia ampliação e reformas na agência local dos correios.

Recebi correspondência do Presidente da Câmara de Vereadores de São Bento, Bráulio José Pscheidt, dando conta da absoluta necessidade das providências a esse respeito, expressas em moção que aquela casa aprovou por unanimidade.

Segundo o documento, já enviado ao doutor Adwaldo Botto, a agência local da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos não tem condições para suportar o grande aumento de seu movimento, nem pelo espaço físico de que dispõe, nem pelo seu reduzido quadro funcional.

São Bento do Sul é um próspero e já bem desenvolvido Município, com inúmeras indústrias que se ressentem enormemente de melhores condições de comunicações, basicamente necessárias ao implemento de seus negócios com outras praças, não só do próprio Estado, mas do País e mesmo do exterior.

Para que se possa ter uma rápida idéia do porte do Município, trago alguns números, bastante significativos. No ano passado, a arrecadação de ICM — Imposto sobre Circulação de Mercadorias — superou os três bilhões e oitocentos milhões de cruzeiros; a de tributos federais quase chegou aos quatro bilhões de cruzeiros; e a arrecadação para a Previdência Social foi da ordem de dois bilhões oitocentos e cinquenta e quatro milhões de cruzeiros.

Na moção dirigida ao Presidente da E.C.T., os vereadores alegam, no meu entender justamente, que as providências se fazem urgentes especialmente ao considerar-se que entre as metas da empresa estão a boa qualidade do atendimento e dos serviços e a manutenção da melhor forma de apresentação de suas agências.

Por outro lado, o documento da Câmara de Vereadores questiona o Doutor Adwaldo Botto quanto à incoerência de alegações contidas em correspondências que aquela casa recebeu da E.C.T., em novembro de mil novecentos e oitenta e um, o ofício P — setecentos e quarenta e três barra oitenta e um explicou que a reforma pleiteada era "objeto de estudos para inclusão no plano de obras de mil novecentos e oitenta e três, da diretoria regional de Santa Catarina; e neste ano de mil novecentos e oitenta e três, o ofício P — zero nove três dois barra oitenta e três, informou que a reforma pretendida ainda não havia alcançado o critério de prioridade a ser obedecida.

Convenhamos, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Deputados, que já são bem conhecidas as dificuldades orça-

mentárias das empresas públicas de nosso País, por motivos que aqui não cabe analisar.

Contudo, o pleito do Município de São Bento do Sul já há algum tempo está a existir, sendo almejado com paciência e compreensão das dificuldades, mesmo tratando-se de reivindicação de toda a comunidade, não só de políticos e empresários.

Eis porque apelo, veementemente, ao Ministro Haroldo Corrêa de Mattos e ao Doutor Adwaldo Botto, encarecendo o exame do assunto, certo de que ambos determinarão as providências para a verificação da viabilidade do atendimento.

O Brasil inteiro enaltece a alta qualidade dos serviços prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, que alcançou elevado estágio de desenvolvimento graças à capacidade e espírito público de seus dirigentes. Não será a população de São Bento do Sul a pequena parcela a não poder reconhecer este fato.

O Ministério das Comunicações e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, tenho certeza, mais uma vez atenderão aos anseios dos catarinenses.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O Sr. João Bastos — Peço a palavra, pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra, como Líder, ao Sr. Deputado João Bastos.

O Sr. João Bastos — Sr. Presidente, consulto V. Exª se há ainda alguma inscrição?

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Sim. Ainda há oradores inscritos.

O Sr. João Bastos — Uma só?

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Há várias inscrições, se bem que dois Srs. Deputados vieram à Mesa e pediram para que eu considerasse seus discursos como lidos. Foram os Srs. Deputados Raymundo Asfora e Siegfried Heuser.

O Sr. João Bastos — Eu me reservaria para fazer uso da palavra no final, para não atrapalhar.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Lourenço.

O SR. JOSÉ LOURENÇO (PDS — BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Ao longo desses últimos 60 dias, temos ouvido a desenvoltura com que ocupam os mais diversos espaços do tempo, na Câmara dos Deputados e no Congresso Nacional, os adeptos do nobre Deputado Paulo Maluf.

O Sr. Raymundo Asfora — Desenvoltura e facilidade.

O SR. JOSÉ LOURENÇO — E o fazem como se a Nação estivesse até acreditando neles, e o fazem com convicções de que esse candidato fosse, de fato, um candidato indicado pela Nação, o candidato que merecesse o respaldo da Nação, o candidato que tivesse o aplauso do povo. Mas se trata do sujeito mais cínico que este País já conheceu. Nunca vi, numa só pessoa, tanto cinismo; nunca vi um homem poder conviver simultaneamente com homens de bem e dignos e com o lixo deste País.

Há dias, um Deputado afirmava nesta Casa: “matamos em legítima defesa”. Referia-se à reunião da Comissão Executiva do meu Partido, Sr. Presidente, onde a tropa de choque malufista chegou derrubando paredes, agredindo física e verbalmente todos que lá se encontravam, como que para dizer ao País: “isto aqui já é conquista definitiva nossa”. Logo depois, o nobre Senador José Sarney, uma das mais dignas figuras do Congresso Nacional, um dos homens públicos mais respeitados desta Nação, era atacado por um Sr. Deputado de São Pau-

lo. E vimos que esse ataque era a repetição daquilo que foi dito no momento em que o Senador José Sarney renunciou à Presidência do Partido.

Outro Deputado malufista da Bahia, que também não me recordo o nome, dizia: “matamos em legítima defesa”. Mas o autor intelectual do crime, o verdadeiro bandido, estava outro dia, no gabinete do Senador José Sarney, para lhe emprestar solidariedade, sorrindo, aquele que o apunhalou pelas costas. Esse Deputado tem a coragem de fazer isso tudo, como se esta Nação não soubesse fazer a verdadeira avaliação dos homens de bem. (Muito bem!)

Esse homem ainda tem a pretensão de querer ser Presidente da República, como se, nesta Nação, não houvesse ninguém para levantar sua voz e dizer: Maluf, nunca! (Muito bem! Palmas.)

Se pensam que tomaram conta do Partido, fiquem com a sigla que ficaremos com o povo. (Muito bem!) Mas, a sigla também não vai eleger Maluf. Se querem o Diretório, fiquem com o Diretório que ficamos com os Vereadores, com os Prefeitos, com os diretórios municipais, com os Deputados Estaduais e com todos quantos querem liberdade neste País e não uma ditadura. (Muito bem!)

Neste fim de tarde, Srs. malufistas, quero lhes dizer que ouvi, hoje, dizer por aí que um Deputado Amaral, não me lembro do nome, virá aqui amanhã fazer um discurso, atacando homens de bem neste País. S. Exª é por demais conhecido nesta Casa, mas os brasileiros não o conhecem bem. Por isso, S. Exª vai ter a resposta imediata, no nível da sua provocação. (Muito bem!) Não estamos provocando, mas, em nome da Nação brasileira, iremos esclarecer ao povo quem são esses pretensos candidatos, que querem, através de um golpe de mão, tomar a Presidência da República. Não tomarão, porque o povo e nós não o deixaremos. (Muito bem!)

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Siegfried Heuser.

O SR. SIEGFRIED HEUSER (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. presidente e Srs. Congressistas.

Os Anais do Congresso Nacional registram a real história brasileira, pelos depoimentos dos parlamentares, representando o seu povo, registrando os principais fatos que animam a nacionalidade.

Pois, para esses mesmos Anais, trazemos hoje uma contribuição que tendemos da maior significação, quando registramos o jubileu de prata do município de Vera Cruz, no Estado de Rio Grande do Sul. Trata-se, sem dúvida, na constelação do municipalismo nacional, de um município modelo na administração da coisa pública. Desde a inspiração que tiveram as lideranças municipais do antigo e próspero distrito de Vila Tereza do município mater, Santa Cruz do Sul, até seus dias atuais, o município tem trilhado pela senda do progresso e do patriotismo de sua gente, constituindo-se legítimo orgulho do municipalismo brasileiro.

Precisamente a 7 de junho do ano em curso, completava o município de Vera Cruz seus 25 anos de emancipação, o que levou sua população e todo o Vale do Rio Pardo a justas homenagens e comemorações, reverenciando-se a todos quantos contribuíram para a realização daquele sonho, pelo ímpeto, força, pela crença e pelos sentimentos de brasilidade dos pioneiros.

Das festividades, comemorações e registros, dão-nos os mais expressivos depoimentos os órgãos de divulgação da cidade de Santa Cruz do Sul, nada lhes devendo ser acrescentado. O noticiário e por demais expressivo.

Desta tribuna, desejo transmitir a todo o povo de Vera Cruz e do Vale do Rio Pardo, as mais calorosas felici-

tações e a satisfação por vivermos a plenitude da realização há tantos anos sonhada.

Leio esse noticiário jornalístico, para que conste dos Anais, como fiel relato e repositório histórico. **O Rio-Vale Jornal**, em sua edição comemorativa de 7 de junho de 1984, sob o título “1850-De Dona Josefa a Vera Cruz — 1959”, assim história:

A chegada do imigrante Philippe Limberger ao lote nº 45 da localidade de Dona Josefa, no longínquo ano de 1850, foi o marco inicial da colonização do hoje progressista município de Vera Cruz. Desde então, gradativamente, aportaram aquelas paragens novos colonizadores que, diuturnamente, com o suor do seu trabalho perseverante e laborioso regaram a terra fértil e dela fizeram brotar os primeiros frutos.

A esses desbravadores e aos seus descendentes que se tornaram dignos dos exemplos de amor à terra que lhes foram legados, deve o hoje município de Vera Cruz muito do seu progresso e desenvolvimento.

O labor fecundo dessa gente fez florescer, ao longo dos anos, verdejantes lavouras, indústrias de beneficiamento, lojas comerciais, templos de oração, escolas, estradas, entidades sociais, esportivas e recreativas, além de outros ramos da atividade humana.

Do núcleo inicial da colonização em Dona Josefa a população foi se expandindo e a maior concentração se instalava na Linha Vila Teresa, cuja povoação foi demarcada no ano de 1866. Através da Lei Provincial nº 1.814, de 28 de junho de 1889, o povoado foi elevado à categoria de Freguesia e também criado o segundo distrito de Santa Cruz do Sul, ato confirmado em 31 de agosto de 1890.

Pelo decreto datado de 10 de fevereiro de 1896 o município de Santa Cruz do Sul foi dividido em três distritos, ficando Vila Teresa como segundo distrito, que passou a sediar uma Sub-Intendência, mais tarde Sub-Prefeitura.

Um século depois do início da colonização, em 1950, uma semente emancipacionista começava a germinar no seio da população do segundo distrito de Santa Cruz do Sul. Os setores de produção apresentavam um desenvolvimento significativo, o comércio e outras atividades também prosperavam, a vida comunitária era intensa. Interpretando esses sentimentos de independência, liderança de Vila Teresa começaram a se movimentar em favor da emancipação político-administrativa do segundo distrito.

Esse movimento ganhava forma definida em 1956, com a criação da Comissão Pró-Emancipação de Teresa, que ficou formada pelos seguintes líderes comunitários: Dr. Jacob Blész (presidente), Ilgo Adi Henn, Arno Hepp, Alvino João Schmitt, Norberto Otto Wild, Ary Ernesto Gruending, Armando Lossekann e Osvaldo Kurz (secretário executivo).

A manifestação esmagadora em favor da emancipação foi dada pela população do segundo distrito que, no plebiscito de 30 de novembro de 1958, deu 1.198 votos (sim) contra apenas 424 votos (não), além de quatro votos em branco e 12 nulos.

Essa decisão soberana da população de Teresa era referendada no dia 30 de janeiro de 1959, pela lei estadual nº 3.697, sancionada pelo então governador do Estado, Ildo Meneghetti criando oficialmente o município de Vera Cruz. Em 24 de maio do mesmo ano foram eleitos os primeiros governantes do novo município. E finalmente, no dia 7 de junho de 1959, num clima de grande júbilo popular, era instalado o município de Vera Cruz, cuja denominação representa uma invocação de fé cristã e lembra o primeiro nome da nossa Pátria.

Se 1850 é o marco inicial da colonização de Dona Josefa, o ano de 1959 assinala outro marco importante, o da independência econômica, política e administrativa do município de Vera Cruz.

Na mesma edição, sob o título "No Jubileu de Prata de Vera Cruz uma afirmação de pujança", em boa síntese, assim relata a evolução do município:

A data de 7 de junho de 1984 tem uma significação muito especial para a população de Vera Cruz. Não apenas porque, jubilosa, ela comemora os 25 anos de emancipação político-administrativa do município. Mas principalmente porque o jubileu de prata representa uma afirmação de pujança de Vera Cruz. Isto quer dizer que a geração atual tem correspondido ao esforço desbravador dos primeiros colonizadores, de todos aqueles que fizeram sua história quase centenária e também de todos os que alimentaram e concretizaram os ideais de independência de seu povo, concretizados no dia 7 de junho de 1959 com a instalação de um novo município no Vale do Rio Pardo.

A crise econômica que castiga duramente a Nação brasileira nos dias de hoje, refletida numa recessão que entrava o nosso desenvolvimento, como não poderia deixar de ser, também é sentida pelo município de Vera Cruz. No entanto, os sérios obstáculos da hora presente vêm sendo galhardamente enfrentados e vencidos pela ação e pelo dinamismo de seus governantes e pelo trabalho construtivo de sua comunidade.

Por essa razão, quando completa 25 anos de sua instalação, Vera Cruz registra índices expressivos de crescimento. A simples enumeração de dados estatísticos serve para testemunhar essa assertiva. A previsão orçamentária para o exercício de 1984 atinge a cifra de Cr\$ 981 335.000,00 para uma estimativa de arrecadação ao redor de Cr\$ 1.250 000.000,00, o que representa quase o triplo do orçamento municipal do ano passado.

O retorno do ICM, neste ano, tem uma estimativa inicial de Cr\$ 480 milhões (índice de 0,237435) devendo alcançar, segundo o diretor da Fazenda Municipal, Lindolfo A. Schweickardt, um valor ao redor de Cr\$ 600 milhões, o que coloca Vera Cruz em quinto lugar entre os nove municípios que integram o Vale do Rio Pardo. O município deverá ainda receber no corrente exercício aproximadamente Cr\$ 311 milhões do Fundo Federal.

A economia do município está alicerçada, principalmente, no setor agrícola, onde predomina o minifúndio. A cultura do fumo, como acontece desde a época da colonização, exerce papel preponderante na vida econômica de Vera Cruz, registrando na atual safra um produção de 6.630 toneladas. O milho é a segunda cultura agrícola em importância, atingindo a 8.820 toneladas. Também merecem destaque a produção de arroz irrigado, com 2.700 toneladas (o arroz sequeiro atinge 40 toneladas), a soja com 900 toneladas e o feijão com cerca de 360 toneladas. Ainda relacionada com a atividade agrícola convém salientar que a população animal apresenta números bastante consideráveis.

Outra contribuição importante à economia municipal é dada pelo desenvolvido parque industrial, que hoje conta com 36 estabelecimentos atuando no beneficiamento de fumos, arroz e cereais, ervamate, madeiras, indústrias de panificação, curtume, esquadrias, implementos agrícolas, móveis, carrocerias, bebidas, etc., e mais 133 casas comerciais nas áreas de supermercados, tecidos, confecções e calçados, eletrodomésticos, ferragens, material de construção, etc., juntamente com mais de uma centena de estabelecimentos prestadores de serviços, como o

hospital, escritórios de contabilidade e despachantes, postos de lavagem, lubrificação e abastecimento, além de profissionais liberais atuando em diversas áreas.

Vera Cruz conta atualmente com cinco estabelecimentos de crédito, as agências do Banrisul, Banco do Brasil, Unibanco e Caixa Econômica Estadual e um posto da Caixa Econômica Federal.

O setor educacional ocupa também lugar de destaque na comunidade vera-cruzensense, que hoje dispõe de nove escolas estaduais com 1.447 alunos e 103 professores e mais a rede municipal integrada por 24 escolas de 1º grau com 758 alunos da 1ª a 4ª séries e 50 alunos do pré-escolar, que são atendidos por 49 professores.

Os serviços públicos igualmente estão bem representados em Vera Cruz, destacando-se um posto da Previdência Social, agência da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, posto de saúde, núcleo da Legião Brasileira de Assistência, Exatária Estadual, Delegacia de Polícia, Destacamento da Brigada Militar, escritório da Companhia Estadual de Energia Elétrica, central da Companhia Riograndense de Telecomunicações, Inspetoria Veterinária, escritório da EMATER, Cartório do Registro Civil e Tabelionato.

Além das comunidades religiosas, a atividade da população se manifesta também nas diversas entidades sociais, recreativas e esportistas, clube de serviço, centro de tradições gaúchas e entidades de classe.

O município de Vera Cruz tem uma área de 293 quilômetros quadrados, onde vive uma população hoje estimada em 14 mil e 35 habitantes.

A Câmara de Vereadores de Vera Cruz, em sessão solene e festiva, comemorou o festivo evento, falando em nome das duas bancadas os Vereadores Inácio Mueller (PDS) e Prof. Valdomiro Rocha (PMDB).

A *Gazeta de Santa Cruz do Sul* assim noticia esses pronunciamentos

Líder do PDS destacou pujança e entrosamento

Ao discursar na reunião solene de segunda-feira, o líder da bancada do PDS, Inácio Mueller, destacou que "ao comemorarmos os 25 anos de nosso Município, convém voltarmos ao tempo até 1850. Naquele ano o imigrante Philip Limberger iniciou a colonização do Faxinal de Dona Josefa, no prazo colonial nº 45, próximo à escola Municipal Sete de Junho.

Pouco a pouco mais levas de imigrantes alemães e pomeranos chegavam para colonizar nosso solo. Paulatinamente, foram surgindo lavouras, casas, picadas, igrejas e casas de comércio. Era o progresso, o desenvolvimento dessa terra iniciando os primeiros passos através das mãos calejadas e vontade persistente de nossos antepassados.

Com o passar dos anos, a população foi aumentando e as necessidades dessa gente foram crescendo. Suas reivindicações não podiam ou não eram atendidas pelo município mãe.

Estamos em 1950. A semente do trabalho, do progresso e do desenvolvimento foi lançada e, graças a perseverança e tenacidade dos imigrantes e seus descendentes, o 2º Distrito progredia rápido. Surgiam indústrias de pequeno, médio e grande porte. O comércio e as classes liberais e outros ramos de atividades começam a intensificar a sua atuação.

Comunidades religiosas, escolas particulares e públicas, clubes de esporte e recreação surgem e crescem gradativamente.

A medida que Vila Teresa progredia em todos os níveis a idéia de emancipação germinava na mente

dos homens de proa. Por não verem atendidas suas reivindicações, o descontentamento do povo do 2º Distrito aumentava sempre mais.

Em 1956 formou-se a Comissão Pró-Emancipação de Vila Teresa, integrada pelos seguintes vera-cruzensenses — Dr. Jacob Blesz, Ilgo Adi Henn, Arno Hepp, Norberto Otto Wild, Alvino João Schmitt, Armindo Losckann, Ari Gruending e Osvado Kunz como secretário. Graças ao trabalho dedicado dessa Comissão o processo emancipacionista foi elaborado e, através da lei estadual nº 3.697, de 30 de janeiro de 1959, o ilustre governador Ildo Meneghetti cria o município de Vera Cruz.

Em 24 de maio de 1959 foram eleitos os primeiros governadores do novo município, tendo como prefeito Nestor Frederico Henn e como Vice Adolfo Werner. em 7 de junho de 1959 aconteceu a instalação solene do município de Vera Cruz com a posse dos primeiros mandatários eleitos pelo voto soberano do povo".

Entrosamento

Dando prosseguimento ao seu discurso, o vereador Inácio Mueller afirmou que "graças às administrações dos prefeitos e vices, e a colaboração constante do povo para com as autoridades, que este município é destaque regional e estadual.

O perfeito entrosamento das administrações municipais, estaduais e federais é que possibilitou a obtenção dos recursos para tantas obras e o desenvolvimento de Vera Cruz.

Nosso município hoje é destaque no cenário regional e estadual. Na área de comunicação temos telefonia automática, urbana e rural.

Na área educacional temos escolas, estaduais e particulares, suficientes para atender a demanda de matrículas de Vera Cruz. Na área econômica temos indústrias de pequeno, médio e grande porte, além de um comércio crescente e gerador de divisas. Nosso interior está eletrificado.

Na área de Assistência Social, Vera Cruz é modelo para a região.

Se Vera Cruz nos seus 25 anos é orgulho para todos nós, é porque nas horas difíceis e boas os poderes executivo e legislativo e o povo sempre esqueceram divergências pessoais, além de políticas, conjugando esforços para encontrar as soluções que Vera Cruz necessita.

Finalizando, em nome da Bancada do PDS, manifestamos nosso profundo reconhecimento à Comissão Emancipacionista, aos ex-prefeitos e esposas, bem como os vices, aos vereadores, deputados estaduais e federais, às autoridades em geral, e também ao povo vera-cruzensense por tudo que fizeram para o engrandecimento desse Município", concluiu.

Valdomiro Rocha também destacou atuação da Comissão de Emancipação

O vereador Valdomiro Rocha, falando em nome da Bancada do PMDB, fez uso da palavra na reunião da Câmara em homenagem aos membros da Comissão Emancipacionista e aos ex-prefeito, vices, atual e respectivas esposas.

Iniciou dizendo que "hoje para todos os vera-cruzenses é um dia muito especial. É uma data que serve para que façamos uma profunda reflexão e paremos para lembrar o quanto este nosso município tem prosperado neste período de 25 anos de emancipação política. Se Vera Cruz tem tido progresso contínuo é porque teve fatores que assim o permitiram dentre eles destacamos a dedicação e o trabalho de seus habitantes, o desempenho dos Poderes Constituídos que, integrados, souberam agir na bus-

ca dos recursos para suprir as necessidades referentes àquilo que é da alçada da administração municipal. E aqui vale ressaltar, sem menosprezar ninguém, as primeiras administrações deste município, pois estes foram exemplo de capacidade, honestidade, austeridade e dinamismo.

Sem dúvida, muitas foram as dificuldades por eles enfrentadas, visto que a municipalidade surgiu sem nenhum recurso econômico e financeiro, não possuindo nem máquina para executar novas obras e recuperar as que já existiam. E, por certo, as boas administrações municipais serviram de exemplo para as que se sucederam. O município de Vera Cruz pode não ter maior destaque no Rio Grande do Sul e no Brasil quanto ao desenvolvimento absoluto mas, por certo, o tem quanto ao desenvolvimento relativo. Sua área geográfica pode ser aproveitada para a agricultura em quase toda a sua extensão. Também não tem sido muito atingido pelos malefícios das enchentes que prejudicam grande parte do Estado. É um município que poderá ser modelo agrícola em termos de produtividade. É verdade, por outro lado, que o setor primário está sofrendo as consequências nefastas da política agrícola adotada pelo Governo Federal, que, seguramente, terá de ser modificada a partir da discussão das causas e apresentação de alternativas que, de certa forma, o povo vera-cruzeiro já está fazendo, pois sem isso não será possível a recuperação da economia nacional.

Fuga de mão-de-obra

No setor secundário também o município tem crescido. Entretanto, parece-nos que as indústrias aqui existentes não têm conseguido gerar pleno emprego relativo à mão de obra aqui disponível. Para constatar isto basta observar o elevado número de pessoas que se deslocam para trabalhar em Santa Cruz do Sul e tantas outras que trabalham temporariamente aqui em Vera Cruz. Daí provêm as consequências prejudiciais ao setor terciário, especialmente ao comércio, pois se o povo tem baixo poder aquisitivo, o comércio sofre acentuadamente estes reflexos.

Resta-nos a expectativa quanto à instalação de mais indústrias em Vera Cruz para suprir a demanda de mão de obra, contribuir com impostos e impedir que surjam sérios problemas de ordem social, ocasionado pelo desemprego e subemprego. Acreditamos também na contribuição do setor educacional, visto que vem atendendo a demanda escolar de 1º Grau.

Diante de todos os pontos positivos que nosso município apresenta, queremos agradecer e prestar nossa sincera homenagem aos que tiveram a feliz idéia de deflagrar o movimento de emancipação, especialmente aos membros da Comissão Emancipacionista, liderada pelo Dr. Jacob Blész, a Assembleia e ao deputado Siegfried Heuser, autor da lei que possibilitou a emancipação de Vila Teresa, aos governantes, enfim, a todos os vera-cruzeiros que de uma ou de outra forma têm contribuído para a grandeza deste município.

Queremos também, de modo especial, homenagear os ex-vereadores que com tanta honra integraram esta Casa Legislativa, que são Gomercindo Petry de Moraes, Ervino José Shaefer, Geraldo Franke, Rudy Meerten, José Augusto Klingner, Wilmuth Molz, Lothar Deufel, Ottmar Krause, Guido Franke, Guido Pauli, Reinvaldo Petry, Ernesto Alfredo Kamann, José Ermílio Henn, Guido Hoff, Armindo Ketzler, Hildor Bieck, Alceu Rech, Horst Schneider, Jenor Kurtz, Nelson Meert, LotharTews, Nestor Frederico Henn e Segefredo Werner.

Portanto, a nós cabe não apenas prestar esta homenagem mas dar continuidade à árdua tarefa dos

nossos homenageados em busca do desenvolvimento econômico e do bem estar social vera-cruzeiro", finalizou o vereador Valdomiro Rocha.

Ocuparam a Prefeitura de Vera Cruz, como primeiro Prefeito, Nestor Henn, depois reeleito, sucedido por João Carlos Rech, Guido Hoff, ora reeleito e Invenjo Roque Mueller

Graças à filosofia de contenção, austeridade, sem prejuízo de admissões nitidamente progressista, desde a primeira gestão de Nestor Henn, Vera Cruz hoje desfruta de invejável posição no cenário nacional, demonstrando quanto pode um povo, cujos governantes são por ele diretamente eleitos, merecendo assim sua confiança e lhe dando respaldo, e quando esses governos mantem fidelidade a esse mesmo povo.

As nossas homenagens. (Muito bem!)

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Thomáz Coelho.

O SR. TOMAZ COELHO (PMDB — CE Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas: Desejo recordar, da tribuna desta Casa, a personalidade do ex-deputado Antônio Adib Chammas, um homem cuja a trajetória de sua vida foi a do trabalho, esforço e dedicação para o desenvolvimento de sua Pátria e a grandeza de seu povo.

Há seis anos passados, seu falecimento foi reverenciado no Senado da República pelo inesquecível Senador Henrique La Roque, que o conheceu como político, empresário e benemérito Naquela oportunidade, foi o parlamentar maranhense que pinçou, dentre tantas outras citações, aquela que muito bem poderá definir a personalidade marcante e radiosa de Antonio Adib Chammas. "negócios pequenos são para homens pequenos, porque o Brasil é um gigante que somente comporta grandezas".

Como deputado, Adib Chammas teve uma posição sempre democrática e liberal. Foi, no entanto, arrebatado do mandato que o povo de São Paulo lhe dera, com milhares de votos distribuídos em mais de 500 municípios, pela violência, incompreensão e injustiça praticadas por um movimento que se desvirtuou de seus objetivos e enveredou pelos caminhos obscuros de prepotência e da intolância.

Homem de invejável capacidade de trabalho, de inimitável visão empresarial e de indiscutível talento e caráter, Antonio Adib Chammas deixou, entretanto, sua marca de vida sempre presente, pelas empresas que geram riquezas e dão empregos, pelos esforços e capacidade evidenciados nestes anos por seu filho Jorge, que soube honrar o nome de seu pai e fazer com que permanesse sempre acesa as "Chamas" da correção e da dignidade

Absolvidos em todos os processos que o ódio e as paixões lhe irrogaram, o ex-deputado Antonio Adib Chammas foi um homem silencioso em seu trabalho, porém pródigo nas lições e nos exemplos, deixando a certeza de que, mesmo surpreendido pela injustiça e pela ingratidão, nunca deixou de crer na vida, de engrandecê-la pela decência e de construí-la pelo trabalho.

Era o que tinha a dizer (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Raimundo Asfora.

O SR. RAIMUNDO ASFORA (PMDB — PB. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Sr. Presidente, em nota conjunta, os comandos nacionais das greves dos professores e servidores autárquicos e dos médicos residentes denunciam a "intransigência do Governo" que, após 35 dias de greve, não se dignou de apreciar suas justas reivindicações.

Amanhã — segundo a nota — haverá manifestações, em todo o País, contra essa insensibilidade governamen-

tal que não considera o pleito de 60 mil funcionários, 35 mil mestres e 8 mil novos profissionais da medicina, nem a situação de 350 mil estudantes sem aula.

Aqui estaremos, na sessão matutina do Congresso, para dar ecos ao protesto público nesta Casa, que é a nossa forma de solidariedade eficaz aos que pedem a satisfação de direitos legítimos.

Na verdade, como alegam os grevistas, "a crescente falta de verbas para a educação e a saúde é decorrente de uma política desumana, anti-social e antinacional, que pretende pagar com a miséria e o sofrimento dos brasileiros os exorbitantes juros que engordam os lucros dos banqueiros internacionais."

O Governo tem de investir, não apenas prioritariamente mas maciçamente, na educação e na saúde, sem a esquiva fácil da falta de recursos. Não lhe sobra dinheiro para financiar escândalos, tipo Capemi e Brastel?

Estamos com os professores, os servidores e os médicos residentes, na plena consciência de que não reivindicam em causa própria, mas postulam causa de superior interesse nacional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado João Bastos.

O SR. JOÃO BASTOS PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra, como Líder do PDT, ao Deputado Brandão Monteiro

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT — RJ. Como Líder Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Na verdade, não iríamos usar da palavra, hoje, até porque não estamos muito bem de saúde. Entretanto Sr. Presidente, é necessário que não se deixe sem resposta atitudes impensadas, pouco éticas, de quem não tendo argumentos para responder ao nosso pronunciamento, nesta Casa, e à intervenção do Deputado Osvaldo Nascimento, hoje, na sessão do Congresso Nacional, utiliza-se de um expediente pouco ético, para, na tentativa de defender o indefensável, querer atingir pessoas que merecem a respeitabilidade de todos os brasileiros. Refiro-me ao Deputado Siqueira Campos, que não tendo condições, como na verdade não tem a banda de música malufista, de contestar discursos feitos, nesta Casa, sobre a figura singular de Paulo Maluf, sai a atacar o Governador Leonel Brizola, como o fez hoje, aqui, nesta Casa; inclusive passível de ser processado, de acordo com o que prescreve a nossa Lei Penal. Mas na verdade — com disse a S Exª — jamais o faremos, porque isso seria, de alguma forma, uma posição de destaque para aquele Deputado.

Fizemos um discurso, nesta Casa, e voltaremos à tribuna analisando a figura política de Paulo Maluf; e dizíamos, na ocasião: "Esperamos que os defensores do Sr Paulo Maluf venham à tribuna desmentir as questões aqui levantadas"; dizíamos que o Sr. Paul Maluf é, exatamente, "o produto híbrido do autoritarismo e da corrupção". Analisamos, item por item o seu conjunto de apoio, tanto na área parlamentar, como na área militar e no setor empresarial; rebuscamos sua passagem no Governo de S. Paulo; analisamos sua passagem no Governo do maior Estado da Federação, e descemos, amiúde, aos diversos escândalos que ali se processaram.

Esperávamos que os defensores do malufismo viessem, não só em apartes, como até em pronunciamentos, desdizer o que dissemos. Mas, surpreendentemente, não vimos essa defesa ou a colocação que viria desfazer afirmações que aqui fizemos. Fomos surpreendidos pela defesa do Deputado Siqueira Campos que, ao defender o

Deputado Paulo Maluf, informou que o Governador Leonel Brizola mandou matar um Deputado.

Na verdade, nem mereciam resposta essas afirmações levianas do Sr. Siqueira Campos, que, se quiser, S. Ex^a, venha aqui discutir o Governo do Estado do Rio de Janeiro, venha dizer o que dissemos e que provamos do Sr. Paulo Salim Maluf; venha colocar suas críticas abertas, não venha com insinuações grosseiras. Aliás, não vamos demorar muito nesse assunto, porque quem sabe da vida do Sr. Siqueira Campos é o Ministro Jarbas Passarinho que, em determinado momento da vida pública deste País, fez acusações seríssimas àquele Deputado, e que me parecem irrespondíveis. Nós, do Rio de Janeiro estamos absolutamente abertos para um debate franco, aberto e leal, .

O Sr. Adail Vettorazzo — Permite V. Ex^a um aparte?&a015

O SR. BRANDÃO MONTEIRO — . . sem mentiras, sem grosserias, sem estultices, sem busca de notas infamantes. Responda pela PAULIPETRO, responda pela Malufópolis, responda pelos grandes prejuízos trazidos a este País por essa figura, responda por seus apoios na área da extrema direita. Fale Siqueira Campos ou Palo Maluf de suas posições, na época, defensores intimoratos do golpe de Sílvia Frota.

Concedo o aparte ao Deputado Adail Vettorazzo.

O Sr. Adail Vettorazzo — Nobre Deputado Brandão Monteiro, evidentemente que tenho uma particular admiração por sua atuação nesta Casa. Isso, contudo, não invalida este meu aparte, porque, até por um princípio de ética, eu gostaria que V. Ex^a, evidentemente, ao criticar o nobre Deputado Siqueira Campos, o fizesse com sua presença em Plenário. Assisti um diálogo entre V. Ex^a e o Deputado Siqueira Campos, há pouco em que V. Ex^a dizia a ele que não concordava com uma série de expressões usadas, inclusive levantando o problema da acusação que o Deputado Siqueira Campos teria feito na tribuna desta Casa. O nobre Deputado Siqueira Campos saiu deste Plenário certo de que V. Ex^a não viria à tribuna para abordar os temas por ele focalizados. Assim, nobre Deputado, apenas por uma questão de ética, eu gostaria que V. Ex^a deixasse as críticas que, aliás, tem o direito de fazer para o momento oportuno em que o nobre Deputado Siqueira Campos estivesse neste Plenário.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO — Muito obrigado, Deputado Adail Vettorazzo. Eu não chego a fazer críticas ao nobre Deputado Siqueira Campos aqui. Estou só levantando questões que ele levantou. Ele tem a mania de dizer o que quer. Então, estou exatamente retrucando aquilo que ele colocou, portanto não chega nem a ser uma acusação.

O Sr. João Bastos — V. Ex^a concede-me um aparte?

O SR. BRANDÃO MONTEIRO — Dizer que o Governador Leonel Brizola mandou matar o Deputado Alcides Fonseca. Se nós levássemos o Deputado Siqueira Campos a sério, teríamos de tomar uma providência legal, mas não o levamos a sério. Aliás, eu não sei se o País o leva.

Ouç V. Ex^a, nobre Deputado João Bastos.

O Sr. João Bastos — Deputado Brandão Monteiro, ouvi atentamente, e os demais colegas assim também o fizeram, o aparte do brilhante, do combativo Deputado Adail Vettorazzo. Ele falava que o ilustre companheiro, Deputado Brandão Monteiro, deveria criticar o Deputado Siqueira Campos somente quando o Deputado estivesse presente, por uma questão de ética. Tomando essa assertiva do Deputado Adail Vettorazzo como premissa, gostaria de elaborar um raciocínio e, ao mesmo tempo, deixar uma pergunta muito importante no ar, e chamaria

a atenção de todos os companheiros para, quem sabe, algum deles nos ajudasse a responder a essa pergunta. Se devemos criticar algum companheiro parlamentar somente na presença do mesmo, eu indagaria, como nós, Deputados, devêssemos proceder para criticar o Deputado Paulo Salim Maluf? Não haveria maneira, segundo a assertiva do Deputado Adail Vettorazzo, porque ele nunca está presente, ele é o maior ausente desta Casa. Então, segundo o princípio exarado pelo nobre Deputado Adail Vettorazzo, nós nunca poderíamos criticar o Deputado Paulo Maluf, o eterno ausente. Mas, quem sabe, o Deputado Adail Vettorazzo não tenha feito esta afirmação já deixando de maneira sutil, embutida uma defesa **sugi generis** do Deputado Paulo Salim Maluf que, segundo ele, jamais poderá ser criticado, segundo ele, passará, a partir de hoje, a ser o intocável porque está sempre ausente e estando sempre ausente, não poderá ser criticado. Agradeço o aparte, com essa observação.

O Sr. Adail Vettorazzo — Permite V. Ex^a um aparte? (Aqui escência do orador.) Apenas para esclarecer a questão nos termos que colocamos. O nobre Deputado João Bastos, evidentemente um brilhante Parlamentar desta Casa, tentou mostrar que o nosso desejo era embutir — usando sua expressão — a defesa de Paulo Maluf dentro da conotação que fizemos de que não se deva criticar um Deputado ausente. O problema não é este, nobre Deputado João Bastos. O que dissemos foi que havíamos presenciado um diálogo entre o nobre Deputado Brandão Monteiro, que está na tribuna, e o Deputado Siqueira Campos que, todos nós sabemos, é um dos mais assíduos Parlamentares neste plenário. Evidentemente, o Deputado Siqueira Campos só deixou este plenário porque no diálogo mantido com o nobre Deputado Brandão Monteiro, este afirmou a ele que hoje não faria nenhum pronunciamento sobre aquela matéria. Exatamente este o aparte com o qual queria complementar

O SR. BRANDÃO MONTEIRO — Muito obrigado, Deputado Adail Vettorazzo.

Eu disse ao Deputado Siqueira Campos que iria responder ao discurso de S. Ex^a, e que talvez o fizesse hoje. Foi o que disse a S. Ex^a “Mas como V. Ex^a está saindo, amanhã eu volto à tribuna com maiores dados sobre o **affair** Siqueira Campos/Jarbas Passarinho”. (muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra, como Líder do PDS, ao nobre Deputado Ademar Ghisi.

O SR. ADHEMAR GHISI (PDS — SC. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Em nome do Partido Democrático Social desejaria, aproveitando-me deste ensejo, tornar pública a nota oficial do Sr. Ministro Jarbas Passarinho, relativamente ao problema hoje enfrentado em sua Pasta em face da declaração de greve de uma expressiva parcela de servidores ligados ao sistema da Previdência e Assistência Social em geral, em nosso País.

Esta nota que se caracteriza por um apelo à razão, por uma conclamação ao bom senso, quer significar, quer evidenciar o propósito do Governo Federal de compor-se com os servidores públicos em greve, chamando-lhes a atenção para a gravidade do seu ato, embora respeite a posição difícil por que passam e atravessam, neste momento marcado e caracterizado por um processo inflacionário em ascensão.

Sr. Presidente, a nota oficial está vazada nos seguintes termos.

Nota Oficial

Preocupado com os reflexos da greve na segurança e na tranquilidade de milhares de aposentados e pensionistas, e sobretudo com os efeitos do movimento na própria vida dos segurados que dependem dos serviços do INAMPS, o Ministro da Previdência e Assistência Social, Jarbas Passarinho, dirige aos servidores que paralisaram suas atividades uma exortação no sentido de que revejam suas posições, alertando para o caráter essencial da atividade previdenciária no equilíbrio social da população brasileira.

É este o conteúdo da mensagem do Ministro:

“Não posso deixar de exprimir simpatia pessoal pela causa em si justa. A deterioração dos salários no Serviço Público Federal é uma verdade indiscutível, embora nos últimos tempos, graças aos esforços do Ministro José Carlos Freire, algumas conquistas tenham sido incorporadas.

O que considero condenável é a forma como tem sido conduzido o movimento grevista nos Estados onde já se instalou. Não tenho informações sobre qualquer tentativa de diálogo. O Ministério sofre pressão a partir do fato consumado, flagrantemente ilegal, organizado, caracterizando desobediência civil.

Lamento sobretudo o fato de o movimento centrar-se na Previdência Social, particularmente, num momento em que cumprimos esforço desesperado para continuar pagando dez milhões de criaturas dependentes de suas aposentadorias e pensões e para manter em funcionamento a rede hospitalar que garante assistência a dezenas de milhares de pessoas.

Lastimo, também, a cruel coincidência da greve com a Campanha Nacional de Vacinação, na qual o INAMPS teve grande participação. O movimento caracteriza, portanto, uma agressão aos nossos segurados, na área de benefícios, e ao povo, que depende de serviços médico-assistenciais. Existe o risco real de atraso na distribuição de carnes.

Quanto à Campanha de Vacinação, nós a superamos com sucesso, mas cabe, aqui, repudiar a declaração de uma servidora que viu na coincidência um trunfo da campanha, certamente sem refletir o ânimo do conjunto de servidores da Previdência.

Lembro, para engrandecer o apelo à reflexão que ora transmiro à nossa estrutura funcional, o episódio dramático de um aposentado que, em Santa Catarina, jogou a cabeça contra a porta fechada de uma dependência do INPS, refletindo seu estado desesperador ante a falta de pagamento do benefício que lhe era devido. E pergunto aos nossos companheiros se é justo transferir a punição a este público humilde, seguramente mais vulnerável do que aquele que ainda pode reivindicar.

Pondero, finalmente, que o Ministério da Previdência, como uma área de Governo, não pode assumir solução isolada de política salarial; e que, por ser a Pasta administradora do interesse de milhões de pessoas, não pode e nem deve por coincidência suspeita, transformar-se em bode expiatório, mesmo admitindo-se o conteúdo justo da reivindicação. E alerta para a orientação que já transmiti aos Institutos, no sentido de não se pagar os dias não trabalhados. Não será justo privilegiar os grevistas, contra os que estão trabalhando. De qualquer decisão que venha a ser tomada, a mais benigna será a de retirar das férias os dias de duração da greve.”

Sr. Presidente, cabe na oportunidade, à guisa de considerações em torno da nota agora lida, a observação lamentável de que, por detrás de toda essa grande problemática, que está a infelicitizar não apenas, de um lado, a classe trabalhadora que serve na Previdência Social,

como também e principalmente, os seus segurados, em número de 10 milhões de nossos irmãos, políticos, mal estruturados moralmente, desejem, do episódio, retirar dividendos. Ditos políticos, como ocorreu no final da última semana no Estado de Santa Catarina, onde, à base de afirmativas inverídicas, pretenderam transmitir que o Governo haveria de, compreendendo a situação dos grevistas, dar-lhes toda a razão e, mais do que isso, privilegiar-lhes no momento em que colocam em xeque o funcionamento de um serviço essencial, capaz de, desordenado, provocar tumulto de natureza social de consequências imprevisíveis.

O Sr. Osvaldo Nascimento — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ADHEMAR GHISI — O Partido Democrático Social não permite aparte nesta oportunidade, porque o aparte, regimentalmente, não é permitido.

O SR. Osvaldo Nascimento — No entender de V. Ex^a, V. Ex^a está no exercício da Liderança.

O SR. ADHEMAR GHISI — Se o Presidente o concedeu e permitiu, há pouco, foi por sua alta recreação e nunca por determinação expressa na norma regimental. Só por isso lamentamos não conceder o aparte...

O Sr. Osvaldo Nascimento — V. Ex^a tem medo do aparte?

O SR. ADHEMAR GHISI — ... aos nobres e dignos companheiros que nos honrariam com as observações que certamente nos apresentariam à consideração.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Eu quero comunicar ao nobre orador que V. Ex^a está falando como Líder do PDS e, como Líder, são permitidos apertes.

O SR. ADHEMAR GHISI — Se V. Ex^a assim interpreta, este orador, com muito prazer, ao final de suas considerações, oferecerá o aparte, dentro do prazo regimental, que lhe é deferido pelo Regimento Comum do Congresso Nacional.

Sr. Presidente, a par deste assunto, desejaríamos enfatizar rapidamente dois outros problemas, diria dois outros assuntos que aqui foram trazidos pelo entusiasmo de colegas de representação política.

O Sr. Osvaldo Nascimento — V. Ex^a vai nos conferir o aparte ou não vai?

O SR. ADHEMAR GHISI — No final das nossas observações.

O Sr. Osvaldo Nascimento — Mas já passou a hora do aparte, com relação à nota do Ministro.

O SR. ADHEMAR GHISI — Eu escolherei o momento mais apropriado para lhe conceder o aparte e, respeitando esse direito, peço a V. Ex^a que despenda a necessária compreensão.

Sr. Presidente, está se inaugurando, de algum tempo, neste plenário, o sistema do aparte não solicitado, da grosseira aleivosia...

O Sr. Osvaldo Nascimento — Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — O orador não pode ser interrompido para uma questão de ordem.

O SR. ADHEMAR GHISI — ... da ofensa pessoal, daqueles que, anti-regimentalmente, antidemocraticamente, antiparlamentarmente, desejam transformar os que ocupam a tribuna, para defender seus pontos de vista.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — A Presidência esclarece que o Regimento diz: "... com o consentimento do orador para apartear ou suscitar questão de ordem".

O Sr. Osvaldo Nascimento — Eu retiro Ex^a Não merece um aparte o orador que está contra os trabalhadores brasileiros. Eu retiro o aparte e fico com os trabalhadores.

O SR. ADHEMAR GHISI — Nós somos contra a demagogia, Sr. Presidente, que se lança contra o trabalhador brasileiro, essa facilidade de se agredir, como hoje nesta sessão se agrediu uma das melhores figuras desta República, que é o ex-Senador Jarbas Passarinho, digno Ministro da Previdência Social, que foi usado, por um Parlamentar, de compor um quadro de arbítrio e de corrupção, dentro da Previdência Social. Nós protestamos com veemência, e queremos pedir mesmo, como preliminar dessas observações, que V. Ex^a, usando o poder que tem, enfeixado às mãos, mande retirar da Taquígrafia as aleivosas afirmativas que demonstram, acima de tudo, a falta de educação política daqueles que pronunciaram as frases, com as quais não podemos concordar. Há muitas formas, há muitas maneiras, Sr. Presidente, e quem sou eu, nos meus poucos dezoito anos de Congresso Nacional, para dizê-lo; há muitas formas para a crítica, para a acusação, para a inconformidade, sem a necessidade da agressão verbal, pessoal, a aleivosia, que não acredita o orador.

Já dizia alguém que o ataque furibundo, que a agressão verbal, nascida do propósito de denegrir a honra alheia, ataca mais a quem a profere, do que quem a recebe ou a quem é dirigida. Eu não preciso defender aqui, Sr. Presidente, o Ministro Jarbas Passarinho, eu não preciso defender aqui Siqueira Campos, eu não preciso aqui defender o Deputado Paulo Maluf, eu não preciso defender aqui colegas e homens públicos brasileiros, que já deram muito de si, pela grandeza, pelo desenvolvimento, pelo progresso desta Pátria. Eles podem ter adversário e devem tê-lo, assim funciona a democracia, assim deve funcionar. Eles devem ter adversários sim, mas que coloquem, acima de tudo no plano das idéias, seu pensamento, seus argumentos. O Ministro Jarbas Passarinho que pretendeu conhecer do Tribunal de Contas da União a posição desse órgão auxiliar do Congresso Nacional, por esta razão depois de oferecer duas oportunidades em lei votada por esta Casa para o pagamento parcelado em mais de 180 meses, ele, o Ministro Jarbas Passarinho, que deu neste curto período de sua gestão, desde outubro do ano passado, até agora, a oportunidade para que empresas públicas ou privadas, para que prefeituras municipais ou governos estaduais pudessem colocar em dia, em condições altamente favoráveis seus débitos para com a Previdência é acusado, aqui, de corrupto devido a isso; por ter se dirigido, Sr. Presidente, ao Tribunal de Contas da União; por ter pedido àquela alta Corte de contas do País, auxiliar do Congresso Nacional, informações de como proceder para eventualidade de uma retenção das cotas do Fundo de Participação dos Municípios e dos Estados.

Sr. Presidente, onde a má fé? Onde o crime? Onde o delito? Não existe isso. Só na fantasia...

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — V. Ex^a dispõe, apenas, de dois minutos para encerrar seu discurso.

O SR. ADHEMAR GHISI — Muito obrigado a V. Ex^a

O Sr. João Bastos — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ADHEMAR GHISI — Concederei o aparte a V. Ex^a, dentro do tempo regimental, após esgotados os assuntos que me trouxeram a esta tribuna, em nome do Partido Democrático Social.

Sr. Presidente lamento profundamente como pedessista, falo em meu nome pessoal, muito mais do que como Líder, lamento profundamente que assuntos de ordem partidária como foram os assuntos levantados pelos Deputados Adail Vettorazzo e João Bastos...

O Sr. João Bastos — V. Ex^a está levando a cabo um enfadonho monólogo que está cansando a todos.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — A Presidência solicita mais tranquilidade aos Srs. Parlamentares. Em obediência ao Regimento, só podem apartear com assentimento do orador.

O SR. ADHEMAR GHISI — Sr. Presidente, lamento profundamente que assuntos de natureza interna do nosso Partido, do meu Partido e do Partido de V. Ex^a e de muitos outros eminentes colegas que, neste momento, se encontram aqui em Plenário, tenham sido trazidos ao conhecimento deste Plenário por dois eminentes colegas da forma como aqui foram colocados. Não aplaudo, não tenho condições de aplaudir nem ao Deputado José Lourenço nem ao Deputado Adail Vettorazzo. As nossas diferenças político-partidárias nós temos que resolvê-las dentro do nosso Partido. Podemos não ser hoje os aficcionados defensores da candidatura Paulo Maluf ou de Mário Andreazza ou de Marco Maciel ou de Aureliano Chaves, mas temos de guardar a compostura necessária para reconhecer, em todos eles, o valor que cada um possui. Por esta razão quero lamentar o fato e dizer que o que hoje, aqui, ouvimos é certamente a razão maior das conclusões a que pesquisas de opinião pública puderam fazer chegar perante a essa mesma opinião pública no momento em que perguntaram sobre a credibilidade do Congresso Nacional, da Câmara e do Senado.

Creio, Sr. Presidente, que fatos como esses, realmente, justificam as conclusões de pesquisas de opinião pública como essa.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Está esgotado o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

Esgotando-se hoje o prazo estabelecido no § 1º do art. 55 da Constituição para apreciação dos Decretos-leis nºs 2.093 e 2.092, de 1983, os Projetos de Decretos Legislativos nºs 21 e 23, de 1984-CN, a eles referentes, serão incluídos em Ordem do Dia, em regime de urgência, em 10 sessões subsequentes, em dias sucessivos, a partir de amanhã, conforme determina o citado dispositivo constitucional, *in fine*.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Atendendo à finalidade da sessão, o Sr. 1º-Secretário irá proceder à leitura das Propostas de Emenda à Constituição nºs 44 e 45, de 1984.

São Lidas as seguintes

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 44, DE 1984

Dá nova redação ao item III do art. 165.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 49 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Artigo único. Renumerado, o item III do art. 165 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 165."

III — proibição de reduzir salários, proventos ou pensões."

Justificação

Embora consagrado pela Consolidação das leis do Trabalho e pela jurisprudência dos tribunais, o princípio da irredutibilidade de salários — e, por extensão, de proventos e pensões — não se acha inscrito na Lei Maior, tratando-se, portanto, de omissão que cumpre corrigir.

Por ocasião da tramitação do Decreto-lei nº 1.984/82 no Congresso Nacional, o qual reajustou os salários dos servidores públicos, estabeleceu-se uma discussão jurídica cujo fulcro era: *rejeitado o Decreto-lei, os servidores ficariam sem o aumento de 40%, dado em janeiro de 1983, como uma de duas parcelas?*

Ora, tal discussão estabeleceu-se justamente porque a Constituição Federal era omissa quanto ao assunto; e o era de forma inexplicável, por tratar-se de princípio aceito universalmente, o de que é impossível a redução de salários.

Costuma-se dizer-se que a atual Carta é uma “colcha de retalhos”. Inúmeros constitucionalistas acham-na excessivamente detalhista; ao invés de sintética é, em muitos casos, analítica. Mesmo assim — como no caso presente — a Carta Magna não consagra inúmeros princípios consuetudinários, daí a tese por muitos defendida da necessidade de uma Assembléia Nacional Constituinte.

Estamos, sem dúvida, diante de um clamoroso lapso.

A melhoria da condição social do trabalhador é um princípio inscrito na Constituição Federal, e entre os seus complementos há de figurar o da irredutibilidade de salários — e, por extensão, repetimos, de proventos e de pensões.

DEPUTADOS: Francisco Dias — Sérgio Murilo — Alencar Furtado — Jarbas Vasconcelos — Irapuam Costa Júnior — Ruy Lino — Elquisson Soares — Alberto Goldman — Luiz Henrique — Paulo Zarzur — Ibsen Pinheiro — Agenor Maria — Rubens Ardenghi — Walber Guimarães — Jutahy Júnior — Leorne Belém — Del Bosco Amaral — Nelson Wedekin — Lázaro Carvalho — Geraldo Fleming — Pedro Correa — Daso Coimbra — Carlos Peçanha — Paulo Marques — Leônidas Sampaio — Arthur Virgílio Neto — João Bastos — Jorge Ueque — Eptácio Cafeteira — Raimundo Leite — Dilson Fanchin — Carlos Sant’Ana — Marcelo Linhares — Heráclito Fortes — Sebastião Ataíde — Djalma Falcão — Sérgio Cruz — Samir Achôa — Clemir Ramos — Irineu Colato — Fernando Collor — Nelson Costa — Nilton Alves — Geovani Borges — Antônio Pontes — José Tavares — Jacques D’Ornellas — João Batista Fagundes — Renato Vianna — Jorge Medauar — Haroldo Sanford — João Divino — Mansueto de Lavor — Saulo Queiroz — Orestes Muniz — Gerson Peres — Edison Lobão — Olavo Pires — Jorge Vianna — Rubem Figueiró — Anselmo Peraro — Juarez Batista — Francisco Sales — Wall Ferraz — Francisco Amaral — Domingos Leonelli — Walter Casanova — Luiz Antônio Fayet (apoio) — Lélío Souza — Haroldo Lima — Jorge Carone — Marcelo Gato — Renato Bueno — Nasser Almeida — Antônio Dias — Casildo Maldaner — Mário Frota — Hélio Manhães — Sérgio Philomeno — Oscar Alves — Castejon Branco — José Mendonça de Moraes — Denisar Arneiro — Raymundo Asfora — Dante de Oliveira — Aldo Pinto — Salvador Julianelli — Djalma Bom — Floriceno Paixão — Siegfried Heuser — Seixas Dória — Antônio Osório — Mário Juruna — Hermes Zanetti — Hélio Duque — Valmor Giavarina — Aurélio Peres — João Hercúlio — Brandão Monteiro — Aloysio Teixeira — Sérgio Ferrara — José Mello — Ossian Araripe — José Luiz Maia — José Genoíno — Dirceu Carneiro — Israel Dias-Novae — Aluizio Bezerra — Navarro Vieira Filho — Cardoso Alves — Jorge Cury — Ruy Códó — Oly Fachin — Marcondes Pereira — Celso Sabóia — Paulo Lustosa — José Thomaz Nonô — Simão Sessim — Darcílio Ayres — Wildy Vianna — Leônidas Rachid — Márcio Santilli — José Ribamar Machado — Israel Pinheiro — Ricardo Ribeiro — Gas-

tone Righi — José Eudes — Celso Barros — Assis Canuto — Agnaldo Timóteo — Brabo de Carvalho — Albino Coimbra — Antônio Moraes — José Moura — Mário Hato — Euclides Scalco — Melo Freire — Carlos Vinagre — Eduardo Matarazzo Suplicy — Renan Calheiros — Paulo Borges — Herbert Levy — Marcelo Medeiros — Diogo Nomura — Carneiro Arnaud — José Lins de Albuquerque — José Fernandes — José Maria Magalhães — Wagner Lago — Leopoldo Bessone — Carlos Mosconi — Vieira da Silva — Eduardo Galil — Carlos Eloy — Antônio Câmara — Nelson do Carmo — Ademir Andrade — Júlio Caruso — Roberto Freire — Myrtes Bevilacqua — Moacir Franco.

SENADORES. Altevir Leal — Roberto Saturnino — Gastão Müller — Enéas Faria — Humberto Lucena — Alfredo Campos — Hélio Gueiros — Mauro Borges — Afonso Camargo — Helvídio Nunes — Raimundo Parente — Marcondes Gadelha — Octávio Cardoso — João Lúcio — Guilherme Palmeira — João Calmon — Claudionor Roriz — Marcelo Miranda — Fábio Lucena — Amaral Furlan — Henrique Santillo — Nelson Carneiro — Fernando Henrique Cardoso.

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 45, DE 1984**

Dá nova redação ao art. 92, da Constituição, estabelecendo o Serviço Agrícola Obrigatório.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do disposto no art. 49, da Constituição, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional.

Artigo único. O art. 92, da Constituição passa a vigor com a seguinte redação.

“Art. 92. Todos os brasileiros são obrigados ao serviço militar ou ao serviço agrícola, ou a outros encargos necessários à segurança e desenvolvimento nacionais, nos termos e sob as penas da lei.

§ 1º Lei complementar disporá sobre o serviço agrícola, que será prestado alternativamente com o serviço militar, gerando os mesmos efeitos legais.

§ 2º As mulheres e os eclesiásticos ficam isentos do serviço militar em tempo de paz, sujeitos, porém, ao serviço agrícola e outros encargos que a lei lhes atribuir.”

Justificação

O serviço militar obrigatório é essencial para a segurança nacional, configurando, também, excelente escola para a formação moral e até profissional do cidadão brasileiro.

Ocorre, no entanto, que o Brasil, hoje, está a necessitar, desesperadamente, de criar uma mentalidade agrícola de âmbito nacional, a fim de que a produção de alimentos possa ser substancialmente incrementada, em níveis suficientes para alimentar adequadamente toda a população do País e o excedente ser exportado, colaborando para que nossa dívida externa seja quitada.

É negável a irrenunciável vocação agropecuária brasileira. Dispõe o Brasil de um vasto território de cerca de 8.511.965 quilômetros quadrados abrangendo os mais diversos climas e enorme diversidade de qualidades de solo, propícias a virtualmente todos os produtos agrícolas existentes no mundo.

Em verdade, é por intermédio da agricultura a que o homem obtém os produtos vegetais indispensáveis à sua sobrevivência. É evidente, portanto, que um País como o Brasil, que enfrenta as maiores dificuldades para alimentar sua crescente população e para saldar os compromissos assumidos no Exterior, deve consagrar maior atenção à produção agropecuária, mesmo porque essa produção é muitíssimo inferior ao que seria razoável e desejável.

Em concordância com os resultados do Censo Agropecuário de 1980, há, em nosso País, cerca de trezentos e sessenta e nove milhões de hectares agrícolas, ocupados por cinco milhões de estabelecimentos. No entanto, desse total, pouco mais de 13% (treze por cento) correspon-

dendo a quarenta e nove milhões de hectares são ocupados por lavouras e, descontando-se os cento e oitenta milhões de hectares com pastagens, cem milhões ainda cobertos por florestas e outros doze milhões inaproveitáveis, restam ainda vinte e oito milhões de terras produtivas sem qualquer aproveitamento.

Por outro lado, a população economicamente ativa em atividades agrícolas vem diminuindo vertiginosamente, emigrando para a periferia das concentrações urbanas e sendo facilmente aliciada para toda sorte de situações de marginalidade social. Além disso, a produção nacional de alimentos não está, absolutamente, acompanhando o crescimento demográfico.

Enquanto que no Brasil, consoante o anuário FAO da produção de 1980, a população agrícola corresponde a apenas 38,2% (trinta e oito vírgula dois por cento) do total, na África o percentual é de 65,4% e, na China, 59,8%.

Vivemos, na realidade, um momento histórico de profunda gravidade, não apenas para o Brasil como, de resto, para toda a Humanidade. Os riscos de uma guerra nuclear são evidentes, assim como é iminente o perigo de um desastre ecológico, decorrente das agressões perpetradas pelo homem contra o meio ambiente.

Nesse contexto verdadeiramente apocalíptico, sobreviverão apenas as nações que tiverem apreciável produção agropecuária e em condições de alimentar sua população.

Torna-se evidente, por conseguinte, a vital necessidade de se dar a maior atenção possível à agricultura, a fim de racionalizar e aumentar a produtividade.

Todas essas razões, a nosso ver, aconselham a instituição do Serviço Agrícola Obrigatório, que será prestado alternativamente com o Serviço Militar Obrigatório.

Em verdade, as Forças Armadas não sofrerão qualquer prejuízo com a medida. A lei complementar que deverá dispor sobre a matéria, poderá dispor que o chamado “excesso de contingente” deverá prestar o Serviço Agrícola, assim como as mulheres e os eclesiásticos. O que importa é que efetivamente seja criada, no País, uma mentalidade agrícola, e cada vez mais pessoas militem em atividades agropecuárias, incrementando a produção, alimentando nossa população e permitindo a exportação dos excedentes, que, seguramente, colaborarão demaneira decisiva para o pagamento da dívida externa brasileira.

Esses são os motivos que nos inspiraram à apresentação desta proposição, que, esperamos, merecerá a aprovação dos ilustres membros do Congresso Nacional.

DEPUTADOS: Moacir Franco — Gorgônio Neto — Hélio Duque — José Carlos Vasconcelos — Raymundo Asfora — Félix Mendonça — Renan Calheiros — Iram Saraiva — Carlos Cotta — Aldo Pinto — Floriceno Paixão — Milton Brandão — Ivete Vargas — Darcílio Ayres — Lázaro Carvalho — Edison Lobão — Nelson do Carmo — Júlio Martins — Ricardo Ribeiro — Geraldo Fleming — Airtton Sandoval — Agnaldo Timóteo — Walmor de Luca — Euclides Scalco — Sérgio Cruz — Assis Canuto — Aroldo de Oliveira — Osmar Leitão — Sérgio Lomba — Amadeu Geara — Theodoro Mendes — Marcelo Gato — Mário Frota — Rosa Flores — Sebastião Rodrigues Júnior — Aluizio Bezerra — Francisco Dias — Mozarildo Cavalcanti — Pedro Germano — Antonio Dias — Bento Porto — Fernando Sant’Ana — Abdias do Nascimento — Wildy Vianna — João Hercúlio — Nilton Alves — Paulo Borges — José Fogaça — Dromisio Hage — Simão Sessim — Hamilton Xavier (apoio) — Wilmar Palis — Josias Leite — Luiz Henrique — Stélto Dias — Arthur Virgílio Neto — Celso Sabóia — Navarro Vieira Filho — Eduardo Matarazzo Suplicy — Heraclito Fortes — Sebastião Ataíde — Coutinho Jorge — Carlos Wilson — José Lourenço — Gomes da Silva — Guido Moesch — Sebastião Nery — Ivo Vanderlinde — Tobias Alves — Joacil Pereira — Albérico Cordeiro — Alcides Lima — Myrtes Bevilacqua — Haroldo Lima — José Tavares — Celso

Peçanha — Alencar Furtado — João Batista Fagundes — Enoc Vieira — Ciro Nogueira — Ubaldo Barém — Márcio Santilli — Carlos Eloy — Djalma Falcão — Dilson Fanchin — João Carlos de Carli — Jorge Vianna — Geovani Borges — João Gilberto — Marcondes Pereira — Renato Bernardi — Leônidas Sampaio — Moysés Pimentel — Wilson Vaz — Milton Reis — Leorne Belém — Orestes Muniz — Jorge Carone — Márcio Braga — Ademir Andrade — Santinho Furtado — Oscar Alves — Israel Pinheiro — Eduardo Galil — Victor Faccioni — João Herrmann — Wagner Lago — Irajá Rodrigues — Jairo Magalhães — Antônio Câmara — Hélio Manhães — Ruy Bacelar — João Rebelo — Celso Barros — Aroldo Moleta — Valmor Giavarina — Carlos Sant'Ana — Ruy Côdo — Ralph Biasi — Marcelo Cordeiro — Seixas Dória — Lúcio Alcântara — Marcelo Linhares — Paes de Andrade — Amaral Netto — José Penedo — Ibsen de Castro — Juarez Batista — Amaury Müller — João Faustino — Mário Juruna — José Melo — Egidio Ferreira Lima — Walber Guimarães — Carneiro Arnaud — Júlio Caruso — Márcio de Lacerda — Celso Carvalho — Osvaldo Melo — Ary Kffuri — Fernando Bastos — José Ribamar Machado — Gastone Righi — Diogo Nomura — Jorge Medauar — Theodorico Ferraço — Maçao Tadano — João Alberto de Souza — Mansueto de Lavor — Cid Carvalho — Juarez Bernardes — José Carlos Fonseca — Homero Santos — José Maria Magalhães — João Bastos — Tidei de Lima — Cardoso Alves (p/andamento) — Francisco Amaral — Nelson Morro — Dante de Oliveira — Sérgio Philomeno — Pedro Corrêa — Wall Ferraz.

SENADORES: Álvaro Dias — Alexandre Costa — Raimundo Parente — Almir Pinto — João Lúcio — Amaral Furlam — Fábio Lucena — Claudionor Roriz — Nelson

Carneiro — Alberto Silva — Marcelo Miranda — Guilherme Palmeira — Altevir Leal — Alfredo Campos — Galvão Modesto — Marcondes Gadelha — Martins Filho — Enéas Faria — Carlos Chiarelli — Affonso Camargo — Carlos Alberto — João Calmon — Moacyr Dalla — Passos Pôrto.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — De acordo com as indicações das Lideranças, ficam assim constituídas as Comissões Mistas incumbidas de emitir parecer sobre as matérias:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 44/84

Pelo Partido Democrático Social — Senadores Passos Pôrto, Almir Pinto, Gabriel Hermes, João Lúcio, Claudionor Roriz, Galvão Modesto, Martins Filho e os Srs. Deputados Jayme Santana, Castejon Branco, Álvaro Gaudêncio, Renato Johnsson e Nelson Costa.

Pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro — Senadores José Fragelli, Hélio Gueiros, Pedro Simon, Enéas Faria e os Srs. Deputados Myrthes Bevilacqua, Gilson de Barros, Francisco Dias, Wall Ferraz e Aurélio Peres.

Pelo Partido Democrático Trabalhista — Sr. Deputado Floriceno Paixão.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 45/84

Pelo Partido Democrático Social — Senadores Jorge Kalume, Martins Filho, João Castelo, João Lúcio, Altevir Leal, Lourival Baptista, José Lins e os Srs. Deputa-

dos Geovani Borges, Sebastião Curió, Italo Conti, Milton Brandão e Antônio Pontes.

Pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro — Senadores Marcelo Miranda, Mauro Borges, José Ignácio Ferreira, Álvaro Dias e os Srs. Deputados Melo Freire, Marcondes Pereira, Juarez Bernardes, Carlos Vinagre e Jorge Vianna.

Pelo Partido Democrático Trabalhista — Sr. Deputado Jacques D'Ornellas.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Cada Comissão Mista ora designada deverá reunir-se dentro de 48 horas para eleição do Presidente e do Vice-Presidente.

Perante as Comissões, poderão ser apresentadas emendas, no prazo de oito dias, a contar de sua instauração, com o mesmo número de assinaturas previsto para a apresentação de propostas de emenda à Constituição.

Os pareceres das Comissões Mistas deverão ser apresentadas até o dia 20 de agosto próximo.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Nos termos do art. 55, § 1º, *in fine* da Constituição, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 20 horas, neste plenário, destinada à apreciação dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 10 e 16, de 1984 — CN (6ª Sessão); 17, 18 e 19, de 1984 — CN (2ª sessão); e 22, de 1984 — CN (1ª sessão).

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 19 horas e 57 minutos.*)

Ata da 164ª Sessão Conjunta, em 18 de junho de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Almir Pinto

ÀS 20 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — José — Lomanto Júnior — Ignácio Ferreira — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Murilo Badaró — Henrique Santillo — Mauro Borges — Gastão Müller — José Fragelli — Affonso Camargo — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Amílcar de Queiroz — PDS; Nosser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolfo Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Orestes Muniz — PMDB.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Jorge Arbage — PDS; Osvaldo Melo — PDS.

Maranhão

Cid Carvalho — PMDB; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PDS.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathas Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Antônio Moraes — PMDB; Chagas Vasconcelos — PMDB; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Sérgio Philomeno — PDS; Tomaz Coelho — PMDB.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; João Faustino — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Aluizio Campos — PMDB; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Raymundo Asfora — PMDB.

Pernambuco

Carlos Wilson — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Inocêncio Oliveira — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Moura — PDS; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Osvaldo Coelho — PDS; Osvaldo Lima Filho — PMDB; Roberto Freire — PMDB.

Alagoas

Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Sérgio Moreira — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Santana — PMDB; Francisco Benjamim — PDS; Genebaldo Correia — PMDB; Haroldo Lima — PMDB; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Manoel Novaes — PDS; Prisco Viana — PDS; Raul Ferraz — PMDB; Ruy Bacelar — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Stélio Dias — PDS.

Rio de Janeiro

Amaral Netto — PDS; Brandão Monteiro — PDT; Celso Peçanha — PTB; Daso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PTB; Hamilton Xavier — PDS; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Márcio Braga — PMDB; Osmar Leitão — PDS; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Emílio Gallo — PDS; Emílio Haddad — PDS; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Jorge Carone — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Melo Freire — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Ronaldo Canedo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Rosemburgo Romano — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Aírton Soares — PT; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PDS; Farabulim Júnior — PTB; Francisco Amaral — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Irma Passoni — PT; João Herrmann Neto — PMDB; Márcio Santilli — PMDB; Octacílio de Almeida — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rollemberg — PMDB.

Goiás

Brasílio Caiado — PDS; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS

Mato Grosso

Cristino Cortes — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB;

Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Hélio Duque — PMDB; José Tavares — PMDB; Norton Macedo — PDS; Osvaldo Trevisan — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Bernardi — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Evaldo Amaral — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PDS; Pedro Colin — PDS.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; José Fogaça — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Matheus Schimidt — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Rosa Flores — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 42 Srs. Senadores e 185 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado José Mendonça de Moraes.

O SR. JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS (PMDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Preocupa-me o que se vem fazendo contra os agricultores brasileiros de 30 dias para cá. As empresas misturadoras de adubos vêm subindo assustadoramente os preços dos seus produtos, quando sabemos que, no ano passado, elas obtiveram lucros escandalizantes, lucros altíssimos, e alguns informaram-me que a maior parte do seu lucro foi oriunda da aplicação dos seus recursos no Sistema Financeiro Brasileiro.

Os defensivos agrícolas estão subindo antes da época de comercialização e os juros contratuais atingem, além da correção plena pela ORTN, índices que vão de 3% a 12% ao ano. Implementos agrícolas, tratores, serviços, tudo a preços escorchantes. E os produtos agrícolas colhidos este ano estão sendo aviltados no seu preço.

No ano passado, em novembro de 1983, o milho era vendido a 10 mil cruzeiros a saca de 60 quilos e, agora, em junho de 1984, a 9 mil cruzeiros. A soja, em abril deste ano, atingia o preço de 22 mil cruzeiros. E, hoje, depois de 22% de inflação, em dois meses apenas, o preço da soja, o mesmo saco de 60 quilos desceu para 21 mil cruzeiros, por fábrica. O óleo de soja, o farelo, nada abaixou de preço. Há um cartel das indústrias esmagadoras de soja, produtoras de óleo, contra os produtores, patrocinadas e dirigidas pela ABIOVE, Associação Brasileira de Indústrias de Óleos Vegetais.

Esse cartel tem à frente empresas multinacionais, de capital brasileiro e de capital estrangeiro, citando nominalmente Cargil, Sandra e outras, todas trabalhando com o apoio do governo americano, interessado em que não haja aumento de área de produção no Brasil, que não haja aumento de área plantada, nem aumento de

produtividade, porque, nesse setor, o Brasil assusta nossos concorrentes.

Soltaram os jornais, esses dias, notícias falsas de uma grande produção de soja no Brasil, quando, na realidade, não atingimos mais do que 13 milhões e 500 mil toneladas de soja. E os jornais publicam, com matéria recomendada, que atingimos 15 milhões e 200 mil toneladas de soja. É um abalo para atrapalhar a comercialização do produto, logo após a safra, Sr. Presidente. Não bastasse tudo isso, estamos "em pé nas coxas", como diz o nosso roceiro, sem meios de pagar os bancos. Os juros particulares são ainda piores do que os juros oficiais.

Então, Sr. Presidente, quero me servir desta oportunidade, para, através deste Congresso, levar minha preocupação às autoridades econômico-financeiras e, principalmente, ao Ministro da Agricultura, pelo qual temo não honrar sua palavra proferida na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, no seu primeiro comparecimento à Casa Legislativa, à Comissão de Agricultura deste ano, quando disse que queria aumentar a área de plantio, mesmo reconhecendo ser ministro, somente, de uma safra.

Sr. Presidente, solicito que esta Casa encaminhe ao Sr. Ministro da Agricultura minhas preocupações e minhas colocações nesta noite.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Paulo Lustosa.

O SR. PAULO LUSTOSA (PDS — CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O mundo vive a era da incerteza. O Brasil vive a era da esperteza.

Na verdade, essa sociedade perplexa, confusa, capionga, desesperançada e triste, aguarda que este Congresso Nacional não transforme o processo sucessório, que é o processo de definição do próprio projeto nacional, hoje, inexistente e abandonado, não transforme o processo sucessório naquilo que alguns, num pragmatismo míope e irresponsável, chamaram a sucessão presidencial de uma ação entre amigos. Uns outros tantos que se caracterizaram como donos do próprio poder, e outros tantos, lamentavelmente, a chamaram de um negócio. Por detrás dessas afirmações, ninguém se lembra que estamos a perder agora, diante do próprio ajustamento econômico do País, estamos a perder uma década, em termos de melhoria das condições de vida dos brasileiros. Se tudo correrse bem e Deus resolvesse nos ajudar a partir de 1985, o Brasil terá o privilégio de em 1990, alcançar os índices que tinha em 1980. Estamos nós aqui nesta Casa, num digladiar de acusações em torno de pessoas, quando, na verdade, deveríamos estar buscando propostas.

O que me envergonha mais, aqui, Sr. Presidente, é verificar que o meu Partido, independentemente desse *strip tease* das suas desavenças, o meu Partido comete o mais criminoso erro histórico de sua vida ao temer o julgamento popular. Temer o julgamento popular por um erro que esse próprio Partido cometeu, em assumir e resolver pagar os ônus pelos erros e equívocos que o Governo vinha cometendo. E na sua autocensura, na sua covardia, simplesmente acomodou-se. Nunca foi um Partido no Governo, e sempre foi um Partido do Governo, tão-somente quando interessava ao Governo sê-lo. E quando o Presidente quis, nas suas idas e vindas, nas suas inconstâncias, nas suas inseguranças, assumir papéis e depois negá-los, assumir papéis e responsabilizar o Partido, esse Partido aceitou passiva, omissa e subalternamente essa posição, essa postura.

Venho aqui, Sr. Presidente, colocar uma questão, chamar a atenção deste Congresso que, por mais que alguns estejam desanimados em admitir que a esperteza, em admitir que o aliciamento aéctico, em admitir que o compadrio governarão este País, eu tenho a convicção plena, o

otimismo maior, e a certeza de que muitos homens de bem nesta Casa, abandonarão essa postura que apenas os coloca como antipovo, que apenas macula suas biografias, tomarão a atitude de repensar o que está sendo colocado hoje, como proposta de nomes que violentam a consciência moral do País, violentam a dignidade nacional, (Muito bem! Palmas.) criam caminhos e lançam as sementes para o grande impasse político-institucional deste País, que gerará a mais profunda e violenta crise que toda a história político-administrativa do País já verificou.

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, quero concluir minhas palavras fazendo um apelo dramático e patético à cúpula do PDS que esqueçam a preocupação, se por acaso alguém tem dívidas, porque alguém financiou suas campanhas no passado, se alguém tem dívidas por dinheiro de obras públicas que recebeu, que esqueçam isto, porque existe uma dívida maior, na hierarquia das fidelidades, a fidelidade ao interesse nacional, (Muito bem! Palmas.) e a vontade popular se coloca acima da fidelidade partidária e da fidelidade aos compromissos por alguém que os patrocinou numa campanha eleitoral, ou que acena com a possibilidade de um cargo público se as urnas não o favorecerem, ou então de financiar uma campanha através dos recursos magros, parques que estão hoje faltando aos funcionários públicos, que faltam às crianças pobres deste País e que faltam aos meus conterrâneos nordestinos; que alguém que acene com esses valores e seus filhos, e que vejamos esse pragmatismo míope, pequeno, amesquinha e avilta a dignidade, não apenas do representante nesta Casa, mas de todos aqueles que tiveram a infelicidade, em um determinado momento, de lançar suas esperanças nesses representantes e vêem naufragar seus sonhos e vêem aviltada a sua própria dignidade por ter trazido ao Parlamento quem os conduz hoje para, talvez, a construção de um *reich* tupiniquim no Brasil, a construção de um novo império, um império sem imperador, ou então um sultanato sem sultão.

Quero concluir minhas palavras, Sr. Presidente, dizendo que parece que os Governadores do meu Partido, parece que eles hoje estão a lembrar que foram eleitos pelo voto popular, que estavam esquecidos até ontem, que devem vassalar exclusivamente ao povo que os elegeu, que não devem lealdade ao Governo Federal, porque devem lealdade primeiro a princípios, a valores morais, aos compromissos éticos, aos compromissos democráticos deste País. Esses Governadores, do meu Partido, graças a Deus, resolveram que alguém pode ser até Presidente, pode até se imaginar alguém sendo Presidente, temendo o julgamento popular, mas ninguém poderá ser Presidente sem sequer enfrentar o julgamento de seus próprios correligionários. Graças a Deus, pelo menos esses Governadores vão fazer, independentemente do respaldo ou não do Presidente Figueiredo, independentemente ou não do respaldo do Diretório, eles começarão a fazer as prévias do PDS, plena demonstração de maturidade política e de respeito à vontade popular.

Começarão no Rio Grande do Sul, já com data marcada, em Santa Catarina, no meu Estado, em Alagoas. Em Pernambuco já estão marcando as prévias, caso o Diretório resolva, passando como um trator, pelo menos sobre a vontade das bases eleitorais, negar esse direito líquido e certo, de ver, pelo menos, se o nosso Partido se recompõe, aos poucos, com a sociedade civil brasileira que é o nosso empenho.

Concluo, Sr. Presidente, agradecendo a paciência e a benevolência de V. Ex^a, mais uma vez implorando, pelo bem deste País, que não interessa o mandato, não interessa a nenhum de nós, que estamos aqui nesta Casa, o emprego de Deputado. Creio que todos têm profissões suficientemente dignas, que não fazem que ele precise de garantir este emprego, ou outro emprego qualquer, mas serem responsáveis por tudo aquilo que macule a digni-

dade nacional, violenta a vontade popular e prejudique os interesses maiores de uma Nação sofrida e desesperançada, mas que ainda aguarda, com um lampejo de esperança, que seus homens públicos se recomponham com a sociedade civil brasileira, e não a massacrem e a violentem como vêm fazendo até agora.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Adail Vettorazzo.

O SR. ADAIL VETTORAZZO (PDS — SP. Pronuncia o seguinte discurso, sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas.

O fato de o nobre Deputado José Lourenço, há poucos instantes, na tribuna desta Casa, não desejar citar meu nome, embora possa ser até uma transgressão regimental, ou uma quebra de ética parlamentar, evidentemente não me preocupa. Preocupa-me, sim, como seu amigo e companheiro do Movimento de Participação deixa transbordar o ódio em cada palavra. Suas referências pouco dignas a dois outros colegas nossos, entre eles Amaral Neto, é uma demonstração da incontinência verbal de S. Ex^a e do desespero em que se encontra. Esse desespero é facilmente compreensível, pois tem sido impossível a S. Ex^a, que é um brilhante e atuante Parlamentar, apagar a imagem altamente negativa a que se expõem os partidários da implosão do PDS. O desespero dos aurelianistas é ainda maior quando se sabe que já é de pleno conhecimento público toda a manobra urdida pela dobradinha Sarney-Aureliano, para tentar torpedear a candidatura de Paulo Maluf e Mário Andreazza, pulverizada pela ação direta do próprio Presidente João Figueiredo.

Sr. Presidente, peço permissão a V. Ex^a para ler texto de um artigo da *Folha de S. Paulo*, de domingo, assinado por Haroldo Cerqueira Lima.

“As queixas maiores de Figueiredo ficam para Auréliano Chaves. Em mais de uma ocasião ele já empregou em relação ao seu vice o adjetivo de “traidor”, entre outros de conteúdo mais forte. A crítica mais freqüente porém, diz respeito ao que chama de incoerência” do vice pelo menos um interlocutor do Presidente garante ter ouvido o seguinte desabafo:

“O Aureliano esperava ser o meu candidato até dezembro do ano passado, quando eu devolvi as articulações ao PDS; depois disso, lançou-se, sucessivamente, como candidato indireto, candidato direto, candidato do pacto de Minas, candidato da prévia e, agora, quer ser o candidato dos votos infieis no Colégio Eleitoral.”

E continua o Senhor Presidente Figueiredo, ainda de acordo com a *Folha de S. Paulo* de domingo, dia 17 de junho. Abro aspas, novamente:

“Os dados foram lançados e as regras do jogo não serão mudadas: agora é cada um por si e que vença quem tiver mais capacidade de aglutinar o partido em torno de seu nome.”

Esta frase é do Presidente Figueiredo e foi proferida a um político que o visitou esta semana no Palácio do Planalto, ávido por uma orientação mais precisa sobre os rumos da sucessão presidencial.

E Figueiredo não se fez de rogado. Disse que a decisão de devolver as articulações políticas ao PDS foi mesmo para valer e portanto, não esperem dele qualquer novo gesto político nesta etapa final do processo de escolha do candidato do partido: os postulantes irão à Convenção sem receber qualquer apoio formal da sua parte.

Reafirmou, porém, o Presidente, que não faltará com esse apoio ao candidato que vier a ser escolhido, pois compreende que isso será fundamental para recompor o partido após a Convenção. “Não vou

interferir na escolha do candidato, mas depois irei trabalhar para a sua vitória no Colégio Eleitoral” — disse Figueiredo ao seu interlocutor.

Com estas palavras, Sr. Presidente, concluo meu pronunciamento, respondendo ao discurso, em termos calorosos e vibrantes, do nobre Deputado José Lourenço. Era o que tinha a dizer (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Lourenço, por permuta com o nobre Deputado Heráclito Fortes.

O SR. JOSÉ LOURENÇO (PDS — BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

É natural que falemos com entusiasmo; é natural que falemos em voz alta, com a cabeça erguida e não com a cabeça mergulhada, como que se envergonhando dos nossos ilustres pares, e se envergonhando, ao mesmo tempo, da Nação. Falamos de cabeça baixa, os que não têm dignidade para dizer à Nação: “Nós estamos defendendo os interesses nacionais!” Eles estão defendendo os interesses de um candidato que a Nação não quer! Este é o grave problema que a Nação atravessa! Meia dúzia de interessados em exclusivamente aspectos particulares, não no interesse público, porque isso interessa a essa gente não existe! (Palmas) Eles falam baixo, porque não têm atrás de si, nobre Presidente, o calor do povo, o calor do Brasil! Eles são frios, porque são aquecidos exclusivamente, sabe por quê, Sr. Presidente? Por aquilo que nós outros jamais aceitaríamos: Eles são aquecidos pelo metal frio, (Palmas) mas não o metal aquecido, que só os aquecerá no dia em que o povo os marcar, como se marcam os animais. Eles são marcados, por enquanto, com o metal frio. Aliás, como há dias me dizia o Deputado Nilson Gibson, sentado neste plenário: “Mas José Lourenço, você tem de apoiar o Paulo, ele já garantiu a minha reeleição!”

É assim que eles fazem política! Estamos diante, Sr. Presidente, de um novo Al Capone, que jamais foi condenado nos Estados Unidos. Al Capone foi expulso dos Estados Unidos porque teve problemas com o Imposto de Renda, mas foi o, maior mafioso, o maior assassino, o maior bandido, o maior ladrão que aquele país já conheceu; mas nada foi provado contra ele, como nada, jamais, será provado contra o Sr. Paulo Maluf. Ele já disse que o Governador Franco Montoro lhe deu uma carta, um documento público, dizendo que ele é o homem mais sério deste País. E quem não sabe, nesta Nação, que os únicos que vão para a cadeia são os ladrões de galinhas, que roubam para matar a fome dos filhos?

Eu não duvido, não, Sr. Presidente, jamais Maluf irá para a cadeia. Agora, tem outro lugar para onde ele jamais irá é a Presidência da República deste País (Palmas) Porque aí é demais. Que ele vá até ao Governo de São Paulo, comprando os convencionais paulistas! Que ele pretenda comprar a convenção do meu partido é aceitável, mas a Nação começa a se empolgar; a Nação começa a ouvir a nossa voz; a Nação começa a lhe jogar ovo; a Nação começa a apedrejá-lo, a Nação começa a lhe dizer: Não, basta! E nós repetimos, aqui, nobre Deputado Adhemar Ghisi, e dispense os aplausos de V. Ex^a já desfilarão por esta tribuna dezenas de malufistas e eu os ouvi silenciosamente, durante sessenta a noventa dias. V. Ex^a não sabe disso porque estava viajando. Mas eu os ouvi, aqui, calado, para ver até onde eles chegariam, para ver até onde seus apetites, pelo controle da República, seriam capazes de os mover, sem que lhes esbarrássemos os passos; e têm ido impolutos, como jovens corcêis, pensando que a estrada da vida nacional é uma estrada sem espinhos, e que eles chegarão ao Palácio do Planalto, protegidos até pelas espadas do Exército Nacional. Não! Não e não! Porque a nossa voz irá ser ouvida em todo este País. Iremos à praça pública, onde eles não po-

dem chegar! (Palmas) Eles têm medo, até, Sr. Presidente, das pesquisas do nosso Partido. Até disso eles têm medo, dos Vereadores do nosso Partido, dos membros do Diretório do nosso Partido, quanto mais de eleição direta, se eles têm horror ao povo, são antipovo!

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Eu pediria a V. Ex^a que encerrasse seu discurso

O SR. JOSÉ LOURENÇO — Sr. Presidente, falo com a voz da alma e da consciência de um homem que ama este País. E lhe digo, sinceramente: depois de ouvir milhões e milhões de brasileiros, por esta terra afora, depois de ler, como faço diariamente, pela Imprensa de meu País, a opinião dos mais respeitados jornalistas patrióticos, não podemos mais condescender; não podemos mais silenciar; não poderemos mais aceitar, de braços cruzados, que essa carruagem passe, sem que não lhe barremos a estrada definitivamente. (Muito bem! Palmas.)

A estrada está barrada, não pensem que encontrarão forças armadas, neste País, para impor a este País um candidato a Presidente da República que a Nação não aceite. Porque nós, também, aqui e não tenho o menor pejo nos envergonharemos jamais de votar contra o meu Partido, se o meu Partido adotar como seu candidato o candidato antipovo.

Voto, sim, com a Oposição, voto com quem estiver votando com os interesses nacionais. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PMDB — PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Mais uma vez fica com a razão o Governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, quando, semana passada, declarava à Imprensa Nacional que havia começado a guerra de foice no escuro.

Veja, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, o que esta Casa presencia, hoje, já cansada pelo adiantado da hora. Um grupo de Parlamentares cansados de agredir as Oposições, passou hoje a agredir seus próprios companheiros de legenda partidária. Só que não esperavam que a defesa se fizesse de pronto, e vem o Deputado Adail Vetto-razzo aqui pedir que não se acusem os colegas ausentes.

Quantas vezes, desta tribuna, tem sido acusado e agredido o Presidente do nosso Partido, Deputado Ulysses Guimarães, de maneira impiedosa e debochativa, como fez o Deputado Antônio Amaral que dias antes tinha sido perdoado por esta Casa, através do impedimento de ser processado pelo tribunal por também outro crime de calúnia.

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, Vitorino Freire foi muito feliz em dizer que quando o pasto pega fogo, o preá corre para o brejo. Chegou a hora da Oposição se recolher para assistir ao incêndio que irá avassalar esse Partido carcomido pelos interesses que os comprometidos não aceitam de maneira nenhuma, que os livres e que os que não se venderam ou não se comprometeram, tenham voz para dizer que não aceitam que esta Nação se entregue a interesses inconfessáveis. A briga de foice no escuro começou e nós veremos, a partir de agora, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, a cada dia e a cada instante, daqui para a frente, essa briga se acirrar, uma vez que aos desesperados só resta a proteção deste Plenário, porque as ruas e as praças não os acolhem. São habitantes dos condomínios dos recintos fechados, porque as praças não os recebem, e quando insistem são apedrejados, são vaiados, jogam-lhes tomates, e os agridem até, numa retribuição e numa resposta à agressão que vem sofrendo o povo brasileiro, anos após anos, sem que os defensores de determinadas candidaturas venham a esta tribuna para defendê-los.

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, a Oposição deveria ficar calada nesta hora em que o Partido do Governo se

agride, em que o Partido do Governo se acusa. Mas não pode, porque as acusações são jogadas aí a esmo. Vimos, hoje, em tom de deboche que não honra, de maneira alguma, a tribuna maior deste País o Deputado Nilson Gibson acusar levemente o Governador Tancredo Neves. E assistimos aqui, no dia em que renunciava o Senador José Sarney, Deputado aqui entrar, já sabendo que a renúncia tinha sido consumada e vir a tribuna acintosamente pedir que S. Ex^a renunciasse, tripudiando sobre um fato consumado, tripudiando sobre um colega.

Lembramos, ainda, aquela manhã em que o Deputado Jackson Barreto, desta tribuna, denunciou a farsa do Colégio Eleitoral, tendo como exemplo exatamente o que ocorria no Estado do Maranhão, quando os representantes do Colégio, daquele Estado, estavam, no seu entender, todos ligados ao então Presidente do PDS. E a única voz que o defendeu, a única voz que se exaltou, a única voz que gritou contra aquele pronunciamento, foi exatamente a voz do Deputado Nilson Gibson, que naquela manhã veio aqui dizer que o Senador José Sarney não havia sido eleito, mas sim, tinha sido produto de um enxerto preparado para a convenção do Partido, desrespeitando não o PDS, desrespeitando não a Convenção, mas desrespeitando o representante da Justiça Eleitoral, que aqui se encontrava naquela data. E a acusação de um Vice-Líder do Governo e membro do Diretório Nacional de que aquela convenção foi um enxerto, foi acusação também salpicada contra a honra e a dignidade da Justiça Eleitoral brasileira.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, nesta noite queremos saudar o Governador Tancredo Neves, pela felicidade de dizer que começou a briga de foice no escuro. Sairemos das Minas Gerais para a Inglaterra para, inspirado no que disse William Shakespeare para dizer a esta Casa que não há noite, por mais escura e por mais longa que seja, que por fim não encontre um dia. Muito obrigado.

Sr. Presidente, com base no § 2º do art. 29 do Regimento Comum, solicito a V. Ex^a, dada a evidente falta de quorum, o encerramento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — É regimental o requerimento de V. Ex^a Efetivamente, não existe 1/6 de Srs. Senadores e 1/6 dos Srs. Deputados em plenário.

Lembro aos Srs parlamentares que o Congresso Nacional está convocado para uma sessão solene a realizar-se amanhã, às dez horas e trinta minutos, neste Plenário, destinada a recepcionar o Presidente da República do Peru, Senhor Fernando Belaunde Terry.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Antes de encerrar a presente sessão, nos termos do art. 55, § 1º, in fine, da Constituição, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 18 horas e 30 minutos, neste plenário, destinada à apreciação dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 10 e 16, de 1984-CN (7ª sessão); 17, 18 e 19, de 1984-CN (3ª sessão); 22, de 1984-CN (2ª sessão), 21 e 23, de 1984-CN (1ª sessão.)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Está encerrada a sessão

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 40 minutos)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. BRANDÃO MONTEIRO NA SESSÃO CONJUNTA DE 15-6-84 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT — RJ Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Na verdade, iria solicitar a palavra para falar como Líder, Mas vou aproveitar a oportunidade para falar no Pequeno Expediente. Assomo à Tribuna do Congresso

Nacional para fazer comentários a respeito de uma nota publicada hoje na imprensa, com dinheiro provavelmente do povo brasileiro, de responsabilidade dos ex-dirigentes da Sociedade de Crédito Imobiliário Delfin S.A. O principal responsável pelo grupo Delfin, detentor de mais de 90% das ações, portanto, controlador absoluto daquele Grupo responsável também pelo rombo que o povo brasileiro vai pagar, de mais de quinhentos bilhões de cruzeiros, faz publicar uma nota, que tem a seguinte chamada ou manchete:

“Ex-dirigentes da Delfin esclarecem denúncia”.

A denúncia a que se refere o notório Sr. Ronald Levinsohn é uma dentre várias já apresentadas à justiça. Um dos promotores públicos do Rio de Janeiro apresentou denúncia contra Ronald Levinsohn, em face de inúmeros crimes cometidos por aquele Senhor, que se notabilizou no País exatamente por freqüentes infrações penais.

Inciciu sua vida pública sendo processado por crime de contrabando e descaminho. Beneficiou-se do instituto da prescrição, pela habilidade dos seus advogados e — pasmem, Srs. Congressistas — cinco anos depois, esse Senhor chega a deter o controle acionário de duas sociedades de crédito imobiliário, quando é sabido que o Banco Central e o Banco Nacional da Habitação são entidades fiscalizadoras do Sistema Financeiro Nacional e do Sistema Financeiro de Habitação. Pois bem, a trajetória desse Senhor se deu permanentemente através da utilização dos meios de comunicação, por intermédio de propagandas dirigidas sobretudo aos setores mais pobres, mais humildes, da população brasileira, tanto em São Paulo, como no Rio de Janeiro. Atuando suas agências nas áreas periféricas dessas duas cidades, acabou por transformar-se num grande empresário do sistema financeiro — grande entre aspas, porque captava dinheiro através de uma propaganda rica e enganosa vendendo ilusões ao povo sobretudo às pessoas humildes.

Logo a partir do primeiro ano de controle das sociedades de crédito imobiliário Delfin Rio e Delfin S.A. iniciou acúmulo de dívida junto ao Fundo de Assistência e liquidez do BNH. Vários presidentes do BNH, inclusive o Dr. Maurício Schulmann, alertavam o Ministério do Interior e a Presidência do BNH para o crescente endividamento do Grupo Delfin. e, como apuramos na CPI da Delfin, em face do prestígio político do Sr. Ronald Levinsohn, as autoridades não tomaram providências no sentido de evitar que ele chegasse aonde chegou. Pois bem, esse senhor, que desviou vários imóveis para firmas de sua propriedade, criou um conglomerado, utilizou dinheiro público para enriquecer, ao ponto de chegar aqui, na Câmara dos Deputados, e, prestando depoimento na CPI da Delfin, informar ser proprietário de mais de cinco empresas no exterior. Decretada a intervenção no Grupo Delfin, em face de um escândalo que só foi possível ser divulgado em virtude do processo democrático que se acentuou no País a partir de 1978. A imprensa, através do brilhante jornalista José Carlos de Assis, desnudou o célebre escândalo, que foi a dação em pagamento entre o Grupo Delfin e o BNH. O Banco Nacional da Habitação recebeu terrenos na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, e nas áreas de Cotia e adjacências, em São Paulo, que, avaliadas pelos peritos da Caixa Econômica e o Banco do Brasil, chegavam a valer, segundo aqueles laudos, cerca de sete bilhões de cruzeiros. Esse senhor conseguiu fazer a dação em pagamento, quitando, com sete bilhões, uma dívida de sessenta bilhões de cruzeiros. Foi Presidente, com muita honra, da CPI da Delfin. Durante os trabalhos daquela CPI, tivemos oportunidade de fazer um levantamento das atividades desse senhor, cujo método principal de enriquecimento ilícito era captar, no mercado financeiro, através de uma propaganda rica e bem dirigida, dinheiro público para, a partir dessa captação, desviá-lo, com o objetivo de organizar várias empresas a latere das sociedades de crédito imobiliário. Os rombos do grupo Delfin hoje, segundo o relatório dos interventores e liquidantes, chegam a mais de qu-

nhentos bilhões. O protecionismo a esse denunciado por crimes vários é tão grande que, na data da intervenção do Grupo Delfin, Ronald Levinsohn e sua gang tomou conhecimento antecipado da futura intervenção e, segundo relatórios dos interventores — falsificou guias de depósito em cadernetas de poupança, sendo certo que todas as cadernetas falsificadas atingiam três mil e quinhentos UPC, que é a faixa garantida pelo Governo Federal ou pelo BNH. Só o total dessas falsificações — porque várias pessoas procuraram o liquidante para informar que não tinham depósito em caderneta de poupança no Grupo Delfin, embora a caderneta de poupança ali aparecesse, inclusive jornalistas de respeitabilidade — chegava, na data da intervenção, a mais de dois bilhões de cruzeiros.

Pois bem, Sr. Presidente, este senhor faz publicar hoje uma nota, em desrespeito ao Parlamento, em desrespeito ao instituto das comissões parlamentares de inquérito. Diz ali, em determinado trecho, que está sendo denunciado, porque, a denúncia foi provocada pelo Sr. Deputado Brandão Monteiro, atual Líder do PDT, que, em abuso de poder, usando de sua qualidade de Presidente

da CPI Delfin, que apura as atividades do Grupo Delfin, encaminhou aquelas imprestáveis acusações ao Sr. Procurador-Geral da Justiça do Rio de Janeiro.

Ora Sr. Presidente, quão audacioso é este senhor, que vive no exterior hoje, que tem seus bens todos indisponíveis por força do que prevê a Lei nº 6.024. E ainda tem a audácia de dizer que está respondendo a um processo criminal, e o está por infringência de vários artigos do Código Penal, em virtude de eu ter provocado a denúncia e que eu teria incorrido em abuso de poder. Sr. Presidente, eu, na Presidência da CPI da Delfin, recebi uma solicitação do Procurador-Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que requeria fosse enviada àquela Procuradoria os documentos comprobatórios das infringências legais de responsabilidade do Sr. Ronald Levinsohn, General Idálio Saneuberg e pelo Dr. Ari de Carvalho, dono do Jornal **Última Hora**, que mantinha dívida superior a 1 bilhão de cruzeiros para com o grupo Delfin e que, como por um passe de mágica, no dia da intervenção, apareceu junto aos documentos da intervenção do Grupo Delfin uma quitação por serviços que o diário **Última Hora** teria prestado a esse senhor há mais de oito

anos. foi feita a representação. O promotor a recebeu e agora apresentou denúncia. E esse senhor vem aos jornais, com dinheiro pago pelo povo brasileiro, porque ele não tinha nenhum tostão, não herdou nada e, de repente, se tornou milionário com o dinheiro de lavadeiras, de trabalhadores, de operários e vem questionar a CPI e a Justiça do meu País, simplesmente porque hoje está denunciado em função da infringência de vários artigos do Código Penal. Não queria mais hoje utilizar o espaço da Liderança, nem do Congresso Nacional, mas é bom que repitamos esses fatos, que os tragamos à tribuna do Congresso Nacional, porque imaginamos que está perto o dia em que figuras como o Sr. Ronald Levinsohn, ao invés de estarem passeando em Nova Iorque ou nas Bahamas, retirando dinheiro do povo brasileiro para depositar em bancos estrangeiros, estejam exatamente no lugar onde já deviam estar há muito tempo, ou seja, na prisão, por força do que fizeram no Brasil, desviando dinheiro público para o seu bem-estar.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3 000,00
Ano	Cr\$	6 000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3 000,00
Ano	Cr\$	6 000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, Conta-Corrente nº 9200Q1-2, a favor do

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 07/1.203 — Brasília — DF
CEP 70.160

SEGURANÇA NACIONAL

(2ª edição — 1982)

Lei nº 6.620, de 17-12-78

Índice temático. Tramitação legislativa

- Legislação vigente (Lei nº 6.620/78) comparada, artigo por artigo, à legislação anterior (Decretos-Leis nºs 314/67 e 510/69 e Lei nº 1.802/53).
- Notas a cada dispositivo: legislação correlata, comentários de juristas e da imprensa, elaboração legislativa.
- Textos constitucionais e legislação ordinária (de 1824 a 1982).

368 páginas

Preço: Cr\$ 800,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas

Senado Federal

22º andar — Brasília—DF

Encomendas mediante vale postal ou cheque visado (a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal) ou pelo REEMBOLSO POSTAL.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 50,00